



Universidade de Brasília
Faculdade UnB Planaltina
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

**O contributo das ONGs na promoção do desenvolvimento rural em Moçambique:
O caso da Congregação da Sagrada Família no Distrito de Maxixe**

Discente: Hélio Alberto Arão
Orientador: Prof. Dr. Gustavo Meyer

BRASÍLIA – DF

2023

HÉLIO ALBERTO ARÃO

O contributo das ONGs na promoção do desenvolvimento rural em Moçambique:
O caso da Congregação da Sagrada Família no Distrito de Maxixe

Dissertação de Mestrado apresentado ao
Programa de Pós-Graduação em Meio
Ambiente e Desenvolvimento Rural para
obtenção do título de Mestre

Linha de pesquisa: Desenvolvimento Rural
Sustentável e Sociobiodiversidade.

Orientador: Dr. Gustavo Meyer

BRASÍLIA- DF

2023

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

AA662c Arão, Hélio Alberto
O contributo das ONGs na promoção do desenvolvimento rural em Moçambique: O caso da Congregação da Sagrada Família no Distrito de Maxixe. / Hélio Alberto Arão; orientador Gustavo Meyer. -- Brasília, 2023.
139 p.

Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) -- Universidade de Brasília, 2023.

1. Desenvolvimento rural. 2. ONGs. 3. Estratégias. 4. Desenvolvimento. 5. Projetos de desenvolvimento. I. Meyer, Gustavo, orient. II. Título.

BANCA DE DEFESA

Dr. Gustavo Meyer

(Orientador)

Dr. Jörg Nowak

(Membro titular interno)

Dra. Andréa Leme da Silva

(Membro titular interno)

Dr. Zacarias Chambe

(Membro externo)

Descolonização mental

*Faça-me vomitar versos turvos
Suscitados daquelas noites
Obscuras e das viagens
Que não fiz nas vésperas
Das emoções perdidas,
Faça-me esgrimir palavras
Mortas, viciadas, tatuadas
Do xibalo
Dos males dizeres
Das colonizações voláteis,
Faça-me dizer que tu és
Aquele do ocidente
Quem acidentou a minha
Cultura
Quem roubou os filhos
Desta terra
E pra cá nunca mais voltaram,
Faça-me sentir
Que sou desta terra
E ninguém irá
Excluir-me dela
Novamente*

Hélio Arão

AGRADECIMENTOS

À Isidora Soares Veloso, por acreditar em mim.

Aos meus pais, Alberto Arão, Teresa Silvestre (em memória) e Felisberto Arão (em memória) pelos ensinamentos.

À minha família, Adérito Magumane, Isabel João e Fernandes Zitha pelo suporte.

À todos professores do PPG-Mader, em particular a professora Regina Saraiva pela atenção e, ao professor Gustavo Meyer pela atenção, orientação e ricas discussões ao longo do curso.

Às pessoas especiais: Elisa Arão, Dulce Arão, Martina Anastasy, Janaína Bittencourt, Fernanda Magaia, Amália Malobole, Millena Dias, Jason Magumane, Evily Teresa, António Lourenço, Filomena Costa, Géssica Bulo, Delfina Maque, Genciana Guiliche, Clarisse João, Mirza Igreja, Maria Eduarda, pelas conversas enriquecedoras.

Aos colegas da turma do Mader-2021, em particular: Lauana de Queiroz, Eva Santana, José Wilk e Jéssica Pereira, pelo apoio.

Aos amigos, Constantino Neves “*Cochina*” (em memória), Leonel Madabula, Marcelino Nhabetse, Vicente Reis, Amílcar Nhabetse, Cristêncina Langa, Mauro Chilaule, Fernando Notiço, Braima Sadjocunda, Alberto Micas Júnior, Braima Calilo, Alberto Nhassengo, Azevedo Muhapsa, Onésio Bila, Edna Fumo, Simone Macuacua, Aníbal Pinto, Max Bila, Cadénio Marcos, Cláudio Fernando, Cadija Djalo, Denílson Mucavele, Gani Abidel, Luciano Pereira, Bento Mazuze, Gudo-Bai, Stélio Xavier, e entre outros que souberam direcionar-me seu incondicional e amplo apoio.

À todos que contribuíram com informações para a materialização deste trabalho.

Khanimambo/Nibonguile

Obrigado!

DEDICATÓRIA

À todos que lutam por um desenvolvimento integrado, que promova os direitos humanos nos países periféricos.

RESUMO

O desenvolvimento é um conceito que tem sido acompanhado de contradições emblemáticas, particularmente quando operado visando à “melhoria” socioeconômica em localidades diversas de Moçambique. Esta pesquisa tem como ponto focal o desenvolvimento, mais especificamente as intervenções de desenvolvimento propostas e realizadas por organizações da sociedade civil, incluindo nelas as organizações religiosas. Uma parte considerável das populações no meio rural em Moçambique encontra-se vivendo em contexto de pobreza material, ou ao menos são vistas pelas organizações interventoras como estando nessas condições. Tal pobreza diz respeito à falta de condições para satisfazer as necessidades básicas e de infraestruturas (habitação, hospitais, escolas), ao reduzido acesso à rede de abastecimento de água potável e de energia elétrica, à falta de inclusão participativa das pessoas nas decisões que concernem aos seus próprios destinos, entre outras. Portanto uma das formas encontradas pelas ONGs para a promoção do desenvolvimento rural tem sido através de projetos de desenvolvimento, projetos estes que, para além de interferência nas condições materiais, frequentemente desencadeiam controvérsias, reforçam colonialidades, instalam contradições e reforçam assimetrias de poder. Pretende-se com esta pesquisa, então, averiguar a mudança das ações das ONGs, em relação às estratégias implementadas para a promoção do desenvolvimento rural em Maxixe.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural, ONGs, Estratégias, Desenvolvimento, Projetos de desenvolvimento.

ABSTRACT

The Development is a concept that has been accompanied by emblematic contradictions, particularly when operated aiming the socioeconomic “improvement” in different locations in Mozambique. This research focuses on development, more specifically on development interventions proposed and carried out by civil society organizations, including religious organizations. A considerable part of the populations in rural areas in Mozambique is living in a context of material poverty, or at least is seen by the intervening organizations as being in such conditions. Such poverty concerns the lack of conditions to meet basic needs and infrastructure (housing, hospitals, schools), reduced access to the drinking water and electricity supply network, the lack of participatory inclusion of people in decisions concerning their own destinies, among others. Therefore, one of the ways found by NGOs to promote rural development has been through development projects, projects that, in addition to interfering with material conditions, often trigger controversies, reinforce colonialities, install contradictions and reinforce power asymmetries. It is intended with this research, then, to ascertain the change of the actions of the NGOs, in relation to the strategies implemented for the promotion of rural development in Maxixe.

Keywords: Rural development, NGOs, Strategies, Development, Development projects.

LISTA DE FIGURA, GRÁFICO, QUADRO E TABELA

Figura 1 – Localização geográfica do distrito de Maxixe	43
Figura 2 - Comunidades rurais de Maxixe (Gigune e Macupula)	44
Figura 3 - Paróquia da Sagrada Família em Maxixe	72
Figura 4 - Emanucim Ida	91
Figura 5 - Ações desenvolvidas nas comunidades rurais	91
Figura 6 - Universidade Pedagógica - UniSaF	93
Gráfico 1 - Taxa de PIB <i>per capita</i> de Moçambique	54
Gráfico 2 - Taxa de desemprego de Moçambique.....	57
Gráfico 3 - Oscilação do valor do salário mínimo em Moçambique.....	57
Gráfico 4 - Distribuição da ONGs quantos aos serviços prestados	66
Gráfico 5 - Os cultos religiosos em Moçambique	70
Gráfico 6 - Investimentos dos projetos nas comunidades rurais	78
Gráfico 7- Classificação de corrupção de Moçambique.....	81
Gráfico 8 - Famílias assistidas nas comunidades rurais	90
Gráfico 9 - Evolução dos estudantes graduados na UP – UniSaF.....	93
Gráfico 10 - Evolução das atividades da UP - UniSaF	94
Quadro 1 - Evolução do PSSB em Moçambique	19
Quadro 2 - Interlocutores da pesquisa	27
Quadro 3 - Fases da evolução socioeconômica e política de Moçambique	67
Tabela 1 - Peso do setor familiar no total da produção comercializada	51

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BM - Banco Mundial

CSF - Congregação da Sagrada Família

CVM - Cruz Vermelha de Moçambique

FDD - Fundo Distrital de Desenvolvimento

Frelimo - Frente de Libertação de Moçambique

FMI - Fundo Monetário Internacional

FDC - Fundação para o Desenvolvimento Comunitário

GPI - Governo Provincial de Inhambane

IAF - Inquérito aos Agregados Familiares

Inder - Instituto Nacional de Desenvolvimento Estrutural

INE - Instituto Nacional de Estatística

Manu - União Nacional Africana de Moçambique

ONU - Organização das Nações Unidas

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONGs - Organizações não Governamentais

PC - Pastoral da Criança

PVDs - Países em Vias de Desenvolvimento

Parpa - Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta

PAEs - Programa de Ajustamento Estrutural

PNUD - Programa das Nações Unidas Para o desenvolvimento

PRE - Programa de Reabilitação Económica

Pres - Programa de Reabilitação Económico e Social

Remano - Resistência Nacional Moçambicana

Udenamo - União Democrática Nacional de Moçambique

Unami - União Nacional Africana para Moçambique Independente

Unicef - Fundo das Nações Unidas Para Crianças

UniSaf - Universidade Sagrada Família

UP- Universidade Pedagógica

SUMÁRIO

CAPÍTULO I.....	14
1.1. INTRODUÇÃO.....	14
Relato vivencial	14
1.2. Justificativa.....	16
1.3. Problema de pesquisa	17
1.4. Hipóteses preliminares de pesquisa.....	25
1.5. Objetivo geral	25
1.5.1. Objetivos específicos.....	25
1.6. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	26
1.6.1. Procedimentos metodológicos	26
CAPÍTULO II.....	30
UM OLHAR SOBRE MOÇAMBIQUE E MAXIXE.....	30
2.1. Caracterização de Moçambique.....	30
2.2. Contexto histórico: das primeiras sociedades moçambicanas	31
2.3. Período colonial em Moçambique	33
2.4. O comércio dos escravizados	36
2.5. A educação	37
2.6. Guerra de Libertação Nacional e Pós-independência.....	38
2.7. Pós-independência: Guerra Civil, PRE e Multipartidarismo.....	39
2.8. Caracterização do distrito de Maxixe	41
CAPÍTULO III	45
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	45
3.1. Contexto histórico de desenvolvimento	45
3.2. Conceito de Desenvolvimento.....	45
3.3. Enquadramento do desenvolvimento em África	47
3.4. DESENVOLVIMENTO RURAL	48
3.4.1. Contextualização e conceito	48
3.4.2. Enquadramento em Moçambique.....	50
3.4.3. Pobreza	53
3.5. ONGs.....	58
3.5.1. Contexto histórico, conceito e o seu papel	58
3.5.2. Entrada das ONGs em Moçambique e seu papel	61

3.5.3. Caracterização das ONGs em Moçambique	68
3.5.4. ONGs religiosas.....	69
3.5.5. Congregação da Sagrada Família em Moçambique	71
CAPÍTULO IV	73
ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS	73
4.1. Apresentação e discussão dos dados resultantes da pesquisa de campo	73
4.2. Projetos implementados.....	73
4.3. Projetos de desenvolvimento conduzidos pela CSF nas comunidades rurais	74
4.4. Ações da CSF e eventuais benefícios às comunidades rurais	76
4.5. Financiamento dos projetos implementados nas comunidades rurais	77
4.5. Relação entre CSF e os beneficiários dos projetos nas comunidades rurais	82
4.6. Desenvolvimento na ótica das comunidades rurais e da CSF	86
4.7. Impactos socioeconômicos dos projetos da CSF.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	98
APÊNDICE	
ANEXO	

CAPÍTULO I

1.1. INTRODUÇÃO

Relato vivencial

Em 2014, após a conclusão da graduação em História Política e Gestão Pública, na Cidade de Maxixe, pela na Universidade Pedagógica - Unisaf, fui selecionado para monitorar os projetos de extensão universitária encabeçados pela mesma instituição. Nos “Projetos de Escolinhas da Pastoral da Criança”, tivemos a oportunidade de trabalhar nas comunidades rurais, com cerca de 1303 crianças de várias idades. Entretanto, nestas comunidades rurais, constatou-se grande número de crianças em situação de vulnerabilidade, desde a insegurança alimentar (má nutrição e desnutrição crônica), problemas de saneamento (insuficiência de água potável para beber e para satisfazer outras necessidades) e insuficiência de infraestruturas que garantam o acesso a serviços básicos (escolas, hospitais, mercados, e corrente elétrica).

Participamos do processo de assistência às crianças no que concerne ao ensino e aprendizagem, com intuito de poder auxiliar na melhora dos níveis de assimilação dos conteúdos nas escolas. Para melhorar a dieta alimentar das crianças fizemos machambas (lavouras) com culturas diversificadas, desenvolvemos atividades de criação de animais, como suíno, gado caprino, galinhas e gado bovino, em que seus excrementos eram utilizados para a fertilização de solos nas machambas.

Em 2018, concluí a especialização em Gestão de Projetos de Desenvolvimento Sustentável, pelo Instituto Superior de Gestão, Administração e Educação, e no mesmo ano tive o privilégio de participar de uma formação denominada “Academia de Líderes Ubuntu”, que posteriormente permitiu-me prestar serviços de voluntariado na Plataforma Makobo¹. Nesta organização solidária, desempenhei funções de educador de crianças no bairro dos pescadores Costa do Sol em Maputo, no âmbito da iniciativa “Lancheira Solidária ou Merenda Escolar”. Na mesma organização solidária, no âmbito da iniciativa “Sopa Solidária”, distribuí bens alimentares na cidade de Maputo, para crianças, adolescentes, jovens e idosos que se encontravam a viver na rua, em situação de vulnerabilidade, causada pelo êxodo rural e exclusão social.

¹ Makobo – Plataforma Solidária, é uma Organização não Governamental, fundada em 2005 em Maputo, cujo a missão é prover e fomentar serviços que visem a promoção do bem-estar social de grupos menos favorecidos, através de ações de responsabilização individual e corporativa que, realizadas de forma continuada, efetiva, planeada e sustentada, contribuam para o desenvolvimento social, cultural e económico do país.

As minhas vivências nas comunidades rurais de Maxixe e nos bairros periféricos na cidade de Maputo despertou em mim o interesse de estudar questões vinculadas ao desenvolvimento no meio rural em Moçambique, visto que o espaço rural alberga um número maior de habitantes (68%), segundo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2017). Espaço que é caracterizado por cenários cotidianos de extrema pobreza, onde há insuficiência de políticas públicas para estimular o processo do desenvolvimento nesse espaço de vida.

As atividades que desenvolvi como assistente social nas comunidades rurais em Maxixe e nos bairros periféricos em Maputo, suscitaram em mim o interesse académico. Isto, contribuiu para que ingressasse no Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural na Universidade de Brasília (UnB). Este trabalho é uma dissertação de mestrado cujo tema é o desenvolvimento, ou melhor, as intervenções de desenvolvimento propostas e realizadas por organizações da sociedade civil, incluindo nelas as organizações religiosas. Considerando este foco, a organização deste trabalho está dividida em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, de cunho introdutório, o foco é apresentar uma breve história em relação ao meu interesse pelo tema, e contextualizar os problemas existentes no meio rural em termos de necessidades materiais. Em seguida, trago a justificativa do objeto de estudo, e informações sobre os procedimentos metodológicos adotados.

O segundo capítulo, ocupo-me na descrição da história de Moçambique, que esteve sob a colonização portuguesa, processo esse que sofreu lutas de resistência por parte de alguns líderes locais. E como forma de tornar acessível a compreensão do leitor, a história de Moçambique foi dividida em períodos, sendo eles: as primeiras sociedades antes da penetração Portuguesa, a penetração portuguesa (colonização), a pós independência e seus contornos.

O terceiro capítulo deste trabalho, é a fundamentação teórica, onde busquei visitar alguns autores que serviram de base para a discussão de conceitos ou categorias como o desenvolvimento, desenvolvimento rural e ONGs. Neste capítulo debruçei-me sobre conceitos, tendo em conta a sua origem, evolução e a sua manifestação na atualidade.

O quarto capítulo é reservado à análise dos dados coletados em campo. É neste capítulo, onde podem ser encontradas as discussões dos dados tendo em conta a base teórica, a validação das hipóteses, as considerações gerais, referências bibliográficas, apêndice e anexos. Vale contextualizar que, de uma forma geral, as ONGs (de natureza

assistencialistas², com fortes ligações a grupos religiosos) chegam em Moçambique no contexto emergencial, em que estava sendo implementado o Programa de Reabilitação Económica (PRE³). Este programa foi concebido numa perspetiva de permitir que as organizações internacionais trabalhassem no processo de reconstrução do país, estava mergulhado numa guerra civil entre os movimentos Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) e Resistência Nacional Moçambicana (Renamo). Tal conflito encerrou por colocar Moçambique na lista dos países mais pobres do mundo, com uma economia praticamente estagnada e um desenvolvimento humano crítico (FRANCISCO, 2010, p. 51).

1.2. Justificativa

Em Moçambique, as políticas de saúde, educação, igualdade de gênero, acesso ao emprego e à renda e de proteção contra os desastres naturais, entre outras, são apontadas como sendo mais vulneráveis se comparadas às dos países tidos como desenvolvidos. Isto exigiria cada vez mais esforços e recursos humanos, materiais e financeiros para a redução dos índices de vulnerabilidade da população, na perspetiva de se acelerar os processos do desenvolvimento (MOIANA, 2017, p. 6). A questão se agrava quando consideramos o meio rural, o que faz com que seus habitantes e agentes tenham que lidar cotidianamente com o tema do desenvolvimento.

O distrito de Maxixe não é uma exceção quando se fala de desenvolvimento, pois uma parte considerável das populações encontram-se a viver num contexto de pobreza material, ou ao menos são vistas pelas organizações interventoras como estando nessas condições. Elas dizem respeito à falta de condições para satisfazer as necessidades básicas e de infraestruturas (habitação, hospitais, escolas), ao reduzido acesso à rede de abastecimento de água potável e à energia elétrica, à falta de inclusão participativa das pessoas nas decisões que concernem aos seus próprios destinos.

² As ações de natureza assistencialista são aquelas de cunho filantrópico ou caritativo, caracterizadas por doações de bens materiais, sem nenhum comprometimento e desenvolvimento de capacidades, e fazer os indivíduos úteis à sociedade, e capazes de pensar sobre as soluções dos problemas que acompanham (FRANCISCO, 2010, p. 143).

³ Programa de Reabilitação Económica, é ativado em 1987 devido a crise que o país vivia, foi seguindo as orientações do FMI e BM. Aplicado durante a guerra civil moçambicana, que durou 16 anos (1977-1992), e tinha quatro objetivos importantes: cessar a diminuição da produção; assegurar à população das zonas rurais receitas mínimas e um nível de consumo mínimo; reinstalar o balanço macroeconómico através da diminuição do déficit orçamentário; reforçar a balança de transações correntes e a balança de pagamentos (FRANCISCO, 2010, p. 62). Frisar que o PRE evoluiu para o PRES.

O meu interesse em pesquisar a partir de Maxixe é pelo facto de ter participado de algumas atividades coordenadas pela CSF em comunidades rurais ali, nas quais deparei-me com pessoas vivendo em contexto que a mim me pareceu de pobreza material acentuada e, conseqüentemente, de vulnerabilidade, muito embora projetos de desenvolvimento tenham sido conduzidos ali na perspetiva de erradicar ou minimizar a pobreza. Nesse sentido, percebi a ideia de desenvolvimento propagada pelas ONGs como uma possível ilusão, como veremos no capítulo IV, onde falamos dos projetos de desenvolvimento.

Espera-se, pelo exposto, que o trabalho traga uma radiografia das estratégias protagonizadas pelas ONGs na promoção do desenvolvimento das comunidades rurais, olhando também para as questões que estão no jogo de definição e acompanhamento dos projetos do desenvolvimento no meio rural, incluindo as mudanças socioeconômicas e ações dos projetos. Contudo, espera-se também que este trabalho possa levantar um debate acadêmico em torno do efeito que as ONGs têm em relação à ideia do desenvolvimento nas comunidades rurais, e os fatores que influenciam nos processos de desenvolvimento rural.

Pretende-se, com este trabalho, averiguar as mudanças das ações das ONGs, em relação às estratégias implementadas para a promoção do desenvolvimento rural em Moçambique.

1.3. Problema de pesquisa

O desenvolvimento de um país ou de uma determinada população passa primeiro pela capacidade que esta população deve ter para suprir as necessidades básicas, estas que, segundo Smith (1996), significa acesso à saúde, habitação permanente, alimentação, água e ar não poluído, harmonia entre indivíduos, a família e a sociedade. Pois, quando se fala de suprir as necessidades básicas, é importante reforçar está ideia partindo também do olhar de Pereira - Pereira (2000), que sustenta que as necessidades básicas devem ser vistas como primordial e não numa perspetiva minimalista, e que a não realização destes pressupostos podem acarretar sérios e imediatos riscos ao seu desenvolvimento. Portanto, ter as necessidades humanas básicas atendidas é viver uma vida com sentido, gozando de saúde, com capacidade para agir com autonomia crítica (GOMES JÚNIOR, 2015, p. 15).

Sen (2000), sustenta que a falta de acesso a esses itens básicos citados por Smith expressam a pobreza ou privação de capacidades, sendo elas: falta de liberdades

políticas, de facilidades econômicas, de oportunidades sociais, de garantias de transparência e de segurança protetora. Portanto, as liberdades tendem a contribuir para a capacidade geral de uma pessoa viver mais livremente, mas também têm o efeito instrumental, de complementar umas às outras, ou de uma viabilizar a outra (SEN, 2000, p. 55). Para Sen (2000), inclusive, pobreza não é sinônimo de falta de renda, mas de privação de capacidades, como por exemplo a falta de participação política.

Moçambique figura entre as nações mais pobres do mundo e possui Índice de Desenvolvimento Humano muito baixo (0,446). No ranking de 191 países disposto no Relatório do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Moçambique está na 185ª posição e possui intensidade de privação correspondente a 57,0 % (PNUD, 2021/2022). O que demonstra que o país continua longe de atingir condições capazes de alçá-lo a boas posições e adicionalmente, a gestão do governo atual, quando comparada com os países da região da África Austral, é apontada como uma das mais precárias. A situação se agudiza quando comparada aos países tidos como desenvolvidos, que atualmente financiam parte do orçamento do Estado.

Maxixe é um distrito da Província de Inhambane⁴, esta que é uma das províncias mais pobres do país, com uma taxa de incidência de pobreza na ordem dos 80,7% e com uma taxa de 31% de casos de desnutrição. Nesse sentido, constituem indicadores socioeconômicos da pobreza em Moçambique, o acesso à escolaridade ou frequência escolar, o acesso à saúde, o acesso à justiça, o acesso ao emprego e à renda, o acesso à água potável, a participação política (em órgãos de tomada de decisão), a expectativa de vida, dentre outros (PNUD, 2014).

Os dados oficiais do Governo (MOÇAMBIQUE, 2001 *apud* BRITO *et al.*, 2012), afirmam três das seis causas apontadas como condicionantes da pobreza em Moçambique dizem respeito direta ou indiretamente ao setor da agricultura, nomeadamente a baixa produtividade da agricultura familiar, a falta de oportunidades

⁴ Os velhos da terra *Sewe* (Inhambane, Moçambique) contam que, a 10 de janeiro de 1948, o famoso navegador Português Vasco da Gama, a caminho das Índias, chegou com suas embarcações à baía de Inhambane. Era um dia chuvoso. Avizinhando-se dos indígenas, perguntou-lhes qual era o nome da localidade. Vendo a forte chuva, estes dirigiram-lhe a palavra com um sorriso nos lábios: «*Bela nyambani*» («entre em casa») ofereceram-lhes hospitalidade e produtos locais. Impressionado por tanta hospitalidade, Vasco da Gama escreveu no seu diário que, naquele dia, havia entrado na bela terra de «Inhambane», terra de boa gente. De facto, havia interpretado as palavras dos indígenas como resposta à sua pergunta. Ainda hoje, a terra de *Sewe* é chamada «Inhambane», terra de boa gente (BONO, 2014).

de emprego dentro e fora do sector agrícola e o fraco desenvolvimento de infraestruturas, em particular nas zonas rurais.

Segundo o censo de 2017, Moçambique apresenta uma população que corresponde a 27.909.798 habitantes, e com a maior percentagem no meio rural, de 68%, o que corresponde a 18.767.536 habitantes (INE, 2017). Moçambique é extremamente dependente da ajuda externa, facto este que contribuiu para que o país apresente um orçamento de Estado deficitário, da ordem de 109.791,05 milhões de meticais⁵, equivalente a 10% do Produto Interno Bruto. Entretanto, o défice orçamentário tem impactado na intervenção do Estado em termos de políticas públicas para a qualidade de vida nas comunidades rurais.

Através do Programa Subsídio Social Básico ⁶, o Estado transfere uma renda de 540,00 meticais por mês, que corresponde a 8,45 dólares e 42,99 reais, para agregados familiares com uma pessoa, podendo ser estendido para completar até cinco membros de um mesmo agregado familiar no valor máximo de 1000,00 meticais (cerca de 15,65 dólares e 76,61 reais) no câmbio de 23/06/2023 (ZITHA, 2021, p. 17).

Quadro 1 - Evolução do PSSB em Moçambique

Série - histórica da evolução do valor da transferência pecuniária do PSSB			
Ano	Valor do PSSB	Salário mínimo	% do PSSB em relação ao salário mínimo
2013	310,00 meticais	2500,00 meticais	12,40
2014	310,00 meticais	2857,00 meticais	10,85
2015	310,00 meticais	3000,00 meticais	10,33
2016	365,00 meticais	3298,00 meticais	11,07
2017	365,00 meticais	3642,00 meticais	10,02

⁵ Taxa de conversão: 1 metical corresponde a 0.08423 real ou a 0.01566 dólar.

⁶ O PSSB é um programa de transferência de renda, criado em 1993, que visa sanar ou atenuar a situação dos moçambicanos que vivem na pobreza sob a forma de subsídio de alimentos, com o objetivo assegurar a sobrevivência dos agregados familiares chefiados por membros sem capacidade para o trabalho. Inicialmente, ele tinha como beneficiários elegíveis pessoas idosas, pessoas com deficiência e pessoas com doenças crônicas e degenerativas. Atualmente, o programa visa essencialmente incluir a todos que se encontra em situação de extrema pobreza, sejam eles “pessoa idosa sem capacidade para o trabalho; pessoa com deficiência sem capacidade para o trabalho; pessoa com doença crônica e degenerativa e permanentemente acamada e crianças” (Decreto nº 47/2018, de 06 de agosto de 2018), (ZITHA, 2021, p.7).

2018	540, 00 meticais	4063,00 meticais	13,29
2019	540, 00 meticais	4390,00 meticais	12,30
2020	540, 00 meticais	4390,00 meticais	12,30
2021	540, 00 meticais	4401,00 meticais	12,27
2022	540, 00 meticais	5200,00 meticais	10,38
2023	540, 00 meticais	5800,00 meticais	9,31

Fonte: ZITHA (2021, p.112)

Contudo, é relevante frisar que este valor transferido não contempla todas as populações rurais, de modo que há pessoas em comunidades rurais que vivem com menos. Ou seja, em geral vive-se com bem menos de 1 dólar por dia, o que corresponde a 63 meticais⁷.

O distrito de Maxixe tem uma densidade populacional correspondente à 147.260 habitantes segundo o censo moçambicano de 2017, e o modo de vida das comunidades rurais tem como base a agricultura, que é tida como pilar do desenvolvimento do país, segundo a Constituição da República de Moçambique (2004, p.30), constituindo a principal fonte de sobrevivência da maior parte da população, principalmente nas comunidades rurais.

Na visão de Moiana (2017, p.9), há a necessidade de se incrementar esforços com vista a tornar tal população menos dependente dos fenômenos naturais, se efetivamente deseja-se a volta do desenvolvimento nessas comunidades. Então esta vulnerabilidade ambiental, que frequentemente acarreta a falta de alimentos, tem contribuído para a insegurança alimentar, causando a má nutrição e desnutrição crônica nas crianças. Segundo os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável⁸ (ODS), a solução para se acabar com a fome seria garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os mais pobres e

⁷ Conversão para o real: 5,75 reais.

⁸ A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor a resolução da Organização das Nações Unidas intitulada “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável”, constituída por 17 objetivos, desdobrados em 169 metas, que foi aprovada pelos líderes mundiais, a 25 de setembro de 2015, numa cimeira memorável da sede da ONU, em Nova Iorque (EUA). “Os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável são nossa visão em comum para a humanidade e um contrato social entre os líderes mundiais e os povos”, disse o secretário geral da ONU Ban Ki-Moon. Visam resolver as necessidades das pessoas tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, enfatizando que ninguém deve ser deixado para trás. Trata-se de uma agenda alargada e ambiciosa que aborda várias dimensões do desenvolvimento sustentável (social, económico, ambiental) e que promove a paz, a justiça e instituições eficazes (GUIA SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2015).

pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a uma alimentação de qualidade nutritiva e suficiente durante todo o ano.

A OIT (2017, p. 14) descreve que,

As crianças que crescem na pobreza têm menos oportunidades de realizar o seu pleno potencial, pois todas as suas possibilidades são limitadas em comparação com as dos seus pares, sendo que África é a região mais afetada.

Estes problemas têm limitado o desenvolvimento físico e retardado o processo de aprendizagem das crianças nas escolas, vedando, conseqüentemente, a capacidade de se criarem alternativas e soluções para promover o bem-estar social nas comunidades rurais.

De acordo com Unicef (2020, p. 5) existem 14 milhões de crianças em Moçambique, o que significa que elas constituem 44,76% de toda a população do país. Cerca da metade das crianças com idades entre zero e 17 anos vivem em situação de empobrecimento. Isto, implica que alguns dos direitos básicos de cerca de sete milhões de crianças não são realizados, como é o caso da alimentação.

A desnutrição infantil está a aumentar e as crianças têm uma nutrição má na esmagadora maioria das unidades familiares. Pois, Dupraz *et al.*, (2006, p. 95), sustentam que:

A nutrição é um bom indicador para o bem-estar geral da população na medida em que reflete o contexto estrutural que rodeia a má nutrição. Dificilmente uma criança com má nutrição em alguma fase do seu ciclo de crescimento, recupera o crescimento perdido e é quase impossível recuperá-lo completamente, pois isso implicaria uma substancial melhoria da sua qualidade de vida. A atrofia está também estreitamente associada com desenvolvimento mental afetado.

Além disso, as comunidades enfrentam problemas de saneamento, o que faz com que recorram aos rios para satisfazerem as suas necessidades, sem obedecer aos níveis de purificação e higiene, causando assim doenças diarreicas que acabam em mortes. Verifica-se também a falta de infraestruturas de serviços básicos, obrigando assim as populações a deslocarem-se à cidade para receber os primeiros cuidados nos postos de saúde.

As minhas vivências no distrito de Maxixe remontam desde o ano de 1998, e o processo foi acompanhado de diversas dinâmicas sociais, desde as cheias no ano de 2000 e os ciclones Eline e Hudah, que causaram estragos em regiões urbanas e rurais, deixando as populações sem os seus bens ou benfeitorias.

Em 15 de fevereiro de 2017 e março de 2023, a província de Inhambane foi assolada pelo ciclone Dineo e Freddy, e o distrito de Maxixe viveu momentos difíceis, como a destruição de infraestruturas e a escassez de recursos alimentares. Pois, os acontecimentos que se deram ao longo dos anos têm precarizado as condições dos direitos humanos, e isto tem motivado as organizações da sociedade civil e internacionais a protagonizarem assistência às populações.

Quando da minha estadia nestas comunidades, em julho de 2022 e também anteriormente, pude perceber, ao longo das conversas, que as populações têm sentimentos semelhantes em relação aos problemas identificados.

Segundo os depoimentos por parte dos agentes da CSF, como forma de proporcionar melhores condições de vida às pessoas nas comunidades, pensou-se na elaboração e realização de projetos do desenvolvimento, nos quais o futuro das comunidades deveria ser pensado por seus integrantes ou em consideração ao contexto local. Deste modo, os projetos do desenvolvimento foram elaborados tendo em conta as necessidades amplas, como as prioridades em relação à saúde, à instrução, às condições sociais, sempre defendendo a diversidade de valores pessoais em jogo, a igualdade entre homem e mulher.

Em termos de ações, a CSF, realiza atualmente o projeto de educação com a Pastoral da Criança. Há cursos de formação às mães, registo do peso mensal das crianças, fornecimento de bens de primeira necessidade, abertura de escolinhas para as crianças. No passado houve também um trabalho com as mulheres (Pastoral da Mulher) para a realização de hortas comunitárias, fornos para fazer pão, além do que foram abertos vários poços de água. Já com a Pastoral da Juventude, foram criados grupos de jovens em cada comunidade para animação dos jovens com numerosas atividades ligadas ao Centro Juvenil Maxixe. Sendo elas, formação moral e profissional, através de cursos de informáticas, concessão de bolsas de estudos no ensino superior e médio (dentro e fora do país), diversas atividades de desportos (incluindo a participação das equipas em campeonatos provinciais e nacionais), atividades culturais e religiosas.

A ideia que se têm dos projetos de desenvolvimento é que estes são realizados em contexto de pobreza, e isto pode se sustentar a partir da ideia de Ribeiro (2008, p. 110), segundo a qual as iniciativas do desenvolvimento estão ancoradas e atravessadas por situações em que a desigualdades de poder abundam. Portanto, em sintonia com Adams (1967), o poder é o controle que um coletivo possui sobre o ambiente de outro coletivo, e isto pode se traduzir em uma relação de colonialidade ao sujeito que se encontra numa

situação de desvantagem. Todavia, em maior dos casos ou quase sempre a questão do desenvolvimento é definida num formato externo, e que tantas vezes não tem nada ver com a realidade local.

Mais da metade das pessoas do mundo vivem em condições que se aproximam da miséria e sua alimentação é inadequada e são vítimas de múltiplas doenças, além do que sua situação econômica é estagnada e com privações materiais concretas. Pois, as necessidades materiais concretas podem se resumir na falta de alimento, vestuário, alojamento e serviços sociais básicos, que geram dependência e privam as capacidades dessas populações, além de vedar a sua participação na sociedade. Cenários como este suscitam conflitos que se dão na busca de melhores condições de vida, abrindo assim espaço para que a ideia do desenvolvimento (e as operações que lhes são subjacentes) entre em cena por via de atores e instituições.

Por seu turno, Ribeiro (2008), afirma que os atores e as instituições mais poderosas do campo do desenvolvimento são designados, às vezes pejorativamente, pelo rótulo de “indústria de desenvolvimento”. Elas se empenham na reprodução do campo como um todo, já que seus interesses são intimamente conectados a tal campo (RIBEIRO, 2008, p. 111). Na prática, eles atuam para disfarçar intervenções altamente parciais e interessadas e apresentá-las sob as vestes de intervenções universais, desinteressadas e inerentemente benévolas (FERGUSON, 1994, p.186). Assim o campo do desenvolvimento é frequentemente revestido por uma propaganda falsa, “benevolente”, ou até mesmo samaritanismo, suscitando a ideia de dar o poder ao outro (KAPOOR, 2005, p. 1206).

Vemos que o maior palco de implementação do desenvolvimento é através de projetos de desenvolvimento, que, segundo Kapoor (2005, p. 1206), têm sido concretamente implementados nas comunidades locais do Terceiro Mundo. Então, se verificarmos com mais atenção e desnaturalizarmos certas operações em jogo, muitas vezes perceberemos que muitas das ações de desenvolvimento ocorrem em decorrência dos interesses institucionais e geopolíticos do Primeiro Mundo.

A análise pós-estruturalista destaca as formas de exclusão que os projetos de desenvolvimento podem implicar, em particular a exclusão de conhecimentos, vozes e preocupações daqueles que, paradoxalmente, deveriam se beneficiar do desenvolvimento: os pobres na Ásia, África e América Latina (ESCOBAR, 2005, p. 19). Assim, as implementações dos projetos de desenvolvimento, sobretudo em países da África, como Moçambique, se distanciam da participação da população e são

implementados sob o olhar do ocidente (no intuito de expandir os seus interesses na apropriação de recursos minerais e produtos primários e manter o controle dos países empobrecidos, ou, simplesmente, de expandir seu modo de pensar, agir, ver, organizar e dividir o mundo). Nessa perspectiva, em geral os projetos não vão refletir os interesses dos afetados e produzir mudanças ou estabelecer melhorias efetivas na qualidade de vida das populações.

É fundamental, então, compreender as estratégias de geração de renda das famílias rurais pobres para permitir a formulação de políticas e reformas institucionais, a fim de melhorar o acesso e o uso dos recursos disponíveis, quer para a produção de alimentos, quer para a geração de renda numa base de equidade, particularmente para as mulheres (PIJNENBURG *et al.*, 2000, p. 1). Apesar disso, muitas vezes as pessoas preocupadas com o “desenvolvimento” rural estão a pensar e a agir nos seus termos, sem considerar seriamente alternativas, que parecem impraticáveis, indesejáveis, ou apenas fora do mapa (LI, 2016).

De outro modo, os economistas políticos esquerdistas têm frequentemente argumentado que o verdadeiro objetivo dos projetos de desenvolvimento é ajudar os capitalistas a penetrar nos países do Terceiro Mundo. No Lesoto, no entanto, tais projetos não foram típicos introdutores de novas relações (capitalista ou não), tampouco trouxeram modernização ou transformações econômicas significativas (FERGUSON, 1994, p. 184).

Li (2016), traz a ideia do isolamento e também das limitações fundamentais que os projetos refletem no que diz respeito ao melhoramento em relação ao bem-estar das populações rurais, porque as premissas e prescrições destes não passam pelo escrutínio crítico, prejudicando, assim, sua efetividade em termos de desenvolvimento rural. Dessa forma, tais projetos continuam como veículos para canalizar fundos para membros privilegiados da elite rural, e para disciplinar os aldeões que são aconselhados a esperar pacientemente que a generosidade do Estado venha ao seu encontro (LI, 2016). Logo o desenvolvimento rural pressupõe um olhar mais atento e um compromisso social mais presente com mudanças efetivas e melhorias reais das condições de vida das famílias e das comunidades rurais (STUMPF e BALSADI, 2015, p. 522). É necessário realçar, ainda, que a pobreza também é algo socialmente construído.

A despeito desta construção social de pobreza, é relevante buscar o caso da região do nordeste do Brasil, que na visão do Albuquerque (2011, p. 52), vive uma crise acentuada, com mudanças também substanciais que advêm do processo de

aprofundamento da sua dependência econômica, da sua submissão política em relação às outras áreas do país. Este processo deu-se em decorrência do processo de aceitação da entrada massiva estrangeira europeia, em algumas regiões privilegiadas do Brasil, como São Paulo e região sul, configurando-as como desenvolvidas e civilizadas. E nesta mesma perspectiva, pode se buscar o pensamento do Castro (1984) na sua obra “A Geografia da fome”, a pobreza dá-se em detrimento da usurpação da terra dos agricultores familiares, a favor de uma elite estabelecida, onde o conceito de produção é direcionada ao mercado externo. Pois, ele defendia uma agricultura que pudesse alimentar adequadamente a população, que não priorizasse apenas a exportação de *commodities*. Pois, a pobreza (assim como fome), é resultado de uma escolha de desenvolvimento excludente ou a questões políticas.

Para entendermos os contornos do desenvolvimento rural, a pesquisa irá guiar-se com a seguinte questão de partida: o intervencionismo por parte da CSF tem contribuído para a promoção do desenvolvimento nas comunidades rurais em Maxixe, garantindo o bem social e económico da população?

1.4. Hipóteses preliminares de pesquisa

As estratégias implementadas pela CSF para a promoção do desenvolvimento rural em Maxixe não respeitam o *modus vivendi* dos habitantes, por isso os seus resultados não têm eficácia; ou, as estratégias implementadas pela CSF para a promoção do desenvolvimento rural no distrito de Maxixe têm proporcionado melhorias objetivas na qualidade de vida das pessoas, como o acesso a serviços sociais básicos e a promoção da segurança alimentar.

1.5. Objetivo geral

- Analisar o efeito das estratégias implementadas pela CSF na promoção do desenvolvimento rural no distrito de Maxixe.

1.5.1. Objetivos específicos

- Narrar o histórico de atuação da CSF nas comunidades rurais de Maxixe;
- Descrever as narrativas da população local sobre a atuação da CSF em suas respectivas comunidades;
- Analisar e problematizar o “desenvolvimento” em termos de controvérsias e efetividades materiais geradas nas comunidades rurais.

1.6. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo Oliveira (2006), a metodologia é uma atividade preponderante da pesquisa, porque estabelece uma conexão entre o sujeito e objeto, podendo dizer que essa é uma relação de apropriação.

O método que foi usado neste trabalho ou pesquisa foi o método hipotético-dedutivo, na ótica de Kaplan (KAPLAN, 1969, p. 12). Entende-se que o método é, também, uma forma de ler o mundo, e este por sua vez ajudou-me a estabelecer o contacto com a realidade de pesquisa (comunidades rurais), uma vez que o mesmo nos insere numa perspetiva de conhecimento prévio do local e das condições em causa, dando desta forma a possibilidade de identificação dos problemas, uma visualização e testagem das soluções através das hipóteses construídas ao longo de formulação do problema; e permite-nos ainda mais estabelecer um vínculo com o propósito da pesquisa em função da análise dos resultados.

1.6.1. Procedimentos metodológicos

A pesquisa foi baseada numa abordagem qualitativa segundo Triviños (1987), a abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto, permitindo-nos efetuar uma análise teórica, bibliográfica sobre os conteúdos que se pretendem discutir.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa foi do tipo “de campo”, por meio da qual buscamos as informações diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto com os sujeitos da pesquisa. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu, e reunir um conjunto de informações a serem documentadas (PIANA, 2009, p. 169). Com este procedimento, foi nos possível estabelecer contato com oito comunidades rurais no distrito de Maxixe, onde são implementados os projetos do desenvolvimento, nomeadamente: Barrana, Macupula, São Lourenço, Nhapata de Palha, Malavana, Gigune, Matadouro, Santa Paula (**vide Apêndice IV e V**).

Para a geração de informações ou dados nestas comunidades rurais, usamos como métodos as entrevistas semi-estruturadas, as conversas informais (ambas registradas em caderno de campo), revisão da literatura, a pesquisa documental, a observação direta e a participante. Estes métodos permitiram-nos captar informações junto a 11 interlocutores de pesquisa (agregados de famílias beneficiárias) nas comunidades, sendo dois por comunidade, três missionários representantes da Congregação da Sagrada Família

(implementadores dos projetos), três interlocutores da sociedade civil e dois interlocutores do estado.

Em suma, estiveram envolvidas 16 pessoas nesta pesquisa, conforme as informações apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 2 - Interlocutores da pesquisa

Pseudônimo⁹	Instituição/Comunidade	Profissão
Missionário - E1	CSF	Missionário
Missionário - L2	CSF	Missionário
Missionário - I3	CSF	Missionário
Nduluzany - MADER	MADER ¹⁰	Agrônomo
Maimayany - CMCM	CMCM ¹¹	Vereador
Docodelany – Sc 1	Sociedade Civil - MAXIXE	Empreendedor
Nezy – Sc 2	Sociedade Civil - MAXIXE	Servidor público
Macedany – Sc 3	Sociedade Civil - MAXIXE	Servidor público
Rací – B	BARRANA	Educadora - Residente
Nbulí – N	NHAPATA DE PALHA	Educadora - Residente
Maígu – SI	SÃO LOURENÇO	Educadora - Residente
Dhavi – S	SANTA PAULA	Educadora - Residente
Kudzí – M	MATADOURO	Educadora - Residente
Sumbí - Mc	MACUPULA	Educadora - Residente
Tingalava - G	GIGUNE	Educadora - Residente
Licacia - M	MALAVANA	Educadora - Residente

Fonte: O AUTOR (2023)

Na ótica de Bauer e Gaskel (2008), é importante buscar a tipificação da variedade de representações das pessoas no seu mundo vivencial, mas, sobretudo, objetiva-se conhecer a maneira como as pessoas se relacionam com seu mundo cotidiano. Portanto a abordagem em questão permitiu-nos executar o nosso primeiro objetivo específico, que é “remontar o histórico da atuação da CSF nas comunidades rurais”. Este objetivo, então,

⁹ Colocamos pseudônimos de acordo com código de ética de pesquisa, para não expor as pessoas que fizeram parte do estudo.

¹⁰ Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

¹¹ Conselho Municipal da Cidade de Maxixe.

foi operacionalizado através de pesquisa documental, revisão da literatura, entrevistas semi-estruturadas e conversas informais com atores chave (principalmente agentes ligados à CSF e às comunidades em questão, mas sem descartar outros agentes relevantes ao levantamento dessas informações). Esta técnica de geração de dados nos permitiu buscar informações relacionadas à implementação dos múltiplos projetos, às formas de aquisição de recursos, à relação dos recursos com as estratégias implementadas nas comunidades, à relação entre a CSF e as agências financiadoras dos projetos, à relação com os beneficiários do projeto, e entender como é que os projetos de desenvolvimento se construíram nestes espaços de vida.

O segundo objetivo específico foi o de “descrever a percepção da população local sobre a atuação da CSF nas comunidades rurais”. As técnicas empregadas foram as conversas informais, as entrevistas semi-estruturadas, as observações diretas e participante. Em relação às conversas informais, todas as informações foram registradas em caderno de campo, informações estas que nos permitiu reformular questões e tecer novas vias investigativas para a compreensão do significado do desenvolvimento em jogo ali. Já as histórias de vidas me permitiram perceber eventuais efeitos dos projetos implementados sobre a vida das pessoas. Com o emprego destas técnicas, foi possível captar impressões das comunidades sobre as ações da CSF nas comunidades.

O terceiro objetivo específico fez referência à “análise e problematização do desenvolvimento” em termos de controvérsias e efetividades materiais geradas nas comunidades rurais. Este foi operacionalizado através das contrastações de informações geradas nos dois primeiros objetivos específicos com os vários apontamentos existentes na literatura sobre as operações de desenvolvimento operadas por ONGs e comunidades. Nos permitiu descortinar as operações discursivas em jogo, no sentido de poder problematizar suas consequências e responder às seguintes perguntas orientadoras: o que é esse desenvolvimento ofertado pela CSF? Ele se dá em que termos? Ele é importante para quem (afinal há múltiplos atores em jogo!)? Como? Foram (re)produzidas, nessas experiências, relações de colonialidade, de dependência, utopias e as lógicas de projetos? Foram produzidas melhorias de qualidade de vida às populações em jogo, em volta das necessidades concretas (fome, alojamento, doenças, vestuário, conflitos de gênero)? Nesta discussão do desenvolvimento nos apropriamos de autores como Sen (2000), Ribeiro (2008), Rist (1999), Ferguson (1994), Kapoor (2005), Li (2007), Escobar (2005) etc., ao passo que tivemos que buscar ainda outros autores, que pudessem acrescentar mais subsídios nesta temática de desenvolvimento.

Em relação à análise e tratamento de dados, foi feita uma leitura, descrição, comparação, classificação e interpretação dos dados, com recurso ao modelo de Fielding (1993), especificamente para os dados da observação, onde será feita a transcrição das anotações de recolha de dados, vai-se identificar as categorias e por último vai se efetuar o destaque, a seleção dos dados e elaboração de esquemas de análise.

Para o tratamento dos dados das entrevistas usou-se o modelo Laville e Dionne (1999), onde fez-se a leitura, a descrição, o agrupamento dos dados por assuntos ou temas, e a interpretação com o objetivo de se efetuar a síntese dos dados e se organizar em forma de conclusões parciais. Com os procedimentos aqui mencionados, conseguiu-se alcançar o objetivo da pesquisa, que é averiguar as mudanças das ações por parte das ONGs nos processos do desenvolvimento rural. É preciso salientar que a questão da pesquisa sobretudo em Moçambique tem sido desafiante. Estes desafios vão desde o acesso e divulgação de informações para fins académicos.

A dificuldade em acessar algumas informações em instituições públicas continua sendo um entrave para as atividades de pesquisa em Moçambique. Contudo, acreditamos que um dia iremos ultrapassar essas barreiras, e que a educação será vista como prática da liberdade segundo a perspectiva do Paulo Freire.

CAPÍTULO II

UM OLHAR SOBRE MOÇAMBIQUE E MAXIXE

2.1. Caracterização de Moçambique

Moçambique situa-se na costa sudeste de África, limitando-se ao norte com a República Unida da Tanzânia, a oeste pelo Malawi, Zâmbia, Zimbabwe, Suazilândia e República da África do Sul e na faixa leste. O país é banhado pelo Oceano Índico numa extensão de 2.515km, construindo um espaço vital tanto para Moçambique, assim como para os países vizinhos situados no interior que só têm acesso às vias oceânicas através dos portos moçambicanos (FRANCISCO, 2010, p. 43). Portanto Moçambique pertence à Southern African Development Community¹² (SADC), da qual fazem parte os seguintes países: Malawi, Zâmbia, Angola, Zimbabwe, Namíbia, Angola, Botswana, Swazilândia, Lesotho, e África do Sul (DIONIZIO, 1998, p. 66).

Apresentando uma superfície de 799.380 quilômetros quadrados, o país é constituído por onze províncias, nomeadamente:

- Zona norte: Cabo Delgado, Niassa e Nampula;
- Zona centro: Zambézia, Tete, Manica e Sofala;
- Zona sul: Inhambane, Gaza, Maputo Província e Cidade de Maputo.

O país é essencialmente agrário, desenvolvendo-se a prática da agricultura e da pecuária. Na agricultura se desenvolveu de duas formas fundamentais: a de produtos de consumo, tais como cereais, leguminosas, verduras, tubérculos, entre outros; e a de cultura de rendimento, sendo esta orientada essencialmente para o abastecimento da indústria nacional, ou para a exportação, com espécies tais como o algodão, o tabaco, a castanha de caju, o chá, a cana de açúcar, dentre outras. Além da prática da agricultura por famílias, associações, cooperativas ou empresas, o país explora a madeira para a indústria nacional e para a exportação. Na pecuária desenvolve-se a criação do gado bovino, caprino suíno e aves (FRANCISCO, 2010, p. 43).

Na área da agricultura, embora a maior parte da população se dedique a esta atividade, por insuficiência de recursos (financeiros, tecnológicos e humanos), e por ainda se utilizarem técnicas rudimentares de cultivo, os camponeses são ainda dependentes das condições climáticas. A produção resultante, embora na maior parte os camponeses

¹² Comunidade do Desenvolvimento da África Austral, criada em 1992, é uma organização fundada e mantida por países da África Austral para a promoção da cooperação socioeconómica, política e de segurança entre os seus Estados-Membros e fomento aa integração regional para fins de pacificação, estabilização e enriquecimento (RELATÓRIO ANUAL, 2019).

estejam a registrar aumento de qualidades de ano para ano, muitas vezes seus resultados não chegam a compensar os recursos gastos no processo de produção, o que condiciona à perpetuação da situação de miséria a que muitos camponeses se encontram. Ainda mais, há a ausência de um sistema bancário capaz de fomentar a atividade agrícola no país, tida como a base do desenvolvimento. Por todas essas razões, não se têm conseguido obter rendimentos satisfatório por meio da agricultura (FRANCISCO, 2010, p. 45).

Assim, as populações do interior do país percorrem dezenas de quilômetros de distância a pé, ou de bicicletas, em busca de locais para venderem os seus excedentes e/ou para comprar os produtos que lhes fazem falta, para moer o milho. Os que vivem ao longo das fronteiras, recorrem aos países vizinhos, o que faz com que o país perca milhares de toneladas de produtos agrícolas por ano, em benefício daqueles países (FRANCISCO, 2010, p. 46).

Moçambique, foi uma colônia portuguesa por cerca de 500 anos, e só se tornou independente em 1975, depois de um processo de luta de libertação de Moçambique, conduzida pela Frelimo¹³, e mesmo assim, após o alcance da independência, o país mergulhou numa Guerra Civil que durou cerca de 16 anos.

2.2. Contexto histórico: das primeiras sociedades moçambicanas

Desde os primórdios a questão do “desenvolvimento” foi prioridade dos países europeus e esteve sempre na sua agenda, e como forma de alcançar a hegemonia, houve a necessidade de se lançarem ao novo mundo (Ásia e África) como forma de buscar esses recursos (minerais e produtos primários). Esta preocupação com o desenvolvimento culminou com o processo de colonização dos países Africanos, e Moçambique foi alvo da questão do progresso por parte dos países europeus, que na altura encontravam-se carentes de recursos e de produtos primários para abastecerem os seus mercados, e mais tarde as suas indústrias.

¹³ Foi resultado da fusão de três movimentos nomeadamente: A MANU (União Nacional Africana de Moçambique, liderado pelos makondes Matheus Mmole e Malinga, os seus componentes eram na sua maioria emigrantes makondes no Quênia e na Tanzânia, recebiam apoio enorme da TANU de Júlios Nyerere, primeiro presidente da República Unida da Tanzânia), A UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique, tinham como fundadores refugiados e emigrantes moçambicanos na antiga Rodésia do Sul atual Zimbábue, cuja maioria era originários das atuais Províncias de Sofala e manica tais como Jaime Maurício Khamba, atualmente exilado nos estados Unidos, devido os conflitos interno no interior da Frelimo abandona Tanzânia em 1969; e Urias Timóteo Simango) e a UNAMI (União Nacional Africano para Moçambique Independente, liderado pelo enfermeiro Baltazar da Costa Chongonga e Evaristo Gadaga, todos provenientes do atual distrito de Mutarara Província central de Tete e tinha apoio do governo do presidente Dr. Hastings Kamuzu Banda do Malawi), para combater o inimigo comum que era o colonialismo Português (CAETANO, 2015, p. 69).

Antes do fenômeno da colonização, a sociedade moçambicana tinha como base fundamental da sua economia o cultivo de cereais, principalmente de sorgo e de mexoeira¹⁴. Em algumas regiões a sul do rio Zambeze, essa atividade econômica era acompanhada pela criação de gado bovino. Tanto no norte como no sul daquele rio, a recoleção constituía um contributo indispensável à dieta. A caça e a pesca, atividades masculinas por excelência, eram praticadas com regularidade e desempenhavam um papel importante na obtenção de proteínas de origem animal. Os excedentes agrícolas e as produções artesanais, ou o marfim, as peles e o minério eram trocados entre diferentes unidades de produção, quer a nível local, quer em mercados distantes (ROCHA *et al.*, 2000, p. 14).

A relação social e política nas sociedades moçambicanas previa um chefe¹⁵ em cada família alargada ou linhagem, que detinha poderes políticos, jurídicos e religiosos, e um conselho de anciãos. Entretanto as funções políticas nessas sociedades eram exercidas pelos homens. Em algumas regiões o poder passava do irmão mais velho para o irmão a seguir na idade, noutras regiões do pai para o filho e, noutras ainda, a norte do Zambeze, do tio materno para o sobrinho (ROCHA *et al.*, 2000, p. 17).

Como produtoras, as mulheres detinham uma certa autoridade e controle sobre os celeiros, mas estavam geralmente excluídas da posse de bens mais valiosos e douradores, como o gado (ROCHA *et al.*, 2000, p. 17). Portanto o papel das mulheres nas primeiras sociedades moçambicanas era de grande importância, enquanto os homens se dedicavam a trabalhos como a caça, fundição de ferro e pesca. Cabia às mulheres cuidarem da casa, cuidarem dos filhos, e também dedicarem uma parte do seu tempo para atividades agrícolas.

As sociedades moçambicanas e sua ideologia baseava-se em crenças mágico-religiosas, crenças estas que exerciam um papel muito importante, constituindo assim armas fundamentais de poder, além de serem instrumentos de coesão social e de aparente imobilidade (ROCHA *et al.*, 2000, p. 19).

¹⁴ Designação de um milho cultivado em Moçambique, adapta-se a regiões de seca e altas temperaturas. É relevante na alimentação, a sua farinha é consumida em papas, serve para fazer pão e bebida tradicional (HAIR, 1977).

¹⁵ Constituía a classe dominante da sociedade, estes chefes ou anciãos estabeleciam as relações entre as linhagens e, em particular, detinham o controlo das alianças matrimoniais, por exemplo lobolo (compensação matrimonial destinada a contrabalançar, na família da noiva, a perda de um seus membros produtores e reprodutoras; os bens que compõem a compensação, bem como o seu montante, podem variar, com o impacto capitalista, a compensação começou a ser dada em dinheiro), no sul de Moçambique (ROCHA *et al.*, 2000, p. 17). Estes imploram aos antepassados, para si e para o seu povo, as chuvas, a saúde, a proteção para a caça e para as viagens (ROCHA *et al.*, 2000, p. 19).

2.3. Período colonial em Moçambique

É evidente que a busca de pujança dos países europeus a nível universal, tinham como preocupação o desenvolvimento econômico e isto propiciou expedições de descoberta nos países africanos que pudessem abastecer os seus mercados e fortalecer as suas economias.

No início de 1502, na sua segunda viagem, o próprio Vasco da Gama parou em Sofala, e, quando as instruções dirigidas a Francisco de Almeida foram elaboradas em Lisboa, em 1504, tanto Quíloa como Sofala foram destinadas a desempenhar importante papel na estratégia concebida. A fixação portuguesa, fez-se inicialmente, no litoral, particularmente em Sofala, em 1505, e na Ilha de Moçambique, em 1507. Com a fixação em Sofala esperavam os portugueses controlar as vias de escoamento de ouro do interior e, em menor escala, de marfim, as quais tinham em Sofala o seu término (ROCHA *et al.*, 2000, p. 55).

A colonização portuguesa em Moçambique esteve associada fundamentalmente à busca por ouro, este que constituía o principal artigo de comércio e que os swahili-árabes controlavam, desde o Império de Muenemutapa¹⁶ (ROCHA *et al.*, 2000, p. 53). O ouro lhes permitia comprar, entre outras coisas, as especiarias asiáticas com as quais a burguesia mercantil portuguesa penetrava no mercado europeu de produtos (ROCHA *et al.*, 2000, p. 55). Moçambique, passou a constituir uma espécie de reserva de meios de pagamento das especiarias e essa foi a razão por que os portugueses se fixaram no país, primeiro como mercadores e, só mais tarde, como colonizadores efetivos (ROCHA *et al.*, 2000, p. 55).

Desde a sua fixação em 1505 os portugueses sempre tentaram lutar sem êxito contra a concorrência dos swahili-árabes, que transformaram Angoxe no novo centro escoador do ouro. Entretanto, em 1530, os portugueses decidiram penetrar no vale do Zambeze, não só na tentativa de controle das vias de escoamento do ouro, mas do próprio acesso às zonas produtoras. Os swahili-árabes foram gradualmente se tornando, então, intermediários comerciais em Zimbabwe e no vale, não sem intensa luta. O processo parece ter sido concluído somente em 1629, quando os portugueses deram ao

¹⁶ É formado a partir de um movimento migratório do Grande Zimbabwe, dos povos Shona, para a região do vale do Zambeze, na sequência da invasão e da conquista por exércitos dirigidos por Nhatsimba Mutota, ocorrida por volta de 1440-1450 (MINEDH, 2017). Desenvolveu-se entre os rios Mazoe e Luia, o centro de um novo Estado chefiado pela dinastia dos Muenemutapa (Mutapa), que dominou e subordinou a população pré-existente (PIKIRAYI, 1993).

Muenemutapa¹⁷ Mavura o prazo de um ano para a expulsão definitiva dos mercadores swahili-árabes (ROCHA *et al.*, 2000, p. 55).

O Muenemutapa lutava para manter sob a sua tutela não apenas os restantes membros da aristocracia do Muenemutapa, como também o estrato dominante dos Estados satélites. É neste contexto de luta intra e interdinastias que os mercadores portugueses se introduziram na capital do Muenemutapa, tornando-os crescentemente dependentes do auxílio militar português (ROCHA *et al.*, 2000, p. 55 e 56).

Em 1607, os portugueses obtiveram de Gatsi Lucere, o Muenemutapa reinante na altura, a concessão de todas as minas do Estado, depois de os primeiros terem solicitado auxílio de uma força militar vinda de Sena para ajudar Lucere a debelar uma insurreição interna comandada por Matuzianhe (ROCHA *et al.*, 2000, p. 56). Em 1627, o Muenemutapa Caprazine, representava uma facção oposta aos interesses mercantis portugueses, então foi deposto e substituído por seu tio Mavura, este que viera a ser batizado pelo português e tornou-se vassalo de Portugal (ROCHA *et al.*, 2000, p. 56).

Em 1629, a dependência cristalizou-se na forma de um novo tratado, que garantia aos portugueses a livre circulação de homens e de mercadorias isentas de qualquer tributo e impunha a obrigatoriedade de o Muenemutapa consultar o capitão português de Massapa – agente que assegurava a penetração mercantil portuguesa nas feiras de Tete e Zimbabwe – antes de tomar qualquer decisão. O tratado garantia também que os mercadores portugueses pudessem entrar na corte do Muenemutapa sem respeitar o protocolo, anteriormente observado com o descalçar dos sapatos e tirar o chapéu, assim como garantia a construção de igrejas (ROCHA *et al.*, 2000, p. 56).

A penetração mercantil fez-se acompanhar do influxo de tecidos adquiridos na Índia e de missanga comprada em Veneza, destinados ao estrato dominante do Muenemutapa. Esses tecidos e essa missanga perdiam a sua qualidade de mercadoria ao entrarem no Estado e transformavam-se em bens de prestígios, suportes de lealdade política e de submissão, isto é, não eram mais os mercantis, mas os de poder e parentesco. Portanto, isto conduziu Muenemutapa a fazer concessões crescentes aos mercadores

¹⁷ Era título do seu chefe, que liderar o império Monomotapa ou (Mwenemutapa; Muenemutapa), foi um império que floresceu entre os séculos XV e XVIII na região sul do rio Zambeze, entre o planalto do Zimbabwe e o Oceano Índico, com extensões provavelmente até ao rio Limpopo (é o segundo maior rio da África austral, com cerca de 1600 km de extensão e serve de fronteira entre a África do Sul e o Botswana e entre a África do Sul e o Zimbabwe, antes de entrar em Moçambique no norte da província de Gaza, na cidade de Xai-Xai), o império Monomotapa ficava em Mebiri ao norte da atual cidade de Harare, no atual Zimbabwe (ROCHA *et al.*, 2000).

portugueses e alienar quase virtualmente o território¹⁸. A alienação expressou-se na cêdência ou na venda de terras ricas em ouro (ROCHA *et al.*, 2000, p. 57).

Em meados do século XVIII, tornou-se evidente a erosão da economia natural do Mushas¹⁹, quando milhares de camponeses passaram a dedicar menos tempo à agricultura e a minerar diretamente para os portugueses ou para o Muenemutapa. Entretanto, as minas²⁰ acudiam milhares de pessoas e, por vezes, os alimentos, provocados por deficientes condições técnicas de produção, ceifavam a vida de outros tantos milhares (ROCHA *et al.*, 2000, p. 57).

Os portugueses abandonaram a cidade, o seu comércio de ouro estava acabado, mas cedo regressaram, e aí se instalou um feitor para comprar o marfim que chegava à ilha nas caravanas do interior. À medida que decorreu a explosão do marfim, colocaram-se feitorias em Mafia, em Zanzibar e, temporariamente, em Angoxe. O marfim era embarcado das ilhas Quirimba e do Zambeze, e os Portugueses instalaram uma feitoria em Quelimane por volta de 1530 (NEWITT, 1995, p. 40).

O comércio do ouro e do marfim empregavam extensivamente mão-de-obra africana na extração e na caça e encorajavam a concentração de esforços na produção de bens para o mercado internacional. No entanto, o crescimento da elaborada infraestrutura do império marítimo português acabou por encorajar uma diversidade de atividades econômicas, como a compra de escravizados na costa, que serviam como intérpretes e serventes nos hospitais e armazéns (NEWITT, 1995, p. 42).

¹⁸ Estes territórios eram chamados de Prazos, surgiram concretamente no século XVI, esta foi a primeira forma de colonização portuguesa em Moçambique e, particularmente, no vale do Zambeze, foram essencialmente bases de escoamento de mercadorias, ouro e marfim numa primeira fase e de escravos numa segunda, que aproveitaram o rio Zambeze como via natural. Os prazos foram uma síntese do cruzamento de dois sistemas sociais de produção: um pré-existente na sociedade Karanga-Chona, com dois níveis, o dos camponeses das Mushas, vivendo num regime de relativa autarcia, e o da aristocracia dominante, formada pelos Mambos e pelos Fumos (autoridade tradicional convertida em chefe de povoação); o outro sistema, que se sobrepôs ao primeiro- forma específica de sobreposição do capital mercantil à economia natural, era formada pelos Prazeiros- mercadores, ex-soldados desertados, fugitivos que cumpriam penas de degredo- elite dominante, e por exércitos de cativos guerreiros, os chamados A-Chicunda (este grupo garantiam a segurança militar dos Prazos e o livre escoamento dos produtos excedentários dos camponeses). Por outras palavras: os prazeiros mantiveram o sistema social anterior, mas determinaram-no com dois novos níveis, estranhos à sociedade original (ROCHA *et al.*, 2000).

¹⁹ Garantiam com o seu trabalho a manutenção e reprodução da aristocracia dominante e esta concorria para o equilíbrio e reprodução social de toda a sociedade Shona com o desenvolvimento de inúmeras atividades não diretamente produtivas (HISTORIA DE MOÇAMBIQUE, 2023). A relação existente entre os Mushas e a aristocracia prazeira expressava-se no mussoco, uma renda em géneros (ROCHA *et al.*, 2000).

²⁰ Eram sobretudo mulheres e crianças que trabalhavam nas minas ou, pelo menos, cabiam-lhes as tarefas mais duras e perigosas, nomeadamente a de penetrar nas escuras galerias à procura de ouro (ROCHA *et al.*, 2000). Acudiam sessenta, oitenta mil negros (...) abriam uma cova na forma de um poço (...) começavam a minar por baixo (...) algumas vezes caiu achando-se em baixo trinta, quarenta mil negros (...) é tanta a gente que concorre, que suprem em dobro os enterrados (...) (ROCHA *et al.*, 2000).

2.4. O comércio dos escravizados

Na segunda metade do século XVIII, a procura pelas pessoas escravizadas ultrapassou a procura do ouro e do marfim. Agora não se tratava tanto de adquirir uma matéria-prima de origem mineral (ouro) ou animal (marfim), ou de comprar ou de capturar aquele que fazia a lavra do ouro ou retirava a presa ao elefante: tratava-se de colocar o próprio homem como matéria-prima. Entretanto, no século XVIII, já tinham saído escravos do país, como referem fontes árabes e portuguesas, mas nem os objetivos nem os efetivos coincidiram com os do século XVIII em diante: algumas dezenas, talvez centenas, de mulheres iam geralmente para casas de portugueses e indianos em Goa e Índia. Mas, a partir dos meados do séc. XVIII, a situação muda radicalmente (ROCHA *et al.*, 2000, p. 78).

Numa primeira fase, desde cerca de 1740, os escravizados eram adquiridos pelos franceses que os levavam para trabalhar nas suas plantações de açúcar e de café nas ilhas Mascarenhas no Índico; e numa segunda fase dadas as solicitações em mão-de-obra da América do Sul, sobretudo do Brasil, para assegurar a produção nas plantações de açúcar, café, cacau e algodão, entre outras, e nas minas de ouro e diamantes-mercadores brasileiros, norte americanos e centro-americanos começaram a aparecer na costa moçambicana e, nos primórdios do século XIX, o tráfico para as Américas predominava sobre o tráfico para Mascarenhas. Contudo, mesmo com abolição oficial do tráfico de escravo em 1836 e 1842, era evidente a saída de escravos de forma clandestina, através dos xeicados²¹ de Quitangonha, Sancul, Sangage e do Sultanato de Angoxe, bem como dos prazos (ROCHA *et al.*, 2000, p. 79).

A caça pelos escravizados teve importante repercussão no país. A mais importante consistiu naturalmente, no facto de se retirar às sociedades a sua mais importante força energética. Em sociedades onde o nível das forças produtivas é baixo, a escravatura traz (e trouxe) consequências por vezes irreparáveis, às quais não podem ser compradas com as consequências da caça ao elefante ou da produção do ouro (ROCHA *et al.*, 2000, p. 83).

Após a Conferência de Berlim na Alemanha, esta que tinha como propósito delimitar as fronteiras a nível das colónias em África entre as potências colonizadoras, por causa de alguns conflitos que surgiram no processo de ocupação para explorar e dominar, e devido a crise financeira em 1890, Portugal viu-se na impossibilidade de

²¹ Designação para os reinos afro-islâmicos originada de Xeique, título árabe de chefia (ROCHA *et al.*, 2000).

sustentar a sua máquina governativa, e isto obrigou que Portugal arrendasse as algumas terras em Moçambique para Inglaterra, Alemanha, e a França, para sustentar o seu sistema governativo, sob pena de perder as suas colônias por falta de capital. Portanto, daí foi implementado o sistema de companhias²² em concessionárias, estas companhias estavam ligadas a atividade agrícola, exploração de mão-de-obra, com maior incidência no Norte²³ do país. Mas tarde o sistema de companhia veio a falha, visto que Portugal cada vez mais ficava com problemas financeiros, e o capital que recebia pela concessão das terras para as companhias não era suficiente para sustentar a sua máquina administrativa. Isto, esteve associado às revoltas por parte dos prazos que se encontravam a viver no Zambeze antes da concessão de terras, as revoltas por parte das populações que eram envolvidos nas atividades agrícolas forçados (Chibalo²⁴). E com alguns líderes locais como é o caso de Ngungunhana²⁵, devido a usurpação de território na criação da companhia de Zambézia.

2.5. A educação

A educação foi tradicionalmente ministrada pela Igreja católica. Existem registos de escolas em várias cidades portuguesas já no século XVIII. Todavia, a maioria dos portugueses ou afro-portugueses abastados tentaria mandar educar os seus filhos em Goa ou mesmo em Portugal. Desse modo, Moçambique nunca desenvolveu grandes instituições de ensino. Não existia um seminário para a formação de padres, sendo todos eles recrutados do estrangeiro, e nem mesmo depois da expulsão dos Jesuítas, em 1759, se vislumbrou a criação de um colégio (NEWITT, 1995, p. 382).

²² Companhia do Niassa, fazia parte desta companhia Cabo Delgado e Niassa entre 1891 a 1929, a base de exploração capitalista eram: a produção familiar, imposto de palhotas e a venda de força de trabalho para o estrangeiro e para outras regiões do País; companhias da Zambézia, englobava os distritos de Quelimane e de Sena entre 1890 e 1930, fomentou o desenvolvimento do sistema de plantações de matérias-primas destinadas às indústrias europeias, trabalho forçado, baixos salários, exploração desenfreada dos recursos-naturais e migrações; e companhia de Moçambique, englobava Manica e Sofala, resultado de um longo processo que remonta de 1878, a base de exploração foi a força de trabalho da população local nas plantações, na extração mineira, dominando e controlando a produção camponesa, bens de prestígio (luxo) nas trocas mercantis.

²³ Região favorável ou fértil a prática de agricultura.

²⁴ As famílias nativas eram obrigadas a cultivar productos de rendimento como algodão ou tabaco que eram comercializados por aquelas companhias (ROCHA *et al.*, 2000).

²⁵ Ngungunhana ou Reinaldo Frederico Ngungunhana (Império de Gaza, c. 1850 — Angra do Heroísmo, ilha Terceira, 23 de dezembro de 1906) foi o último imperador do Império de Gaza, no território que atualmente é Moçambique, e o último monarca da dinastia Jamine. Cognominado o Leão de Gaza, o seu reinado estendeu-se de 1884 a 28 de dezembro de 1895, dia em que foi feito prisioneiro por Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque na aldeia fortificada de Chaimite. A administração colonial portuguesa decidiu condená-lo ao exílio em vez de o mandar fuzilar, como fizera a outros. Foi transportado para Lisboa, acompanhado por um filho de nome Godide e por outros dignitários. Após uma breve permanência naquela cidade, foi desterrado para os Açores, onde viria a falecer onze anos mais tarde (ROCHA *et al.*, 2000).

Em 1913, o governo republicano substituiu todas as missões católicas pelas chamadas missões laicas, mas estas não seriam financiadas ou organizadas, e o governador-geral, J.J Machado, suspendeu a aplicação da lei. Por decreto de 13 de outubro de 1926, João Belo aboliu as missões laicas e repôs oficialmente a Igreja Católica na sua formação de provimento da educação missionária (NEWITT, 1995, p. 383). Os regulamentos de 1929 dividiram o ensino primário em “elementar”, destinado aos não-indígenas²⁶ e “rudimentar”, destinado aos indígenas²⁷ – do qual não era, teoricamente, possível o acesso ao ensino elementar ou à formação técnica, e só em 1932 se constituiu um departamento oficial de educação (NEWITT, 1995, p. 383).

2.6. Guerra de Libertação Nacional e Pós-independência

Desde sempre os países Africanos, manifestaram o desejo de se libertar do sistema de colonização implantado pelas potências europeias em África, tanto que a história de Moçambique é acompanhada de lutas de resistência levadas protagonizadas por alguns chefes militares da dominação portuguesa.

Em 1959-1960, formaram-se três movimentos formais de resistência à dominação portuguesa de Moçambique: Udenamo, Manu e Unami. Estes três movimentos tinham sede em países diferentes e uma base social e étnica também diferentes, mas, em 1962, sob os auspícios de Julius Nyerere, primeiro presidente da Tanzânia, estes movimentos uniram-se para darem origem à Frelimo, oficialmente fundada em 25 de junho de 1962, e teve como o seu primeiro presidente o Dr. Eduardo Chivambo Mondlane, um antropólogo que trabalhava na ONU e que já tinha tido contactos com um governante português, Adriano Moreira.

Nessa altura, ainda se pensava que seria possível conseguir a independência das colónias portuguesas sem recorrer à luta armada. Depois de contactos diplomáticos estabelecidos sem sucesso, a Frelimo decidiu entrar pela via da guerra de guerrilha para tentar forçar o governo português a aceitar a independência das suas colónias. Desta

²⁶ Faziam parte desta classe pessoas civilizadas, e incluíam-se, naturalmente, e todos os portugueses nascidos na Europa e os estrangeiros de pele branca, e era quase toda urbana. Possuíam propriedades, eram sócios em empresas comerciais e tinham uma posição influente nos assuntos locais, desempenhavam cargos na administração e forças armadas ou tendo assento nos conselhos locais; por um período breve nas décadas de 1880 e 1890, foram o elemento mais importante na classe urbana (NEWITT, 1995, p. 385).

²⁷ Faziam parte de classe toda a população de Moçambique de pele negra e mestiços, estes era mão de obra para o trabalho forçado (chibalo), e contrato de trabalho. Em 1917, o governo estabeleceu, pela primeira vez, processos claros de definir o estatuto. Nos termos da Portaria nº 317, de 9 de janeiro, uma pessoa podia requerer a isenção de contrato de trabalho e chibalo, e seria emitido um chamado alvará de assimilação, que confirmava o seu estatuto de assimilado ou de não indígena (NEWITT, 1995, p. 385).

forma, deu-se início a Luta Armada de Libertação Nacional no dia 25 de setembro de 1964, com ataque ao posto administrativo de Chai na Província de Cabo Delgado. A guerra de libertação Nacional durou cerca de 10 anos, e só veio a terminar no dia 7 de setembro de 1974, com a assinatura dos Acordos de Lusaka, entre o governo português e a Frelimo.

Moçambique tornou-se independente de Portugal em 25 de junho de 1975, e o primeiro governo, dirigido por Samora Moisés Machel, foi formado pela Frelimo. Nesta mesma data, o governo declarou a nacionalização da saúde, e da educação e da justiça e, em 1976, das casas de rendimento, ou seja, qualquer moçambicano ou estrangeiro residente passou a ter direito a ser proprietário duma casa para habitação permanente e de uma de férias, sob a gestão de uma empresa denominada Administração do Parque Imobiliário do Estado.

Naquela altura, 80% da população encontrava-se a viver nas zonas rurais e a Frelimo teve que desenhar uma estratégia de desenvolvimento rural, para promover o aumento da produção agrícola, como forma de melhorar as condições de vida. Entretanto, o governo decidiu que o desenvolvimento agrícola deveria ter como base as cooperativas agrícolas, disponibilizando, assim, o aprovisionamento em sementes e outros insumos e, ao mesmo tempo, garantindo a compra da produção e apoiando a construção de infraestruturas sociais, como escolas, centros de saúde e de rede viária, mas tendo como base o poder das cooperativas e a mão de obra rural.

No início dos anos 1980, o presidente Samora, decretou a década de 1980 como a “década da vitória sobre o subdesenvolvimento”, quando o Estado mudou a sua estratégia para a organização de grandes empresas estatais no campo. Essa organização tomava a forma de machambas estatais, sendo que se pretendia com essa estratégia, que os camponeses continuassem a produzir a sua base alimentar, enquanto as terras dos antigos colonos passaram a ser geridas centralmente e a sua produção assegurada com base na mão-de-obra local.

2.7. Pós-independência: Guerra Civil, PRE e Multipartidarismo

Moçambique não conheceu a paz durante muitos anos. Imediatamente a seguir à independência, alguns ex-militares portugueses e dissidentes da Frelimo instalaram-se na Rodésia, que vivia uma situação de “independência unilateral” não reconhecida pela

maior parte dos países do mundo. O regime de Ian Smith²⁸, já combinado com um movimento interno de resistência que aparentemente tinha algumas bases em Moçambique, aproveitou esses dissidentes para compor o seu contingente.

A Frelimo apoiava esses rebeldes e, em 1976, o governo de Moçambique declarou oficialmente aplicar as sanções estabelecidas pela ONU contra o governo ilegal de Salisbúria e fechou as fronteiras com aquele país. Pouco tempo depois, para além de intensificarem os ataques contra estradas, pontes e colunas de abastecimento dentro de Moçambique, os rodesianos ofereceram aos dissidentes moçambicanos espaços para formarem um movimento de resistência à Renamo. Estas ações, tiveram um enorme papel para a desestabilização da economia e êxodo rural de muitos milhares de pessoas, para cidades de Moçambique e para países vizinhos, diminuindo a produção agrícola.

Em 1986, a Renamo tinha já estabelecido uma base central na Gorongosa e expandiu as ações militares para todas as províncias de Moçambique, contando ainda com o apoio do Malawi, cujo governo tinha boas relações com o regime do *Apartheid*²⁹ (na África do Sul). Nesta altura, a Renamo tinha conseguido alcançar um dos seus objetivos estratégicos que consistia em obrigar o governo a abandonar a sua política de “socialização do campo” através das aldeias comunais e machambas estatais.

O país registava de forma gravosa a fome, a saturação das cidades, a destruição das unidades produtivas, experimentando uma queda de produção de cerca de 40%, dobrando deste modo, entre 1983 a 1987 a ajuda externa (CHAMBE, 2021, p. 264). Moçambique que atravessava problemas econômicos, teve que assinar um acordo com o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1987, que o obrigou a abandonar completamente a política “socialista”. A primeira medida que o governo tomou foi a desvalorização do Metical que, em cerca de dois anos atingiu mais de 100%, desindexou os preços dos bens de consumo, com exceção dos combustíveis e do pescado, considerados produtos estratégicos de consumo e exportação (o camarão) e privatizou as empresas estatais e intervencionadas.

Uma das medidas tendentes a supostamente evitar o empobrecimento generalizado foi a transformação de algumas empresas e bancos estatais em sociedades anônimas. Pois, a maior parte das empresas foram privatizadas segundo as regras do BM

²⁸Ian Smith, foi um político, fazendeiro e militar que serviu como primeiro-ministro da colónia britânica da Rodésia do Sul (Zimbabwe) entre 13 de Abril de 1964 e 11 de Novembro de 1965 e depois primeiro-ministro da Rodésia.

²⁹Foi um regime político violento que ocorreu entre 1948 a 1994. Baseou-se no estabelecimento de uma legislação segregacionista, promovendo privilégios para a população branca.

e FMI, que eram as instituições mentora deste programa. Isto, só veio aumentar ainda mais a degradação das vidas das populações moçambicanas, tirando-lhes o acesso aos bens de primeiras necessidades.

Meque (2013, p. 84) reforça que, efetivamente, o PRE frustrou as expectativas do Estado Moçambicano, porque logo “no início da década de 1990 o custo de vida elevou no país, que estava relacionado com o PRE e assim muitos trabalhadores e funcionários fizeram greve contra o Programa de Reajustamento Estrutural devido às restrições impostas”. A situação de emergência no país abriu espaço para que as organizações humanitárias na sua maioria ONGIs mobilizassem recursos junto da comunidade internacional (MATSINHE, 2023, p. 236). Pois, é entorno da entrada destas organizações, que se conheceram atividades para ações e programas de desenvolvimento comunitário, ou projetos de desenvolvimento.

A guerra, porém, só terminou em 1992, com o Acordo Geral de Paz, assinado em Roma em 4 de outubro deste ano, pelo presidente da república Joaquim Chissano e pelo presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, depois de cerca de dois anos de conversações mediadas pela Comunidade de Santo Egídio, uma organização da Igreja Católica, com apoio do governo italiano. No decurso de 1990, a Frelimo preparou mudanças constitucionais de longo alcance para acabar com o partido único, permitiu eleições multipartidárias, liberdade de imprensa e o direito legal à greve (NEWITT, 1995, p. 488).

A constituição surgiu num cenário de negociações particulares com a Renamo, em que Dhlakama exigira um acordo de partilha do poder com a Frelimo, tendo em vista o apoio do ocidente, insistira em eleições multipartidárias (NEWITT, 1995, p. 488). As primeiras eleições multipartidárias realizaram-se em 1994, com a participação de vários partidos, sendo a Frelimo o partido mais votado, passando a ter maioria no parlamento e a constituir o governo.

2.8. Caracterização do distrito de Maxixe

O município da Maxixe coincide com mesma área ocupada pelo traçado do distrito de Maxixe em termos de limites de jurisdição político-administrativa e faz parte do território moçambicano, localizado na costa sudeste da baía de Inhambane, província do mesmo nome, entre as coordenadas 23° 41' 30" e 24° 03' 30" de latitude Sul, e 35° 12' 30" e 35° 21' 30" de longitude Este. É limitado a Norte e Noroeste pelo distrito de Morrumbene através da margem direita do rio Nhanombe, a Sul pelo distrito de Jangamo, a Oeste e Sudoeste pelo distrito de Homóine, a Este pela Cidade de Inhambane através da

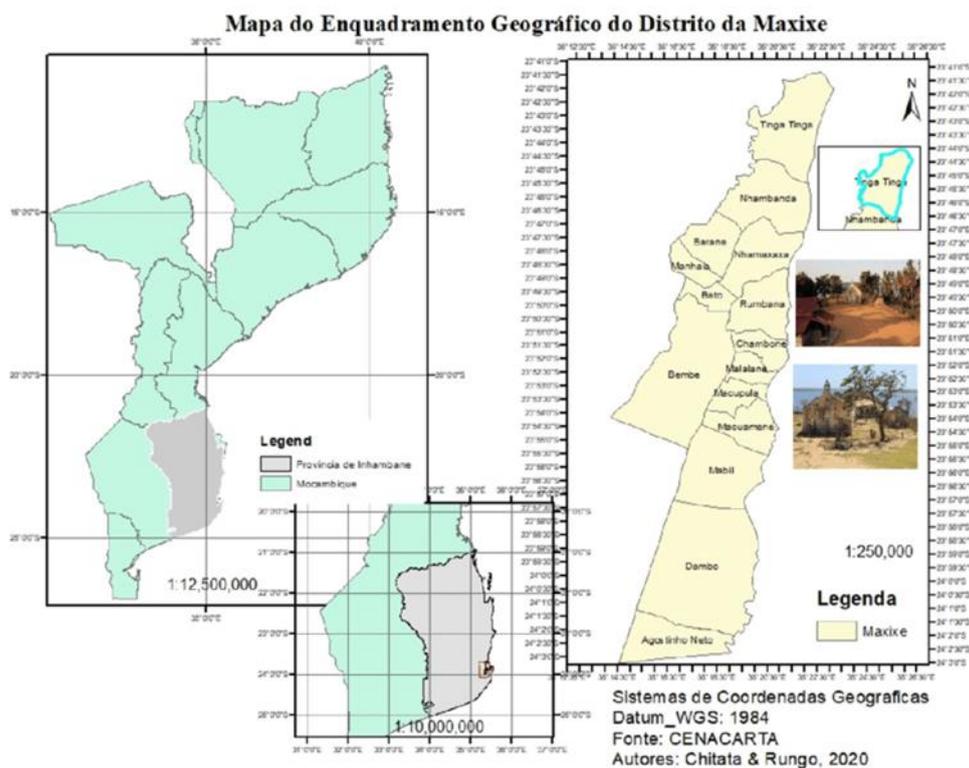
Baía de Inhambane (CHITATA, 2020). Maxixe estende-se por uma área de 282 km², com uma população de 147.260 habitantes, sendo a densidade populacional de 522.19 hab./km (GOVERNO DA PROVÍNCIA DE INHAMBANE, 2022).

No período entre os séculos XV e XVI, assistiu-se à chegada dos primeiros Portugueses no povoado da Maxixe. Ao longo dos anos 1860, os portugueses construíram o quartel da Maxixe em Nhafokuene vulgo Maxixe velha. A partir dessa ocupação, já em 1970, encontraram o Clã (Massissi) a qual originou a actual designação “Maxixe” que provêm do termo “Matsitsi” como os nativos bitongas chamavam o Nhafokuene, actual Maxixe velha (CHITATA e RUNGO, 2020, p.8). Como referiu o actual régulo Mathsithi (2018cp) pertencente ao Clã Matsitsi no Município da Maxixe:

[...] o nome “Maxixe” deriva do nome de um chefe de terras (Régulo) chamado Mathsithi, (meuascendente) que saído da região de Bazaruto por conflitos étnicos, refugiou-se nas terras da Maxixe, concretamente na região de Macupula. Os europeus-portugueses, interessados pelas mesmas terras para a instalação da ponte-cais e construir uma guarnição militar procuraram saber junto da comunidade local o responsável da comunidade, tendo a população referido que era Mathsithi, daí surge o nome Maxixe.

Apesar de ter sido de curta duração a sua estadia na região, o desenvolvimento da cidade tem a sua génese neste momento. Pois, os interesses coloniais intensificaram-se bastante com os relatórios enviados pela equipe missionária à corte portuguesa. Na mesma época, comerciantes indianos construíram e ampliaram os seus interesses na região, com a construção de cantinas comerciais, principalmente na atual Maxixe Velha (CHITATA e RUNGO, 2020, p.9). Observe a localização geográfica do distrito de Maxixe na figura 1.

Figura 1 – Localização geográfica do distrito de Maxixe



Fonte: CHITATA e RUNGO (2020)

O município de Maxixe é tipicamente caracterizado por um clima tropical úmido, onde as temperaturas médias anuais oscilam entre 20,5°C a 26,9°C, sendo que a média máxima ocorre no mês de janeiro e a mínima média em julho. Quanto à precipitação, de forma geral, a época que regista maiores índices pluviométricos é do mês de dezembro à março, onde os índices pluviométricos mínimos registam-se no mês de janeiro; o período que compreende os meses de abril à novembro apresentam baixos índices pluviométricos, sendo que os meses de agosto e setembro são os mais críticos (CHITATA, 2020).

Em relação aos ventos, os mais predominantes são os de Sul a Este e, ocasionalmente, de Norte a Este. A baía é ligeiramente protegida da influência de fenómenos naturais advindos do Oceano Índico, como são os casos de ondas e ventos fortes (INDA, 2011). Os solos de Maxixe são constituídos por areias finas de baixa fertilidade e baixa retenção de água. Existem igualmente áreas pantanosas ao longo do rio Nhanombe e no litoral da cidade constituída por materiais mais finos (CMCM, 2008).

As populações do distrito de Maxixe têm como atividades do seu cotidiano a pesca artesanal, comércio, agricultura e pastorícia. Pois a pesca e comércio são atividades realizadas em comunidades rurais e região urbana, referir que o comércio na cidade tem

se verificado como maior fluxo e contribui de forma expressiva na economia do distrito. Nas regiões rurais é praticada a agricultura de subsistência, que consiste no cultivo de mandioca, milho, amendoim, feijão, e mais para as proximidades dos rios a populações cultivam cenoura, couve, cebola, tomate, batata-doce e reno, cana de açúcar, gergelim, arroz, e etc. Em relação a pastorícia encontramos a criação de animais como gado bovino e gado caprino, suínos, aves como galinhas, patos e peru.

O coqueiro (*Cocos nucifera*)³⁰ é a cultura mais importante, sendo esta a espécie mais cultivada no distrito de Maxixe, de elevado valor económico e a fonte dos conflitos de terra. Pois, o coqueiro fornece o coco que é utilizado para preparar refeições pelas comunidades locais; é exportado para a província de Maputo, onde é revendido a preços elevados; fornece a Copra que é utilizado pelas indústrias para o fabrico de óleo, sabão e diversos produtos que são derivados do coco.

Através do coqueiro, extrai-se um tipo de bebida tradicional denominada *sura* que é muito consumida localmente, mas também é revendida em outros locais do Município de Maxixe (CHITATA e RUNGO, 2020, p. 13). E não só, possui um valor nutricional e económico na vida das populações e no país, é também importante a nível local para a construção de casas, através dos materiais como: macute, barroto, laca-laca e ripa. Observa-se as imagens das comunidades rurais abaixo.

Figura 2 - Comunidades rurais de Maxixe (Gigune e Macupula)



Fonte: O AUTOR (2022)

³⁰É um membro da família Arecaceae, é a única espécie no género cocos. Cresce até 30 metros de altura, com folhas pinadas de 4-6 metros de comprimento, com pinas de 60-90 metros.

CAPÍTULO III

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1. Contexto histórico de desenvolvimento

A discussão sobre desenvolvimento tomou corpo, especialmente, após a Segunda Guerra Mundial, por volta da segunda metade do século passado, quando se ampliou o foco do debate, incorporando dimensões não econômicas ao desenvolvimento (WALLERSTEIN, 2006). O propósito estava claro e definido, se sustentava em reconstruir a Europa após os estragos e destruições ocorridos durante a guerra.

Considerando as teorias de desenvolvimento “modernização (1950-1960) e da dependência (1970)”, Pereira (2006, p.15) sustenta que as dificuldades que as nações subsaarianas enfrentam se deve ao fato das suas economias não serem modernas; e os países do norte enriqueceram através dos recursos do sul, esta é a principal razão do subdesenvolvimento em África.

O conceito do “desenvolvimento” transita para outro contexto geográfico, aparentemente de emancipação dos povos do Terceiro Mundo ou países tidos à época como subdesenvolvidos³¹, sendo o desenvolvimento uma categoria concebida pelos Europeus, ocidentalizada. A ideia do desenvolvimento concebida nesta época foi apresentada como uma faceta contraditória, mostrando uma noção de colonização e de subjugação dos povos africanos, de exploração e apropriação de minerais e produtos primários, numa forma de perpetuação do sistema capitalista. E qual seria o entendimento do desenvolvimento?

3.2. Conceito de Desenvolvimento

Pereira (1986, p.16) entende o desenvolvimento como um processo de transformações econômicas, políticas e sociais, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. O problema é que tal teoria pressupõe o acúmulo de capital e a exploração do trabalho; inspirado em um receituário desenvolvimentista baseado no percurso feito pelo Ocidente, diga-se Europa e Estados Unidos. Já Francisco (2010, p. 67), coloca que o desenvolvimento significa o crescimento econômico, acompanhado do progresso tecnológico e institucional, estes

³¹ Designação que nos remete a teoria de dependência, em que se configuraram relações de poder ou de colonização (de superioridade) entre países e/ou regiões.

definidos, controlados e dirigidos pela população, para o seu bem-estar. Nesse sentido, pode-se afirmar que o desenvolvimento se constitui num ideal a ser alcançado.

Por seu turno, Lacey (2008, p. 200), coloca que o desenvolvimento, em todos os sentidos, representa tanto a negação da condição presente dos povos empobrecidos, quanto o processo de transformação. Portanto, na sua interpretação, o desenvolvimento representa tanto um ideal moral, a exemplo da liberdade individual, como a superação da pobreza material; considera-se que o desenvolvimento esteja incorporado em grande grau nas sociedades industriais avançadas, as quais são tipicamente caracterizadas de acordo com as idealizações teóricas do capitalismo democrático. Portanto, quando o autor se refere à superação da pobreza, este pensamento se insere no desenvolvimento “autêntico” (LACEY, 2008, p. 191).

Amartya Sen (2000) olha para a questão das capacidades como sendo um portfólio de opções de vida e a liberdade de escolha dentre essas opções, o que as pessoas valorizam para as suas vidas. As capacidades citadas por Sen podem também ser vistas como poder, no sentido de o sujeito ser capaz de controlar o seu próprio destino, quer dizer, de controlar o curso da ação ou de eventos que manterão a vida como está ou a modificarão.

Escobar (2005), considera que o desenvolvimento é equivalente ao/sinônimo de discurso colonial. De um ângulo diferente, Rist (1999) trata desenvolvimento como um sistema de crenças organicamente relacionadas à expansão mundial de sistemas de mercados integrados e com um *slogan* mobilizador de uma experiência que criou organizações e práticas messiânicas. Autores como Escobar, Rist e Ribeiro lançam um olhar de estranhamento sobre as operações e discursos de desenvolvimento. Olham o desenvolvimento como ideologia, não raro a serviço de interesses particulares e utilizada para legitimar modos de vida e formas de compreender o mundo específicos.

De acordo com as abordagens propostas pelos autores acima, é possível estender o desenvolvimento como uma operação classificatória, de categorização de países que passam a ser tomados como subdesenvolvidos, atrasados ou do Terceiro Mundo. Tal categorização não deixa de expressar um amplo sistema de crenças marcado por matizes culturais do Ocidente, algo que impõe grandes limitações à multiplicidade de dimensões que poderiam estar associadas ao desenvolvimento, propagando, então, pretensões universalistas (RIBEIRO, 2008, p. 119).

3.3. Enquadramento do desenvolvimento em África

“As sociedades da África Subsariana possuem realidades complexas [...] que se conformam em construções políticas, econômicas e sociais (des)articuladas por desenvolvimentos não ‘naturais’ influenciados por fatores e interesses alheios, tornando-as vulneráveis” (MOSCA, 2002, p. 11).

O desenvolvimento foi prioridade dos países europeus e esteve sempre na sua agenda de dominação do outro em continentes menos evoluídos segundo a concepção ocidental. Portanto, a ideia do desenvolvimento foi um conceito transportado e até aos dias correntes se configura num amplo sistema de crença ocidental, comprometido com o “desenvolvimento”. Entretanto, isto veio a se efetivar através de processos de colonização no continente africano.

Ki-Zerbo (2006, p. 25), descreve que a própria África foi aprisionada dividida e esquartejada, sendo-lhe imposto esse papel:

Fornecer matérias primas. Esse pacto dura até hoje. Se analisarmos a balança comercial dos países africanos, veremos que 60% a 80% do valor das suas exportações são matérias-primas. Para alguns deles, é o cobre, para outros. É a bauxita, o urânio ou de algodão.

Na contemporaneidade uma das formas encontradas para se promover o desenvolvimento no continente africano, particularmente no meio rural, é através de projetos alinhados com o desenvolvimento, que, no entendimento de Ferguson (1994, p. 184), é mais uma forma de ajudar os capitalistas a penetrar nos países do Terceiro Mundo e de criar burocracias. Tanto que no Lesoto³² tais projetos não são característicos da introdução de novas relações, nem trazem modernização ou transformações econômicas significativas. Supostamente, colocam as comunidades locais do Terceiro Mundo no centro do desenvolvimento, mas na realidade centram-se nos interesses institucionais e geopolíticos do Primeiro Mundo e/ou das elites (KAPOOR, 2017, p. 1206).

A lógica de implementação dos tais projetos adotam uma perspectiva “de cima para baixo” (conhecida com *top down*), mas, ao ver Bordenave (1983, p. 14), o mais importante recurso no processo do desenvolvimento são as próprias pessoas e, por conseguinte, os governos deveriam favorecer a participação delas em escala massiva. Desta forma a ampliação das liberdades devem se associar à participação, entendida por

³² Lesoto é um pequeno país da África Austral. Um enclave incrustado na África do Sul, montanhoso e sem saída para o mar, o país é o antigo reino da *Bassutolândia*.

Bordenave (1983, p. 8) como algo que inspira setores cada dia mais numerosos da população a assumirem o controle do próprio destino.

Segundo Moiana (2017, p. 6), subsiste ainda uma dependência econômica dos países africanos com repercussões nas políticas e estratégias de desenvolvimento adotadas pelos governos africanos. Entretanto, o desenvolvimento visto numa dimensão rural (desenvolvimento rural), dá-nos uma visão explícita em torno da dependência econômica deste meio e das políticas públicas que nele incidem. Olhando o processo de reconstrução da Europa, após os estragos causados pela Segunda Guerra, implementou-se o Plano Marshall, este que surtiu efeito. De fato, falou-se frequentemente de um Plano Marshall para África, a fim de desenvolver a economia africana e restabelecer os povos africanos nos seus direitos. Tudo o que se deu passou desde o século XVI mereceria bem um pequeno Plano Marshall, mas isso nunca foi realizado. É preciso conhecer e reconhecer o que se passou, assumir a responsabilidade que se teve no que se passou e levar em conta o fato de que nós próprios, os negros, temos uma responsabilidade neste assunto (KI-ZERBO, 2006, p. 25).

3.4. DESENVOLVIMENTO RURAL

3.4.1. Contextualização e conceito

Para o entendimento do desenvolvimento rural, passa primeiro por situar o seu conceito, os processos do desenvolvimento nesse espaço geográfico que alberga vidas humanas. O desenvolvimento rural, pode ser visto como industrialização rural, e também como um processo de transformação e articulação da base e da organização social, econômica, logística e tecnológica da produção e do comércio (CASTEL-BRANCO *et al.*, 2010). Por seu turno, Moiana (2017, p. 26) vê este conceito como um processo integrado que conduzirá à melhoria da qualidade de vida das populações rurais, incluindo a promoção das atividades produtivas agrícolas e comerciais e a melhoria dos serviços sociais (saúde, educação, água e saneamento).

O conceito de desenvolvimento rural passou a fazer parte dos debates ao final da década de 1980 e no início da década de 1990. Cada vez mais, o desenvolvimento do meio rural passou a evoluir da identificação restrita com as ações da agropecuária para uma visão mais multifacetada. Ou seja, para atingi-lo, passou a ser cada vez mais determinante a consideração de outros fatores para além daqueles puramente econômicos e ligados exclusivamente à produção (STUMPF e BALSADI, 2015, p. 512).

Nos termos propostos por Ploeg e Marsden (2008, p. 3) e por demais pesquisadores envolvidos nesse programa de investigação, o desenvolvimento rural tem como foco, essencialmente, a revitalização e o fortalecimento do meio rural através do reposicionamento de seus atores na sociedade, o que implica em uma rearticulação dos processos, das atividades e das redes que constituem o rural. Mas, como observam os autores, o rural é composto por múltiplas estruturas.

O desenvolvimento, especialmente o rural, não deve ser avaliado apenas sobre uma ótica econômica ou ser pautado apenas na eficiência produtiva e no desempenho agropecuário. Precisa-se, então, incluir aspectos das relações sociais e do bem-estar da população, ambientais e de práticas que visem a sustentabilidade dos recursos naturais e demográficos, assim como as premissas do desenvolvimento humano devem permitir à população a ampliação das liberdades, propondo novas oportunidades e capacidades no espaço rural (COSTA, 2016, p. 30).

Na visão de Costa (2016, p. 30), o desenvolvimento, a ser medido, trás o objetivo da expansão de oportunidades sociais que também servem para promover o desenvolvimento econômico com alto nível de emprego, desenvolvendo-se circunstâncias favoráveis para a redução das taxas de mortalidade, especialmente a infantil, e o aumento da expectativa de vida da população rural. De fato, o campo do desenvolvimento rural envolve não tanto o confronto de epistemologias, mas especialmente a acomodação entre distintos repertórios de conhecimento baseados em diferentes concepções de “sociedade” e “natureza”, ou seja, essa diferença cosmológica tem implicações sobre os processos de negociação e de definição das ações de desenvolvimento, tais como “participação”, “responsabilidade” e “eficiência organizacional” (LONG, 1992 e ARCE, 1993, p. 9).

Moiana (2017, p. 26) sustenta que uma das condicionantes dos esforços para se promover o desenvolvimento é o elevado índice de pobreza no meio rural. A pobreza pode ser entendida em vários sentidos, sobretudo como carências, envolvendo as necessidades da vida quotidiana, como: alimentação, vestuário, alojamento e cuidados de saúde, ou seja, ela se dá em termos de carência de bens e serviços essenciais. De outro modo, a pobreza também pode ser entendida como falta de recursos econômicos, nomeadamente a carência de rendimento ou riqueza (não necessariamente apenas em termos monetários), assim como pode ser entendida como carência social, como a exclusão social, a dependência e a incapacidade de participar na sociedade, incluindo a educação e o acesso a informação (MOIANA, 2017, p. 27). Ainda, para Sen (2000), a

pobreza não corresponde exatamente à falta de renda, mas à privação de determinadas capacidades, em termos multidimensionais, conforme colocado anteriormente em relação ao desenvolvimento.

3.4.2. Enquadramento em Moçambique

O espaço rural ou meio rural tem se configurado como sendo um espaço de vida, onde se realizam múltiplas relações sociais, econômicas, e relações políticas. Pese que embora, o rural seja considerado por alguns com um espaço geográfico atrasado, tem influenciado na sustentação dos espaços urbanos através de abastecimento de produtos agrícolas, pecuários, e etc. Particularmente, se tratarmos em termos de multifuncionalidade dos espaços rurais, pode-se pensar para muito além da agricultura e posicionar a importância desses espaços como importantes para a manutenção da biodiversidade, das coberturas vegetais (demandas contemporâneas de extrema relevância) e da paisagem (demandas urbanas), conservação dos recursos hídricos, geração de manifestações culturais, de emprego e turismo, dentre outras importâncias.

Em Moçambique, refletindo o esforço de funcionar numa lógica de desenvolvimento rural, foi criado o Instituto de Desenvolvimento Rural (Inder) em 1990, que tinha como principal objetivo a planificação horizontal dos recursos³³ e das necessidades das populações (DIONIZIO, 1998, p. 71). Assumindo que Moçambique vinha de um contexto conturbado de guerras internas, causadas pela discordância na partilha de poder após a luta de libertação, isto de certa forma criou enormes estragos, sobretudo no meio rural, e a agenda posterior, então, foi a de priorizar a reconstrução do meio rural, algo que foi potencializado com a entrada em massa de organizações internacionais que se identificavam com a causa.

O Inder, apoiou com mais ímpeto o sector agrário, dando atenção especial às culturas de exportação, às culturas alimentares de base e culturas industriais, à pecuária (bovinocultura de corte e de leite, criação de pequenos ruminantes, suinocultura e avicultura, incluindo a produção de ovos) e às florestas e à fauna bravia (DIONIZIO, 1998, p. 72). Portanto, esta ação não teve impacto considerável na produção

³³ Modelo Socialista - Concepção política e econômica que animada por um ideal de justiça e de fraternidade, tende a subordinar o indivíduo à sociedade, que, submetida a uma organização funcional, atribuir-se-á como o triunfo do bem geral sobre o interesse individual (DUROZOI e ROUSSEL 1993, p. 440). Um processo de centralização da economia, que se manifestou nomeadamente, na nacionalização de serviços sociais (Ex: educação e saúde) e do sector produtivo, na coletivização das terras pelo governo, dando origem às aldeias comunais subsidiadas pelo Estado, e na planificação central da produção e fixação administrativas dos preços (DIONIZIO, 1998, p. 67).

comercializada na generalidade das culturas, estas que já vinham decrescendo na década 1980, como vem ilustrado na tabela abaixo.

Tabela 1 - Peso do setor familiar no total da produção comercializada

EM PERCENTAGEM	1991	1997
CULTURAS DE EXPORTAÇÃO		
Algodão	47,2	70,6
Copra	47,3	59,8
Castanha de caju	100,0	100,0
Citrinos	9,6	2,8
CULTURAS ALIMENTARES DE BASE		
Milho	76,6	83,0
Arroz	23,1	81,6
Sorgo	85,0	77,3
Mandioca	90,9	78,1
Feijão	92,2	75,5
Amendoim	95,9	97,4
Legumes	27	23,1
Cebola	20,0	17,7
CULTURAS INDÚSTRIAS		
Mafurra	99,0	100,0
Girassol	92,7	27,3

Fonte: DIONIZIO (1996, p. 74)

A tabela 1 mostra uma estagnação no que concerne ao setor agrário, pois seguiu-se um período de declínio da economia, refletindo o declínio na ajuda e a desvalorização do metical. Na visão de Brito e Chivulele (2017), a pobreza rural em Moçambique também não diminuiu ao longo da primeira década do século XXI.

A questão central é focar a atenção nas dinâmicas sociais e economias que potenciam o desenvolvimento nacional com o centro de gravidade no desenvolvimento rural. E deve ser um desenvolvimento rural concebido no quadro da industrialização rural, com base produtiva, comercial, social e regional alargada e diversificada, viável e competitiva, para eliminar a dependência externa e desenvolver o País (CASTELBRANCO *et al.*, 2010, p. 190). Pois, a industrialização rural pode:

- Aumentar os rendimentos e expandir os mercados rurais;
- Permite penetrar em mercados mais dinâmicos e inovadores e conferir maior solidez e energia ao processo de desenvolvimento rural;
- É a oportunidade para transformar radicalmente a qualidade e a articulação de todos os serviços, infraestruturas e unidades produtivas rurais;
- É a oportunidade de alargamento e diversificação regional e social da base produtiva e comercial, das oportunidades futuras de desenvolvimento e dos padrões de distribuição do rendimento;
- É o vetor da urbanização rural;
- Pode ser um vetor de unidade da economia nacional fortalecendo as suas ligações internas.

Moiana (2017, p. 26) sustenta que para que se promova o desenvolvimento rural efetivo, deve-se repensar a problematização do conceito de comunidade e conceber o desenvolvimento como um processo de transformações dos indivíduos na busca do bem-estar. As decisões a serem tomadas no processo de desenvolvimento devem estar revestidas de uma responsabilidade moral e devem ter como base a transparência. A despeito disso, o rural tem sido um espaço refém de várias expectativas quando a questão é falar de desenvolvimento.

As expectativas que se dão no espaço rural estão ligadas aos megaprojetos, que na ótica de Castel-Branco (2014), embora Moçambique tenha crescido aproximadamente 7,5% por ano, é ineficaz na redução da pobreza e no fornecimento de uma base social e económica mais ampla para o desenvolvimento. Este conjunto de investimentos e projetos em agricultura, indústria extrativa e infraestruturas, tende a beneficiar apenas uma restrita elite rural, verificando-se, portanto, um desenvolvimento não inclusivo (BRUNA, 2019, p. 204). Isto mostra que o espaço carece ainda mais de uma intervenção coletiva (do Estado, de agentes sociais etc.), para dinamizar as condições que visem melhores condições de vida neste espaço.

É preciso compreender o desenvolvimento rural como um processo de transformação e criação de capacidades e condições de vida e de trabalho, que abrange todos os aspetos essenciais da vida rural: a produção, o consumo, a poupança e a sua mobilização, a taxa, alocação e eficiência do investimento, a apropriação, comercialização e uso do excedente, a qualidade dos agentes económicos e sociais e as relações de poder entre eles, a qualidade de vida, o desenvolvimento tecnológico, etc (CASTEL-BRANCO *et al.*, 2010, p. 211).

3.4.3. Pobreza

O conceito da pobreza é relativo a um determinado contexto, podendo ele ser individual ou coletivo em relação às boas condições de vida (aspetos materiais). Neste caso ele se aplica ao meio rural, concretamente nas comunidades rurais em Moçambique, e exige buscar a compreensão da sua manifestação nesse espaço de vida.

A pobreza para os africanos não se remete a falta de dinheiro ou bens materiais, mas sim à escassez de redes familiares de convivência e apoio capazes de promover acolhimento, incentivo, orientação e subsistência física, moral, emocional e espiritual para uma pessoa. Assim, antes da percepção da miserabilidade económica por parte de muitos africanos em razão do recrudescimento do neoliberalismo em África e no mundo, o escravismo e as guerras civis já haviam feito milhões de pobres, na perspetiva africana (ZITHA, 2021, p. 45).

Em Moçambique, o debate social em torno do “combate à pobreza” é marcado por diferentes abordagens. Algumas abordagens enfatizam as fraquezas estruturais que tornam alguns indivíduos mais vulneráveis no mercado (deficiente capital humano individual). Outras concentram-se na inadequação das instituições (corrupção, neopatrimonialismo do Estado, desigualdade do género e feminização da pobreza, insuficiente ou inadequada democracia e limitada descentralização).

Ravallion (1992) considera que a pobreza está associada ao fato de, numa determinada sociedade, as pessoas não serem capazes de atingir o nível material e do bem-estar assumido como o mínimo razoável nessa sociedade. Defende assim um estudo da pobreza a partir da renda, que a considera uma boa medida de avaliação de oportunidades de consumo.

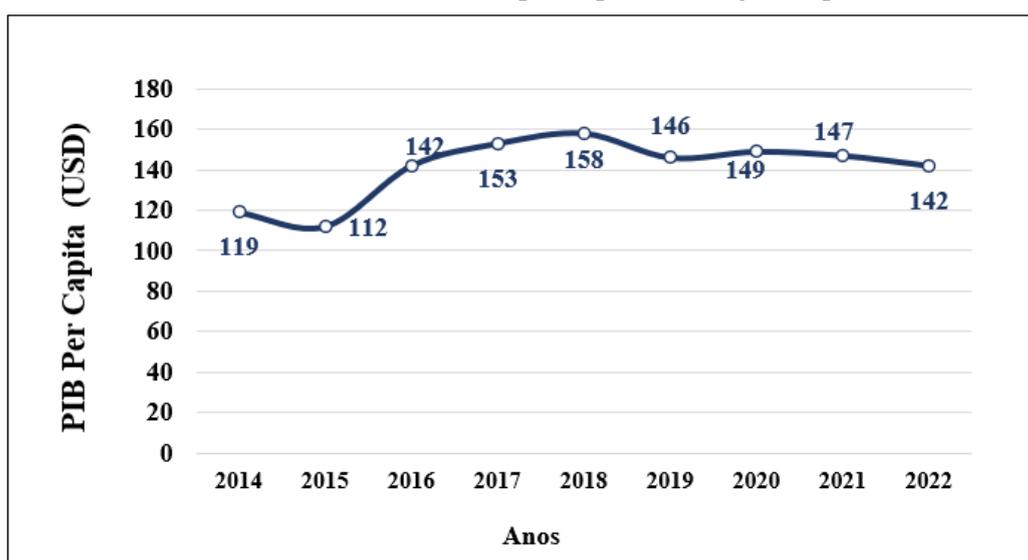
Segundo Amartya Sen (2000), a pobreza pode ser definida como uma privação das capacidades de um indivíduo e não apenas como uma renda inferior a um patamar

pré-estabelecido. Pois, Castro (1984) vê este conceito pobreza como sendo um fenómeno socialmente construído, ou vinculado a estruturas económicas, sociais e políticas.

Na perspetiva do Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas (ONU), a pobreza é vista como uma negação de escolhas e de oportunidades para uma vida mais aceitável (PNUD, 1997). O aceitável seria um desenvolvimento centrado no sujeito, que promova o bem-estar social e económico, e que valorize a não degradação dos direitos humanos.

Para o Pnud (2001), a pobreza continua a ser, na maior parte dos casos, definida e medida de acordo com uma abordagem economicista, a partir do rendimento *per capita* e familiar. Pobres, com rendimento inferior a USD 2/dia, indigentes com menos de USD 1 /dia, realidade está que não contrasta com o cenário das comunidades rurais, onde, segundo o INE (2017), temos quase 68% da população de Moçambique (18.767.536 habitantes no total de 27.909.798). Observa-se o gráfico 1:

Gráfico 1 - Taxa de PIB per capita de Moçambique



Fonte: Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/mozambique?locale=pt> Acesso em: 06 de setembro de 2023 às 10:35hrs

Martín Caparrós (2016), na sua obra “A fome” descreve,

Sentimos fome duas ou três vezes por dia. Não há nada mais constante, mais presente, nas nossas vidas do que a fome e, ao mesmo tempo, para a maior parte de nós, nada está mais longe do que a fome verdadeira. Hoje, nenhuma praga é tão letal e, ao mesmo tempo, tão evitável como a fome.

Pois, as populações encontra-se há viver sem acesso à alimentação, educação, assistência médica, energia elétrica, renda, água potável, e sem um papel político que lhes possa conferir o direito de decidirem pelos seus anseios.

As reformas neoliberais impostas pelo FMI e pelo Banco Mundial nos programas de ajustada década de 1980 realmente causaram grande parte do crescimento da pobreza e da desigualdade que vimos na África e na América Latina nas últimas duas décadas (MANJI e COILL, 2002, p. 588). Pois, é algo que até hoje tem impacto de forma negativa na política de administração das nações africanas e nos processos do desenvolvimento.

No caso moçambicano, o Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta (Parpa³⁴) constata, para corroborar esta visão, que:

A análise dos dados do Inquérito aos Agregados Familiares (IAF) de 1996/97 permitiu desenvolver um perfil detalhado da pobreza em Moçambique. A incidência da pobreza absoluta abrange em média cerca de 70% da população, sendo notáveis os desequilíbrios entre zonas urbanas e rurais e entre regiões. O IAF facilitou também a identificação dos determinantes principais da pobreza em Moçambique e são eles: (i) crescimento lento da economia até ao começo da década de noventa; (ii) fraco nível educacional dos membros dos agregados familiares em idade economicamente ativa, com maior destaque para as mulheres; (iii) elevadas taxas de dependência nos agregados familiares; (v) baixa produtividade da agricultura familiar; (vi) falta de oportunidades de emprego dentro e fora do sector agrícola; e (vii) fraco desenvolvimento das infraestruturas, em particular nas zonas rurais. Além de sofrerem com uma pobreza material aguda, os pobres em Moçambique também enfrentam um elevado nível de vulnerabilidade aos choques naturais e econômicos. Esta dimensão da pobreza foi evidenciada pelos resultados trágicos das cheias que atingiram o país em 2000, bem como pelas carências causadas nos últimos anos pelos baixos preços no mercado internacional dos produtos agrícolas (PARPA, 2001-2005, p.2).

É evidente que a pobreza é um problema do desenvolvimento desde o período de independência, não só no contexto moçambicano e nos outros os países africanos que passaram por um processo de colonização.

Apesar dos países africanos terem alcançado a independência, verifica-se no seio das nossas lideranças uma ideologia de opressão fruto da colonização que estes países

³⁴ Parpa I (2001 a 2005), definiu a pobreza absoluta como sendo a incapacidade dos indivíduos de assegurar para si e os seus dependentes, um conjunto de condições básicas mínimas para a sua subsistência e bem-estar, segundo as normas da sociedade. Este plano evoluiu para o PARPA II (2006 a 2009), modificou ligeiramente a concepção oficial da pobreza absoluta, definindo-a Como sendo, “Impossibilidade por incapacidade, ou por falta de oportunidade de indivíduos famílias e comunidades de terem acesso à condições mínimas, segundo as normas básicas da sociedade” (CANDIDO, 2010).

foram submissos. Pois, isto tem contribuído de forma profunda para o surgimento de novas elites no continente africano (os veteranos de luta de libertação), culminando deste modo em altos níveis de corrupção.

Ki-zerbo (2006, p. 67), descreve que:

As elites deveriam estar acima do comum das pessoas, não só no ponto de vista jurídico, mas também no plano ético e moral que fundamenta a legitimidade. Hoje todas estas qualidades faltam a grande número dos dirigentes africanos. Muitas vezes os dirigentes africanos chegam ao poder quando estão longe de ser ricos. Servem-se do poder para acumular bens de todos os tipos, apropriação de terrenos e campos de cultivos, de operação fraudulentas por ocasião de operações de atribuição de mercados públicos. De recebimentos de avultadas comissões, e a mil maneiras de enriquecimento.

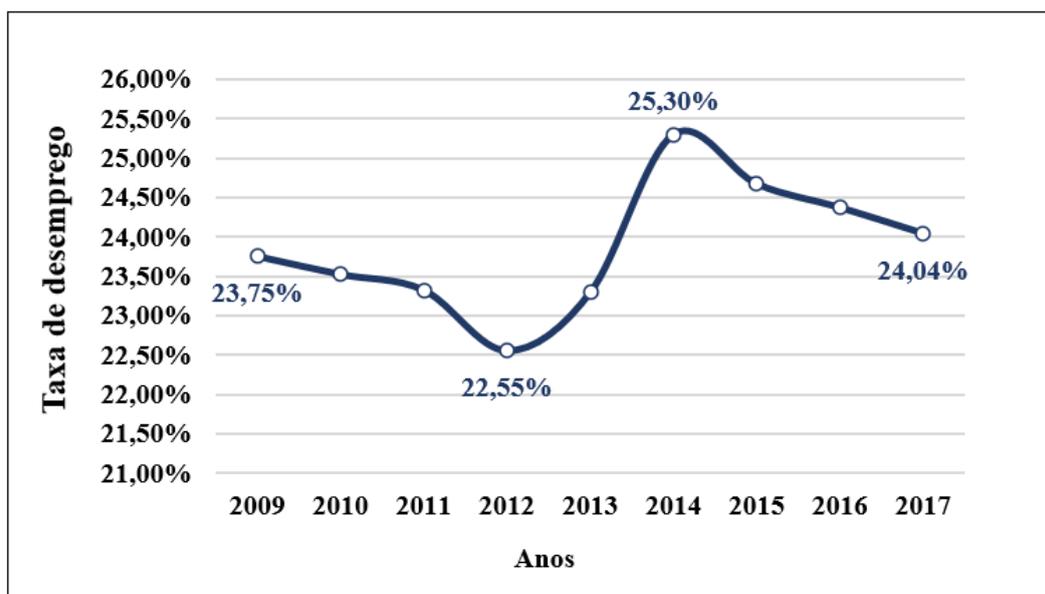
Um exemplo claro disto, são as “dívidas ocultas” em Moçambique, que se refletem no empréstimo de cerca de 2 milhões de U\$ contraídas 2013 e 2014, e descobertas em maio de 2016, sem observância de regras constitucionais e orçamentais da Assembleia da República, colocando o país em níveis insustentavelmente elevado acima de 80% do PIB (CASTEL-BRANCO *et al.*, 2016).

Nkrumah (2018, p. 39) descreve que:

A burguesia africana adotou um modo de vida que, sendo o da antiga classe dirigente, não é verdadeiramente o da burguesia europeia. Tomou hábitos de um grupo racial, em uma situação colonial. Neste sentido, a burguesia africana não faz mais do que perpetuar a relação senhor-servo do período colonial.

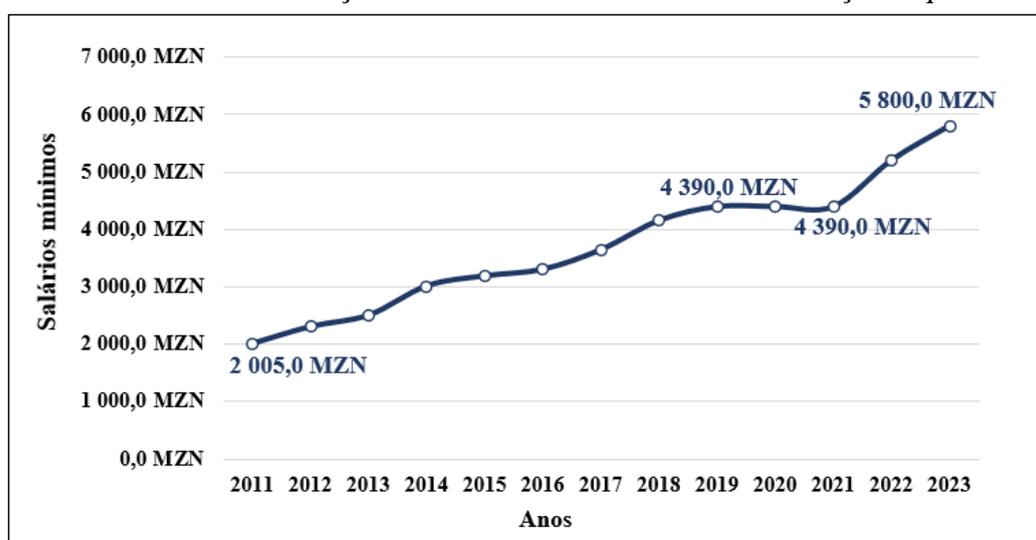
A maioria destes líderes (elites), não se revê no paradigma de proteção social para todos e na construção de uma sociedade igualitária em direitos civis e trabalhistas. Observa-se os gráficos 2 e 3.

Gráfico 2 - Taxa de desemprego de Moçambique



Fonte: TRADING ECONOMIC (2023)

Gráfico 3 - Oscilação do valor do salário mínimo em Moçambique



Fonte: TRADING ECONOMIC (2023)

Smith (1996, p.129) “nenhuma sociedade pode ser florescente e feliz se a grande maioria de seus membros forem pobres e miseráveis”. É necessário que se pense no modelo de desenvolvimento, onde o sujeito é prioridade, no que concerne a formação de qualidade, e que permita desenhar estratégias de desenvolvimento que se revejam neles e que prime pela sociedade em geral.

As estratégias mais eficazes para reduzir pobreza são as que se concentram no investimento em capital humano e infra-estruturas associadas (educação e saúde, escolas,

centros de saúde, rede sanitária, entre outras) e no desenvolvimento agrário e rural com ênfase nos pequenos produtores (STEWART, 1992a e 1992b e BENFICA, 2003 e 1998).

Os africanos devem se libertar dos discursos transportados para o continente e devem alcançar uma total independência intelectual, que os permita definir modelos políticos, econômicos e sociais assentes nos valores culturais africanos (SARR, 2016). É preciso que se estabeleça outras linguagens de poder, que ao entender do Mbembe (2001), a compressão e resolução dos problemas africanos em vários níveis devem partir de uma perspectiva ou proposta local, mostrando que eles podem realizar ou serem os protagonistas dos seus sonhos e desejos.

3.5. ONGs

3.5.1. Contexto histórico, conceito e o seu papel

O conceito do desenvolvimento tem sido uma preocupação, não só dos países ocidentais, mas que também atualmente tem feito parte da agenda dos países periféricos. Pese que embora tenha sido implementado após a Segunda Guerra Mundial, tem sido de interesse de qualquer nação, e neste âmbito surgem as ONGs como instrumento de materialização do desenvolvimento.

Há vários posicionamentos em relação ao surgimento das ONGs. Autores como Landim (1993; 1998) e Vieira (2001) afirmam que o termo ONGs foi utilizado na década de 1940 pela ONU³⁵ para designar diferentes entidades executoras de projetos humanitários ou de interesse público. No Brasil, a expressão se referia, principalmente, às organizações de cooperação internacional, formada por igrejas (católicas e protestantes), organizações de caridade ou cooperação internacional de outros países.

³⁵ A Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada em 1945, após o término da Segunda Guerra Mundial. Segundo a Carta das Nações Unidas, tratado constitutivo da organização, os propósitos da ONU são: manter a paz e a segurança internacionais, desenvolver relações amistosas entre as nações, conseguir uma cooperação internacional para resolver problemas internacionais e promover e estimular o respeito aos direitos humanos e ser um centro destinado a harmonizar a ação das nações para a consecução desses objetivos comuns. Atualmente, a ONU conta com 192 Estados parte. A ONU é constituída por seis órgãos principais: a Assembleia Geral, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Segurança, o Conselho de Tutela, o Secretariado e a Corte Internacional de Justiça. Os cinco primeiros têm sede em Nova York, EUA, e o último em Haia, Países Baixos. Na estrutura organizacional desses órgãos, encontram-se diversos programas, fundos, comissões e agências especializadas que compõem o sistema ONU. Disponível: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/acoes-internacionais/Articulacao/articulacao-internacional/onu-1/ONU%20-%20atualizado.pdf> Acesso em: 02 de Fevereiro de 2023 as 18:16hrs

Essas organizações priorizavam a ajuda às organizações locais e movimentos sociais nos países do Sul global, com o intuito de consolidar a democracia.

Porém, queremos observar que, desde a “Segunda Guerra Mundial”, o mundo passou por profundas transformações, tendo-se assistido a emergência de novos centros de poder econômico e político, a revolução nas comunicações, o aumento da produtividade industrial e agrícola, assim como da urbanização acelerada sem observância dos critérios urbanísticos. Este mesmo desenvolvimento produziu, como consequência, o aumento da pobreza, da violência, dentre outros tais como os conflitos sociais, políticos e religiosos, além da poluição ambiental (FRANCISCO, 2010, p. 142).

Num espaço de tempo muito curto, o mundo se viu diante de problemas globais, cujas soluções [...] dependem da capacidade de articulação de um espectro mais amplo de agentes sociais. E a maior novidade na história recente é a crescente intervenção da sociedade civil, que, de forma organizada, tenta ocupar espaços e propor que os aspectos sociais do desenvolvimento passem a primeiro plano (TENÓRIO, 1997, p. 11).

É neste contexto que encontramos as ONGs, a proporcionar assistência aos grupos carentes, supostamente preocupadas com interesses públicos. Elas passaram a desempenhar um papel fundamental na criação de oportunidades para participação dos grupos socialmente marginalizados nos processos do desenvolvimento e na democratização, proporcionando espaço para discussão e debate em torno da pobreza, para além de contribuir no reforço das capacidades individuais (MITLIN *et al.*, 2005, p. 1).

Até o século XIX, as ONGs vinculavam-se à vida religiosa (criação de monastérios, ordens hospitalares etc.). A partir do século XIX, no entanto, caracterizaram-se pelo espírito liberal, individualismo e caridade cristã: os indivíduos deveriam se organizar sem contar com o poder público, frente às injustiças sociais geradas pela industrialização, mas poderiam contar com a Cáritas (criada na Alemanha, em 1897) ou o Exército de Salvação (criada na Inglaterra, em 1865). Em um terceiro período (desde o fim do século XIX), tem-se uma multiplicidade de organizações de alcance internacional, com agendas bem diversificadas: sanar os efeitos dos desastres da guerra, melhorar as condições de vida do “Terceiro Mundo”, defender os direitos humanos, proporcionar ajuda sanitária, proteger o meio ambiente, apoiar questão de gênero etc. (COUTINHO, 2004, p. 61).

Tenório (1997, p. 11) olha para as ONGs como sendo organizações sem fins lucrativos, sem vínculos com o governo, voltadas para o atendimento das necessidades

de organização da base popular, complementando a ação do Estado. Têm suas ações financiadas por agências de cooperação internacional, em função de projetos a serem desenvolvidos, e contam com trabalho voluntário. Atuam através da promoção social, visando contribuir para um processo de desenvolvimento que supõe transformação estrutural da sociedade.

As ONGs são conhecidas pelas diferentes, mas interrelacionadas, formas de atuar na sociedade. Elas são importantes prestadoras de serviços para camadas carentes da população e têm também um papel muito importante na divulgação de informações e ações que ajudam, de certa forma, na transformação da sociedade, na vertente política, ambiental, direitos humanos, entre outras (HAMILTON *et al.*, 2010). É perceptível nos conceitos avançados pelos autores que o principal foco das ONGs, desde a sua criação, sempre esteve associado à transformação social, atuando de diversas formas em prol da valorização das pessoas, podendo ser através de projetos de desenvolvimento (que congregue estratégias de mudanças ou melhorias na vida das pessoas).

A dimensão política, econômica e internacional vai se tornando mais presente e as ONGs são muitas vezes utilizadas ou instrumentalizadas como forma de resistência ao comunismo no continente europeu. Nos anos 1960, as ONGs começaram a trabalhar no campo do desenvolvimento, movidas por um objetivo principal: o desenvolvimento das populações locais mais desfavorecidas, como por exemplo nos países em vias de desenvolvimento (PVDs). Atualmente, entretanto, muitas ONGs encontram-se com uma agenda que se distancia do propósito pelo qual foram criadas, distanciando-se do seu escopo de atuação.

Na ótica de Petras (2000, p. 178), os gerentes das ONGs, geralmente pós-marxistas, tornaram-se atores políticos. Mas os seus projetos, ou sua participação em treinamentos e reuniões com agências como o Banco Mundial (BM), não produzem qualquer efeito econômico significativo no Produto Interno Bruto (PIB) ou na diminuição da pobreza. As ONGs, então, funcionam como veículo de “mobilidade vertical” para aqueles que abandonaram suas “excursões iniciais dos movimentos sociais esquerdistas, pobremente recompensados, por uma carreira lucrativa dirigindo uma ONG, levando com eles habilidades organizacionais e retóricas e um certo vocabulário populista” (PETRAS, 2000, p. 178).

O impacto substantivo de suas ações converge para desviar “o povo da luta de classes para formas inofensivas e ineficientes de colaboração com os seus opressores” (PETRAS, 1999, p. 41). Elas despoltizam e desmobilizam os pobres com suas ações

focadas na “auto-ajuda”. Debruçam sobre temas como “excluídos”, “discriminação racial”, “relações de gênero” sem ir além do sintoma superficial, para engajar o sistema social que produz essas condições. Incorporando os pobres à economia neoliberal através da simples “ação voluntária privada”, as ONGs geram um mundo político onde a aparência da solidariedade e da ação social disfarça a conformidade conservadora com a estrutura de poder internacional e nacional (PETRAS, 1999).

Na visão do Dionizio (1998, p. 44), a ação das ONGs deve ir no sentido de exercer pressão, com objetivo de promover modelos de desenvolvimento centrado nas pessoas, de aplicar soluções diferenciadas, consoante às respectivas situações dos diferentes contextos, e ou devem servir de intermediárias entre a população dos PVDs, e defendendo os interesses das pessoas.

Os modelos de desenvolvimento introduzidos nos países em via de desenvolvimento, as populações não se reveem neles por falta de inclusão na aparente identificação dos problemas locais. Em relação a objetividade dos indivíduos, têm sido vazios e inviabilizam ainda mais a resolução dos problemas, em consonância com uma governança ineficiente tem degradado ainda mais as condições de vida dos indivíduos.

3.5.2. Entrada das ONGs em Moçambique e seu papel

O nascimento das ONGs nos países do Sul é mais recente e variou consoante os acontecimentos nos continentes e países. Podemos situar nos anos 1980 as primeiras intervenções destas organizações na África e Ásia, nomeadamente em Bangladesh e nas Filipinas. Na América Latina, diferentemente, este fenômeno surgiu mais cedo como no Chile, Brasil e Nicarágua (DIONIZIO, 1998, p. 34).

Em nível internacional, as ONGs são vistas como veículos para promover a democratização e o crescimento económico nos países do Terceiro Mundo. E nos mesmo países, as ONGs estão envolvidas em assistência, reabilitação, desenvolvimento comunitário e diversas outras atividades que visam complementar Estados e mercados fracos na promoção do crescimento económico e na oferta de serviços básicos para a maioria das pessoas nesses países (MAKOBA, 2018, p. 29).

O discurso do desenvolvimento emerge sob duas perspectivas, onde as organizações tinham como propósito manter o controlo das colónias onde o sistema colonial corria o risco de extinção, e outra perspectiva é caracterizada por organizações como Oxfam, Save the Children e Plan Internacional, tidas como instituições de caridade de guerra na Europa e criadas para lidar com as consequências humanas de guerra.

Uma vez concluído a execução do Plano Marshall na Europa e com a “Crise do Petróleo”, que na altura permitiu um grande acúmulo de capitais por parte dos Estados Unidos e Europa, a solução foi financiar ONGs de desenvolvimento e conceder empréstimo as nações africanas para se “desenvolverem” aparentemente.

O continente Africano é um exemplo de entrada massificada das ONGs com o propósito de prestarem assistência aos países que vinham lutando pelas suas independências. Como exemplo, Quênia, há cerca de 500 ONGs, enquanto em Uganda há cerca de 1.000 ONGs estrangeiras e locais registradas. Da mesma forma, outros países africanos têm um grande número de ONGs ativas, incluindo: Zâmbia com 128, Tanzânia com 130, Zimbábue com 300 e Namíbia com mais de 55 (NDEVA, 1996, p. 20).

Segundo Castel *et al.*, (2008) *apud* Vassele (2019, p. 47) refere que:

As primeiras ONGs nacionais em Moçambique que tiveram como objetivo ajudar na economia do país, como também no seu desenvolvimento político, económico e social, surgem nos anos 1990. Elas surgem como forma de ultrapassar o cenário vivenciado outrora, e contribuir para o processo do desenvolvimento do País.

Muassuruco e Pimenta (2000) defendem que as primeiras ONGs estrangeiras nascem em Moçambique no período de emergência³⁶, com alguns programas de segurança alimentar, e algumas atividades como doação de alimentos, vestuário, e instrumentos de trabalho. Também ajudaram com programas de assistência médica e nutrição, na capacitação da população para aquisição de habilidades (*empowerment*)³⁷, e na reconstrução de algumas infraestruturas de carácter social, sendo que foram as guerras que provocaram a intensificação destas instituições no país. Para além da guerra, os autores apontam para a condição económica dos países, como uma das causas para a intervenção das ONGs. Portanto, como os efeitos da guerra dos 16 anos entre os dois

³⁶ Período de grandes catástrofes naturais, que destruíram o país e que provocaram a morte de milhares de pessoas (VASSELA, 2019, p. 48). Ou a guerra deixou um rastro de destruição, de mortes e deslocação, pois o país estava praticamente arruinado, tendo chegado a registar um crescimento negativo, em termos económicos, o que se refletia em outros campos, principalmente no campo social. Fábricas inteiras, unidades de produção familiar e cooperativas, a rede comercial rural, estradas, pontes, postos de saúde, escolas, fontes de abastecimento de água, dentre outras infraestruturas económicas e sociais estavam praticamente destruídas. Além desta destruição, a guerra causou cerca de 10.000 vítimas mortais, mais de um milhão de mutilados, 1,5 milhão de refugiados em países vizinhos e 4 milhões de deslocados internos, pessoas que abandonaram tudo e foram buscar refúgio em regiões consideradas seguras, que eram os arredores de cidades e vilas (FRANCISCO, 2010, p. 50).

³⁷ Um processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidades, em si mesmos e no meio envolvente, que se traduz num acréscimo de poder – psicológico, sócio-cultural, político e económico – que permite a estes sujeitos aumentar a eficácia do exercício da sua cidadania (PINTO, 2001, p. 247).

movimentos que vinham disputando o poder após a independência de Moçambique, nomeadamente a Frelimo e Renamo, foram devastadores em diversos sectores, de certa forma isto colocou o país numa situação de pobreza, suscitando assim a intervenção de algumas organizações não-governamentais, através de projetos do desenvolvimento.

No período subsequente à independência, a situação socioeconômica em Moçambique era pouco favorável, com uma taxa de alfabetização dos adultos reduzida, um sistema de saúde débil, a agricultura como a maior fonte de riqueza do país e como estrutura agrícola baseada em uma agricultura camponesa frágil. A situação piorou devido à saída de capitais e ao êxodo em massa dos portugueses, que ocupavam os cargos, dirigentes e técnicos da administração pública e detinham a maioria dos estabelecimentos comerciais, pequenas indústrias, explorações agrícolas de exportação. Para o agravamento da situação contribuiu também a adesão de Moçambique as sanções impostas pela ONU à Rodésia (Zimbabwe), que deu origem ao fechamento das fronteiras com este país, e a desestabilização econômica provocada pela África do Sul (como, por exemplo, o boicote ao porto de Maputo e a redução da contratação de mineiros moçambicanos) (DIONIZIO, 1988, p. 67).

Dionizio (1998) aponta os seguintes fatores que contribuíram para o surgimento destas organizações no país:

- “A crescente incapacidade do Estado em promover e organizar o desenvolvimento como ator único;
- A pressão dos doadores sobre o Estado que, na onda das políticas neoliberais, se vê obrigado a criar abertura e espaço para a existência de organizações moçambicanas privadas, capazes de intervir no desenvolvimento económico e social do país;
- A tendência dos doadores, agências multilaterais e bilaterais, e ONGs internacionais a transferir o foco da sua ajuda das instituições estatais para o setor civil;
- A existência de cidadãos moçambicanos com vontade e disponibilidade para se aventurar na criação de uma ONG nacional” (DIONIZIO, 1998, p.12).

A maior parte das ONGs nacionais surgiram na década de 1990, depois do Acordo de Roma, quando da introdução do programa de emergência³⁸. Mas depois da

³⁸ Consistiu em criar condições para a reconstrução do país junto à comunidade internacional (ONU, ONGs de carácter filantrópicas e associações internacionais), motivada pelas destruições da guerra dos 16 anos entre a Frelimo e Renamo.

independência surgiram associações, dentre as quais se destaca a Cruz Vermelha de Moçambique (CVM³⁹), que esteve presente em todo o país e que muito fez no processo de repatriamento e reassentamento das populações no pós-guerra (FRANCISCO, 2010, p. 143). Com uma atuação a nível nacional, elas foram, progressivamente, tomando seu lugar como sujeitos políticos, alargando a sociedade civil, constituindo novos protagonismos no processo de consolidação democrática. Também desempenharam um papel preponderante no processo de assistência às comunidades, tanto no âmbito do programa de emergência, quanto na implementação do PRES e do Programa de Desenvolvimento Social (FRANCISCO, 2010, p. 144). Muitas ONGs estão sendo pressionadas a lidar com o alívio da pobreza e com o fornecimento de serviços sociais básicos.

Na verdade, o Estado africano agora é visto como o “inibidor do desenvolvimento social, econômico e político” (NDEGWA, 1996, p. 15). O fim do Estado africano inevitavelmente deu origem à ascensão das ONGs para preencher o “vácuo do desenvolvimento”. Assim, as ONGs estão cada vez mais presentes em espaços sociais e econômicos criados por mercados fracos ou estados em recessão (MABOBA, 2018, p. 32). Como resultado, as ONGs têm sido anunciadas como novos agentes com a capacidade e o compromisso de compensar as deficiências do Estado e do mercado na redução da pobreza (DICKLICH, 1998, p. 3).

As ONGs em Moçambique tiveram um amplo estímulo dos financiadores internacionais no processo de sua expansão, e na identificação de áreas e grupos de intervenção, na gestão e implementação de determinadas atividades direcionadas para os projetos enquadrados no âmbito de reconstrução nacional, tanto os de natureza econômica, quanto os de natureza social, e isso permitiu uma participação efetiva na busca de soluções para os problemas que o país apresentava.

ONGs constituem uma vasta rede de organizações com recursos e apoio financeiro e técnico internacional, elas estão se tornando mais autônomas em relação aos governos anfitriões (MAKOBA, 2018, p. 43). As ONGs contribuem para o

³⁹ A Cruz Vermelha de Moçambique (CVM) é uma sociedade de socorros, humanitária, não governamental, de carácter voluntário, de utilidade pública, auxiliar das autoridades públicas, que desenvolve as suas atividades devidamente apoiadas pelo Estado. A organização baseia-se no princípio de livre associação e filiação dos seus membros, e exerce as suas atividades em todo o território nacional, em conformidade com as disposições da Primeira Convenção de Genebra. A Cruz Vermelha, fundada em 1863 em Genebra, tinha como propósito prestar socorro a feridos em tempo de guerra (CRUZ VERMELHA, 2023).

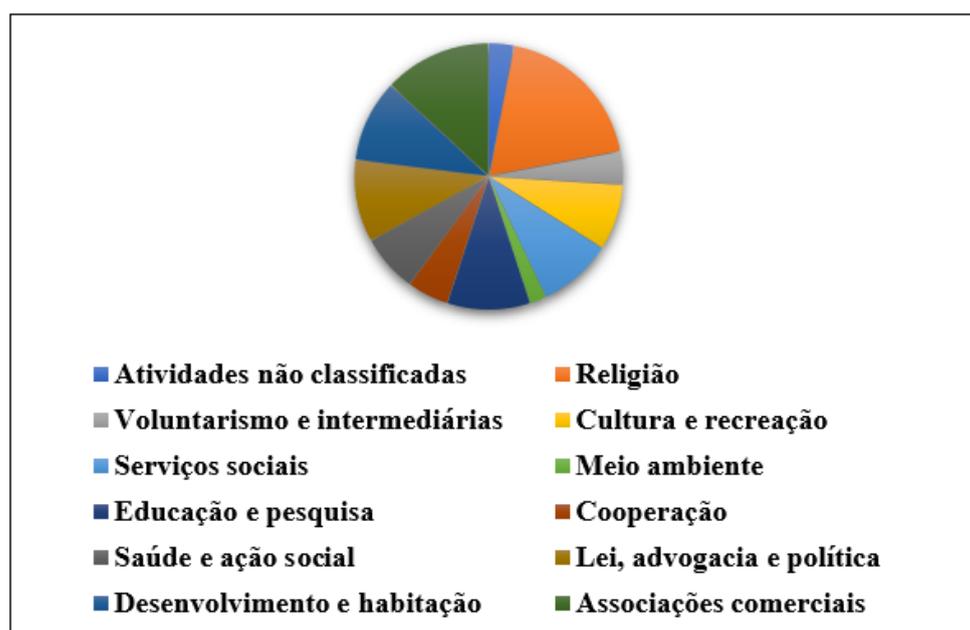
processo do desenvolvimento democrático ao capacitar as comunidades de base onde realizam suas atividades de desenvolvimento (NDEGWA, 1996, p. 25).

De acordo com Zitha (2021, p.126), as ONGs têm dado um contributo importante no combate às desigualdades sociais que se verificam no país. Muitas delas vêm atuando desde o período da guerra civil, como a Cruz Vermelha, Fundo das Nações Unidas Para Crianças (Unicef), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Fundação de Desenvolvimento Comunitário (FDC), que agem principalmente em regiões afetadas pelas guerras, calamidades públicas e em áreas com elevado índice de pobreza (destaque para o período da pandemia). Elas têm procurado estabelecer um papel incentivador e regulador de algumas políticas públicas de certos países, principalmente nos países africanos, que por muito tempo tiveram suas economias desestruturadas, limitando o orçamento para a área social.

De acordo com Vassele (2019, p. 47), afirma que o portal do Ministério de Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique (MINEC), que existem no país 430 ONGs estrangeiras, e de acordo com a JOINT⁴⁰ existem no país cerca de 322 ONGs nacionais, que se encontram distribuídas nas diversas províncias nomeadamente Niassa, Nampula, Zambézia, Tete, Sofala e Gaza (**vide Anexo I**). Desde a independência, as ONGs têm desenvolvido diversas atividades que visam promover o acesso dos serviços básicos. Observa-se o gráfico 4.

⁴⁰ A JOINT é uma ONG que foi criada em 2007, que tem como objetivo a união e o melhoramento dos serviços das demais ONGs para o bem comum, e um melhor entendimento entre o governo e as ONGs (VASSELE, 2019, p.50).

Gráfico 4 - Distribuição da ONGs quantos aos serviços prestados



Fonte: TRADING ECONOMIC (2023)

As ONGs têm o potencial de remodelar as relações entre o Estado e a sociedade, especialmente nas comunidades de base onde atuam. Por sua vez, as ONGs desafiam bastante o monopólio do Estado sobre o desenvolvimento, especialmente ao penetrar em áreas remotas que o Estado não conseguiu (como o norte de Uganda ou o sul do Sudão) (MAKOBA, 2018, p. 43).

Em Moçambique, as ONGs aparecem em forma de democracia e desenvolvimento local, contribuindo desta forma para o alcance dos direitos políticos e sociais da comunidade. Pois, consiste na realização de programas públicos, que envolvam de facto a população nas áreas da saúde, educação, assistência social, e cultura (MAZULA e MBILANA, 2003).

Instituições como Unicef, Programa Mundial de Alimentação (PMA), Agência dos Estados Unidos Para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), Elizabeth Glaser, FDC, Plataforma da Sociedade Civil Moçambicana para Proteção Social (PSCM-PS) dentre outras, têm dado uma relevante contribuição para o desenvolvimento de Moçambique. O contributo destas organizações vai além de uma simples ajuda humanitária em termos de financiamento monetários e em alimentos, atingindo também a formulação de políticas inclusivas que ajudam a colocar, principalmente, as meninas de volta à escola, e engajando-se em pautas de erradicação de casamento na adolescência (ZITHA, 2021, p.126).

As formulações das políticas inclusivas em Moçambique dão-se no âmbito de relações cooperacionais. Pois, isto consiste na priorização e resgate dos direitos podendo ser através de políticas educacionais, que permitam proporcionar mecanismos para a divulgação e massificação dos direitos humanos.

Para melhor entendimento do cenário socioeconómico e político do país após a independência até aos dias atuais, observa-se o quadro 3.

Quadro 3 - Fases da evolução socioeconómica e política de Moçambique

Fases	Caraterísticas		
Anos 80	<ul style="list-style-type: none"> * Redução da taxa de alfabetização dos adultos. * Aldeias comunais oriundas da coletivização das terras. * Em 1987 deu-se a introdução do Programa de Reabilitação Económica (PRE). * Em 1980 a 1982 houve degradação das condições sociais e económicas. 	<ul style="list-style-type: none"> * Sistema de saúde débil. * Seca em alguns países africanos. * Melhoria em alguns indicadores económicos. * Mais da metade da população vivia na pobreza absoluta, com baixa produção. 	<ul style="list-style-type: none"> * Predominância de agricultura familiar. * A economia se enfraqueceu, devido à crise mundial. * Maior índice de desemprego, destruição de infraestruturas; * Aumento dos índices de fome.
Anos 90	<ul style="list-style-type: none"> * Em 1990 alteração do Programa PRE para Pres (Programa de Reabilitação Económica e Social). 	<ul style="list-style-type: none"> * Moçambique torna-se membro da organização Commonwealth. 	<ul style="list-style-type: none"> * Em 1992 dá-se o Acordo Geral da paz, que culminou nas primeiras eleições gerais em 1994.
Anos 2000 em diante	<ul style="list-style-type: none"> * Em 2007 Moçambique perdeu quase 100 pessoas devido à explosão do paiol de Malhazine. * Em 2013 começaram com ataques no centro do país, que culminou em dezenas de mortes. * Em 2016 o Parlamento criou uma comissão de inquérito para averiguar a situação das dívidas ocultas. * Em 2017 e 2019 as zonas Norte, Centro e Sul do país foram devastadas pelos 	<ul style="list-style-type: none"> * Afonso Dlakhama, presidente da Renamo, instalou uma base militar em Gorongosa. * Moçambique entra em crise (dívidas ocultas no valor de 2 milhões U\$) contraída pela Frelimo. * Os ataques contra civis intensificam-se na Província de Cabo Delgado, em 2017. * Moçambique assina novo acordo de paz, dirigido pelo Presidente da República, Filipe Nyusi, e pelo presidente da Renamo, Ossufo Momade. 	<ul style="list-style-type: none"> * Dlakhama é desarmado numa emboscada que culminou em 20 mortes. * Em 2015 Guebuza deixa de ser Presidente do país, entrando Filipe Nyusi. * Realizaram-se as eleições gerais autárquicas em 2018. * Dia 15 de Outubro de 2019 decorreram as eleições presidenciais e autárquicas, onde venceu a Frelimo e o seu líder Jacinto Nyusi.

	ciclones Kenneth, Idai e Dineo matando mais de 700 pessoas.		
--	---	--	--

Fonte: DIONIZIO (1998); MAZULA (2003) e AMÉRICO (2019)

Observa-se no quadro acima que Moçambique passou por diversos momentos conturbados. Desde os anos 1980 a questão da pobreza já nos era visível. Nos anos 1990 ativa-se o programa PRES como forma de reabilitação econômica e social do país. E por último, a partir dos anos 2000, verificam-se as questões de conflitos internos, desastres naturais e as dívidas contraídas pelo partido da Frelimo.

3.5.3. Caracterização das ONGs em Moçambique

O contexto histórico de Moçambique tem sido acompanhado de várias situações turbulentas que enfraqueceram o seu modo de vida, os sistemas de produção, as relações sociais, e conseqüentemente deteriorou a economia do país. Portanto, havia a necessidade de melhorar a situação do país, o que propiciou a intervenção por parte de atores externos e internos (as ONGs), supostamente capazes de dinamizar a economia. Matsinhe (2023, p. 232), sustenta que as ONGs operam em Moçambique desde o período da Luta de Libertação Nacional, contudo os problemas criados pelas políticas de transição, combinadas às calamidades naturais, contribuíram para a sua proliferação.

Após a independência, surgiram divergências ideológicas e políticas entre os integrantes da luta de libertação do país, assim com os conflitos regionais. Este cenário culminou com o início da Guerra Civil dos 16 anos que, gerou destruições das infraestruturas, mortes, o abandono das suas regiões de origem por parte das populações, aumentou a fome e situações de vulnerabilidade. Devido ao cenário que Moçambique vivia, a necessidade de maior auxílio alimentar permitiu que diversas organizações humanitárias, instituições internacionais multilaterais e, sobretudo, as ONGs interviessem em socorro das vítimas (MATSINHE, 2023, p. 232).

Sorj (2005), caracteriza as ONGs (principalmente associações) como organizações da sociedade civil (que também inclui clubes culturais e esportivos, organizações profissionais e científicas, grupos maçônicos, instituições filantrópicas, igrejas, sindicatos, grupos em diáspora, associações comunitárias etc.) voltadas às causas sociais.

As ONGs em Moçambique podem ser divididas em três grupos, segundo os seus beneficiários, e por quem e com que objetivos são criados: 1) as organizações comunitárias de base (OCBs); 2) grupos de membros as associações de interesse; e 3) as

ONGs ligadas à promoção do desenvolvimento (ONGDs) (HELLING, 1995, p. 18-22). Importa frisar que as ONGs do desenvolvimento se enquadram no nosso estudo, que é centrado na problemática do desenvolvimento, ou ações que visam promover o desenvolvimento. É nesta categoria em que podemos encontrar organizações de caráter religioso, focadas na implementação de projetos de desenvolvimento para melhorar as condições de vida das populações em diversas vertentes (saúde, educação, acesso à água, agricultura, formação, incentivo ao comércio, meio ambiente, desenvolvimento rural, educação cívica, apoio à pesca, saneamento, proteção florestal, pesquisa etc.) (DIONIZIO, 1998, p, 86).

3.5.4. ONGs religiosas

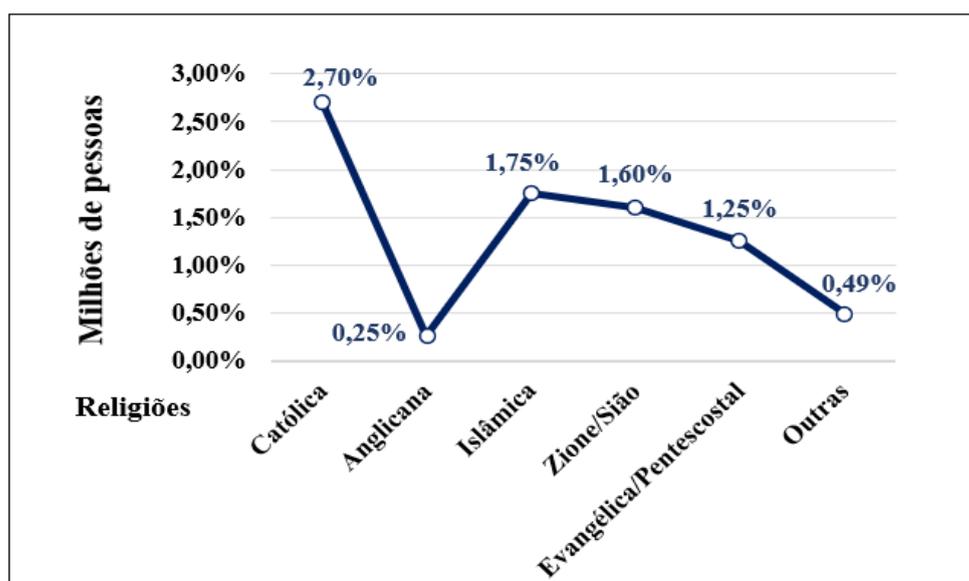
No início da década de 1960, o Concílio Vaticano II debateu o papel da Igreja na solução dos problemas socioeconômicos e políticos que oprimem as sociedades marginalizadas. O Concílio sustenta uma nova abordagem para a ação da Igreja, baseada na Teologia da Libertação⁴¹, que, por sua vez, emerge influenciada pelos movimentos do, “Social Gospel” e “*Christian Socialism*” protagonizados por protestantes cristãos estadunidenses e ingleses, a partir de meados do século XIX (VILANCULOS, 2011, p. 21). Vilanculos (2011, p. 21) afirma que as primeiras ONGs constituídas em Moçambique pós-independência foram ONGs de caráter religioso, estimuladas pelas Igrejas Católica e Protestante. Nesse sentido, o Conselho Cristão de Moçambique e a Cáritas Moçambicana são dois exemplos de ONGs religiosas no país.

Conforme anunciado anteriormente estas instituições tinham como objetivo ajudar o país com programas de redução da pobreza e de desenvolvimento humano, através de vários programas nas áreas de educação, habitação, aberturas de poços, saúde, na área agrícola, devido aos efeitos da guerra e da fome que abalou Moçambique nos anos 1980, tornaram-se em agências de socorro de emergência.

A Igreja católica na sua ligação com o Estado em Moçambique, e dentre várias igrejas que operam no país, a Igreja Católica mostrou-se sempre à frente, e desempenhou um papel muito importante no decorrer da história deste país (MAURI, 2013, p. 86). Nesse sentido, pode-se observar uma breve amostra dos cultos religiosos em Moçambique no gráfico 5 abaixo.

⁴¹ Nasce preocupada em salvar o homem da pobreza, processo que compreende a libertação integral do homem da marginalização económica e política; do analfabetismo e ignorância bem como da dependência que despersonaliza o indivíduo (BOFF, 1984, p. 31).

Gráfico 5 - Os cultos religiosos em Moçambique



Fonte: INE (2019)

A Igreja Católica tem se destacado através do seu trabalho missionário junto dos países em vias de desenvolvimento (PVDs). Por detrás da doutrina social da Igreja, há quem reconheça esta instituição como um dos principais agentes ou parceiros da cooperação para o desenvolvimento com os países mais pobres (PEREIRA, 2006, p.24).

Os conflitos regionais e ideológicos no país, fez com que muitas populações fugissem para outras regiões ou países vizinhos. Entretanto, os jesuítas⁴² passam então a prestar auxílio às populações moçambicanas refugiadas no Malawi, sem nunca desistir da sua missão educadora, criaram o Ensino Secundário Aberto Moçambicano (ESAM) no campo de refugiados de Mankhokwe no Malawi (PEREIRA, 2006, p. 84).

Em 1993, os jesuítas decidem construir uma escola secundária a fim de suprir a ausência do 11º e 12º ano nas escolas estatais e paralelamente foram criados outros projetos: Projeto de Alfabetização de Adultos, Biblioteca, Centro de Formação em Informática onde lecionavam cursos básicos de informática e formação de formadores e Projeto Escolinhas Comunitárias do Niassa. Também na área da saúde, através do envio

⁴² Designados como: A Companhia de Jesus nasce do encontro de vontades de um conjunto de jovens que em comum tinham a condição de estudantes universitários em Paris. Ao núcleo inicial de três elementos – Inácio de Loyola, Francisco Xavier e Pedro Fabro, que partilhavam os mesmos aposentos numa residência de estudantes, cedo se juntaram outros três companheiros, e é este grupo de seis jovens que em 15 de agosto de 1534 decide fazer votos de pobreza, castidade e dedicação à causa da Igreja Católica, procurando concretizar a sua opção de vida na “imitação” de Cristo. Os Jesuítas foram a primeira ordem religiosa católica a acolher o espírito renascentista no âmago da sua própria espiritualidade, com reflexos quer ao nível da atividade missionária, quer educacional. Não é de estranhar que desde os primeiros momentos tenham encarado os Descobrimentos como plataforma fulcral da sua atividade missionária, por exemplo (PEREIRA, 2006, p. 63-64).

de voluntários (médicos, enfermeiros e fisioterapeutas) para o Hospital Distrital de Lichinga e postos de saúde da região, é prestado auxílio à população. Contudo, muitas missões promovem cursos de Promoção Feminina, apostando na formação das mulheres em diversas áreas, nomeadamente em economia doméstica, higiene e saúde, costura, culinária e alfabetização funcional (PEREIRA, 2006, p. 85-86). É possível ver que a Igreja Católica sempre desempenhou um papel importante no processo de desenvolvimento em Moçambique, e na sua lógica da teologia de libertação que se centra no sujeito “pobre”, onde a igreja desenvolve ações que tende a resgatar e melhorar as condições de vidas populações e um bom ambiente, e apoiando se também no conceito *Empowerment*, que busca estabelecer no sujeito autonomia, democracia, participação e aprendizagem para o processo de desenvolvimento.

3.5.5. Congregação da Sagrada Família em Moçambique

A CSF, tem a sua sede em Martinengo (Itália), também conhecida por Congregação da Sagrada Família de Bérgamo, é uma Congregação religiosa da Igreja Católica Apostólica Romana fundada por Santa Paula Elisabete Cerioli⁴³ em 4 de novembro de 1863. Neste ano ela conseguiu realizar o seu maior desejo de iniciar uma obra também para os meninos pobres do campo, dando início à Congregação dos irmãos e padres da Sagrada Família.

Em 1868, por intermédio de Pietro Luigi Speranza, bispo de Bergamo, recebeu o decreto de comenda da Santa Sé⁴⁴, reconhecendo oficialmente a Congregação da Sagrada Família como uma instituição religiosa.

Em 1998, os padres e as irmãs da Sagrada Família, respondendo aos apelos do Papa, partiram em uma nova missão de evangelização em Moçambique, dando amparo a crianças órfãs de guerra civil moçambicana e outras que vivem num contexto de extrema pobreza. Observa-se a figura 3:

⁴³ Foi proclamada santa na praça de São Pedro, em Roma, em 16 de maio de 2004 pelo Papa João Paulo II.

⁴⁴ É um órgão dotado de personalidade jurídica no direito internacional, encarregado de governar a igreja católica, e é governada pelo Colegiado dos Cardeais e presidida pelo Camerlengo.

Figura 3 - Paróquia da Sagrada Família em Maxixe



Fonte: O AUTOR (2022)

Atualmente a CFS desenvolve as suas atividades de evangelização, assistência na educação e social na província de Inhambane (Maxixe e Mongué) e na província de Maputo (no distrito de Marracuene).

CAPÍTULO IV ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

4.1. Apresentação e discussão dos dados resultantes da pesquisa de campo

Este item tem como propósito mostrar as informações referentes à discussão dos dados coletados no campo de pesquisa. Seguem em análise os dados colhidos em oito comunidades rurais, onde foram ou são implementados os projetos de desenvolvimento por parte da CSF.

4.2. Projetos implementados

Uma das formas encontrada para materializar a ideia do desenvolvimento, no caso da CSF, foi através de projetos que, na ótica de Li (2016, p. 2001), são intervenções com limite de tempo e com objetivo e orçamento fixo enquadrado em uma matriz técnica na qual espera-se que o problema “a” mais intervenção “b” produzam “c”, um resultado benéfico. E como forma de percebermos quais foram os projetos implementados nas comunidades, buscamos depoimentos junto à CSF:

A congregação sempre ofereceu um serviço que pudesse ser mais abrangente na área educativa e social em simultâneo, e nisto foram surgindo microprojectos: de hortas comunitárias onde as mães colaboravam e aprendiam a cultivar com o objetivo de proporcionar boa alimentação e integrada de vitaminas as suas famílias. E não só comer mandioca e batata, mas também se alimentarem de outros legumes como couve, cenoura, folhas de alface, e outro tipo de legumes com muita vitamina e ferro (Missionário – E1, 29 de setembro de 2022, Cidade de Maxixe).

Tivemos a criação de animais em escala menor na comunidade, como forma de criar também um ciclo bom de alimentação para as crianças que estavam abaixo do peso normal (desnutridas), através de consumo de carne de galinha, suíno, caprino, bovino. E o aproveitamento do excremento dos animais para fertilizar as terras para a prática da agricultura (Nbulí - N, 13 de 10 de outubro de 2022, Comunidade de Nhapata de Palha).

Implementamos os projetos de furos de água potável e habitações, isto melhorou as condições higiênicas das populações e diminuí longas distâncias que as mães percorriam com latas na cabeça para buscar a água. Antes, as comunidades consumiam água de furos convencionais (não potável) e passaram a consumir água potável (Missionário – L2, 30 de maio de 2022, Cidade de Maxixe).

De acordo com o depoimento avançado pelos agentes da CFS, procuramos saber juntos aos membros das comunidades quais foram ou são os projetos implementados:

➤ **Área educativa:**

Temos acesso ao ensino para pessoas com limitações financeiras, através das escolinhas comunitárias, o acesso a Escola Pré-universitária e a Universidade da Sagrada Família. Isto, reduziu o número de pessoas que não frequentavam o ensino básico, médio e superior (Sumbi - Mc, 15 de julho de 2022, Comunidade de Macupula).

➤ **Área social:**

Inicialmente tivemos os projetos de padaria, que consistia em fazer pão, mais tarde veio o projeto de costura e alfabetização das mulheres. Com o passar do tempo foram surgindo outros projetos como, hortas comunitárias, fontenários (água potável), apoio social através de peso das crianças, acesso à habitação condigna e energia elétrica (Raci - B, 20 de junho de 2022, Comunidade de Barrana).

De acordo com os depoimentos avançados pelos membros das comunidades e os agentes da CSF, percebemos unanimidade em relação aos projetos de desenvolvimento implementados nas comunidades rurais de Maxixe.

4.3. Projetos de desenvolvimento conduzidos pela CSF nas comunidades rurais

O campo do desenvolvimento tem sido complexo, sobretudo quando colocamos a ideia do desenvolvimento em cena, protagonizada por organizações externas a realidade local. Pois, os projetos de desenvolvimento são projetados numa perspetiva de desenvolver ou trazer mudança dentro de uma certa realidade. Se olharmos o posicionamento do Morin (2008, p. 109), a lógica do desenvolvimento moderno pode não provocar processos de emancipação, mas novos processos de manipulação do homem pelo homem ou dos indivíduos humanos pelas instituições sociais. Dessa forma, procuramos saber, através dos membros das comunidades e a CSF, como é que se construíram os projetos nessas comunidades rurais.

Quando a CSF chegou na Maxixe em 1998, já existiam capelas nas comunidades. Foi através dos animadores destas capelas que se iniciou o trabalho de conhecimento e de atividades espirituais e sociais nas comunidades rurais. Através da sua missão evangelizadora nas comunidades, foi notando problemas básicos nas pessoas que viviam nesse espaço. E daí, fez-se um o trabalho de pesquisa junto das populações para conhecer a realidade, as necessidades e prioridades, para depois elaborar e realizar os projetos com vista a ultrapassar os problemas que existiam na comunidade (Tingalava - G, 19 de junho de 2022, Comunidade de Gigune).

Chegamos em dezembro de 1998 na Maxixe, e o primeiro passo foi naturalmente conhecer a realidade da região de Maxixe.

O nosso trabalho foi sempre abrangente em termos religioso, educativo e social. Acreditamos que não existe uma coisa separada da obra, porque o evangelho é concreto, pregar o amor ao próximo através de ações concretas, se não tem o que comer, o que vestir, tem que se criar condições de ajudar as populações a terem o acesso. Enquanto desenvolvíamos as atividades religiosas nas comunidades, olhamos para as comunidades e percebemos onde havia maior necessidade de intervir, foi a partir daí que pensamos em dar assistência em algumas comunidades sobretudo as mais necessitadas (Missionário - E1, 29 de setembro de 2022, Cidade de Maxixe).

O conhecimento das condições sociais e económicas dessas comunidades rurais abriram o espaço para que houvesse um processo de melhoramento das condições humanas, e isto é notável através de convergência nas informações apuradas nas entrevistas. Geralmente, nos projetos em que temos organizações religiosas como protagonistas de melhores condições de vida das populações ocorrem fenómenos de doutrinação da religião em troca dos tais projetos.

Manji e Coill (2022, p. 570), sustenta que para a maioria da população rural, coube uma série de instituições de caridade e grupos missionários trocar seus produtos espirituais por apoio material em educação, saúde e outros serviços sociais. Ao fornecer esses serviços eles também se preocupavam em evangelizar a população africana, desencorajando o que consideravam a ignorância, ociosidade e degeneração moral e promovendo sua própria visão. No entanto, nem todos os esforços para controlar os africanos foram totalmente, ou mesmo principalmente, baseados na força bruta.

A ideologia desempenhou um papel muito mais importante. Como explica Ngugi waThiong'o:

O colonialismo impôs seu controle sobre a produção social de riqueza por meio da conquista militar e da subsequente ditadura política. Mas sua área mais importante de dominação foi o universo mental dos colonizados, o controle, por meio da cultura, de como as pessoas percebiam a si mesmas e sua relação com o mundo.

As sociedades missionárias e as organizações voluntárias foram importantes na guerra ideológica. Elas forneceram um meio sutil de controlar o comportamento dos negros. A filantropia colonial foi também motivada por convicção religiosa, status compaixão ou culpa, e pelo medo. Em suma a caridade não se destinava apenas ajudar os pobres, mas também servia para proteger os ricos (MANJI e COILL, 2022, p. 570).

Atualmente assiste-se organizações religiosas, ligadas ao paradigma pentecostal, voltadas para curas e soluções de problemas cotidianos manifestadas nas suas cerimónias

religiosas. Pois na visão de Bernardi (2010) advoga um dos princípios do serviço social, pressupõe que todo o indivíduo ou grupo deve ser respeitado a sua dignidade inata independentemente da sua condição social, económica ou mesmo religiosa.

4.4. Ações da CSF e eventuais benefícios às comunidades rurais

As ações é que dão vida aos projetos de desenvolvimento e surgem em função da demanda ou para solucionar os problemas identificados num determinado contexto ou região. Segundo Vilanculos (2011, p. 23), as ações são estabelecidas em resposta às necessidades identificadas pelas populações beneficiárias. Simultaneamente, as áreas de ação respondem ao mandato vocacional das ONGs religiosas, inspiradas na Teologia da Libertação. Nesse processo, a intervenção das ONGs cristãs está em consonância com as diretivas do Parpa I e II, documento de âmbito nacional que desde 2001 estabelece as ações prioritárias para erradicar a pobreza em Moçambique.

Em relação a este item, recorreremos a duas categorias, Infra-estruturas e segurança alimentar como forma de destacar as ações desenvolvidas nas comunidades:

- **Infraestruturas:** Salas de aula (para escolinhas comunitárias, escola pré-universitária, universidades), sanitários (higiene pessoal), fontenários (acesso à água potável):

A criação das escolinhas comunitárias veio aumentar o número de crianças que ingressam nas escolas primárias com bases educacionais, conhecimento da língua oficial de ensino e noções de grafismo. O acesso à água potável (abertura de fontenários) que era um desafio para maior parte das comunidades. A criação da Universidade Sagrada Família trouxe a oportunidade de muito jovens se formarem, melhorarem o seu ofício e as condições de vida. A construção de sanitários ajudou a promover e conciliar boas práticas de higiene pessoal das crianças, redução de doenças e mortes infantis (Kudzi - Mt, 30 de setembro de 2022, Comunidade de Matadouro).

- **Segurança Alimentar:** Machambas (lavouras), criação de animais, controle do peso:

Criou-se o controle do peso dos bebês e crianças, que consiste em atender crianças desnutridas com baixo peso e desfavorecida. Constatado isso as crianças são enviadas para Sede (CSF) para uma intervenção em termos de vitaminas, alimentar e assistência hospitalar. A CSF teve sempre o cuidado de dar leite artificial as crianças e bebês mensalmente, e não só, tem um programa em que se faz vitamina com insumos para ajudar na alimentação das crianças e conseqüentemente na sua condição física. As machambas (lavouras) e criação de animais

foram ações muito importante para as nossas crianças aqui na comunidade, contribuem para a diversificação alimentar das crianças, estas que a tempo não tinham tantas opções de alimento. Todas estas ações têm influenciado na redução de casos de desnutrição na comunidade (Maígu - SI, 20 de junho de 2022, Comunidade de São Lourenço).

Os aspetos aqui citados pelos os entrevistados demonstram de forma explícita que as ações desenvolvidas e implementadas pela CSF nas comunidades registaram efeitos positivos aos problemas identificados. Pois, uma das maiores preocupações foi garantir a segurança alimentar das populações, sobretudo nas crianças e bebês, e associado a isto, garantir também o acesso e qualidade de serviços básicos através de edificação de diversas infraestruturas nas comunidades.

Os sucessos dos projetos devem ser medidos através dos resultados que são atingidos em relação ao objeto do projeto, e em consonância com a satisfação e expressão das populações ou dos beneficiários no que concerne os seus problemas ou preocupações diárias.

4.5. Financiamento dos projetos implementados nas comunidades rurais

A materialização dos projetos de desenvolvimento pressupõe a existência dos recursos financeiros, humanos, materiais e existência dos financiadores. Vilanculos (2011, p. 39) sustenta que as intervenções das ONGs cristãs em Moçambique são fortemente dependentes de financiamento externo, principalmente dada a sua fraca capacidade de auto-sustento. Em termos gerais, as intervenções de ONGs são realizadas através de fundos próprios, podendo ser através de angariação de fundos nos seus países de origem, de contribuições e quotizações das instituições e individualidades religiosas e fundos externos, através de canalizações por instituições nacionais e internacionais mediante apresentação de projetos de intervenção.

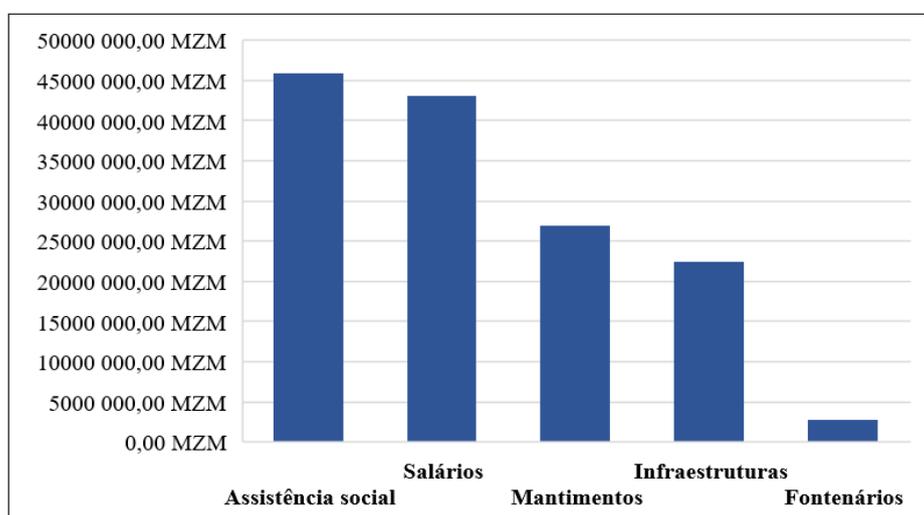
Como forma de aferirmos o financiamento dos projetos nas comunidades buscamos depoimentos junto dos representantes da CSF.

Na altura em que se realizou o projeto, a CSF fez o lançamento dos projetos em algumas regiões na Itália. De onde recebemos o apoio de alguns financiadores que trabalham no setor das águas e também do setor de ecologia, do tratamento do nicho para a construção de fontenários. E ainda mais, houve o envolvimento do Município da minha cidade que naquela época o Presidente do Conselho Municipal era meu amigo e este por sua vez solicitou apoio em outras pessoas. Portanto, os financiamentos dos projetos vieram da Itália em grande parte (Missionário L2, 13 de outubro de 2022, de Cidade de Maxixe).

Tivemos casos de pessoas singulares e coletivas, que financiaram os projetos da CSF, como algumas famílias⁴⁵, organizações não governamentais, associações e projetos de voluntariado, pessoas que se identificavam com a lógica dos projetos, como é o caso: da Handling, Núcleo Provincial de Combate ao SIDA em Inhambane, CeLIM, Vola, Caritas Diocesanas de Inhambane, Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento (Missionário I3, 31 de fevereiro de 2023, Cidade de Maxixe).

Com os depoimentos aqui avançados pelos entrevistados, é possível perceber que o maior volume de financiamento dos projetos implementados pela CSF veio de fora de Moçambique. Observa-se no gráfico 6 que se segue:

Gráfico 6 - Investimentos dos projetos nas comunidades rurais



Fonte: CFS (2022)

Portanto, o gráfico acima ilustra o investimento desembolsado nos projetos protagonizados pela CSF nas comunidades rurais de Maxixe. Isto demonstra que as ONGs cristãs têm se tornado um ator fundamental no processo de desenvolvimento do país, porém existem casos de ONGs que não têm o comprometimento com as causas que defendem, à promoção da dignidade das vidas humanas e a aplicabilidade dos recursos não são transparentes.

As Organizações da Sociedade Civil praticamente não recebem financiamento público e grande parte do que recebem surge por insistência dos doadores e parceiros

⁴⁵ As famílias italianas desempenham um papel muito importante no financiamento dos outros projetos através do “projeto de adoções”. Consiste em adotar uma criança a distância (em Moçambique), e por sua vez os padrinhos disponibilizam um valor anual e não estipulado, que por sua vez a CSF encaminha diretamente para as comunidades religiosas para que sejam geridos tendo em conta as crianças que fazem parte desse projeto de apoio e as outras necessitadas.

internacionais do Estado. Mas não existem regras claras e transparentes relativamente às modalidades do apoio do Estado às Organizações da Sociedade Civil. No final, as ligações são estabelecidas de forma *ad doc*, em moldes informais e sem clareza de critérios explícitos e transparentes (FDC, 2007, p. 14). E, por não haver regras claras em relação ao apoio do Estado às ONGs, coloca-se em questão se o que estas últimas de fato trazem é o progresso econômico e social do país, ou se concorrem pelo uso de recursos que poderiam ser alocados em políticas públicas que promovam o desenvolvimento de modo mais assertivo.

Ao olharmos a questão da promoção do desenvolvimento rural, em função das informações geradas nas entrevistas aos atores da CSF, fica evidente que não houve a co-participação do Estado ou Conselho Municipal na disponibilização de recursos materiais ou financeiros para a realização desses projetos nas comunidades rurais.

O contexto atual de déficit de divisas para a implementação de ações conducentes ao desenvolvimento condicionam a busca por parceiros para suprir com as necessidades, por outro lado, a estratégia das ONGs de implementarem as suas ações como forma de assegurar a boa aplicação dos fundos também propicia essa “usurpação” do papel do Estado (Nduluzany - MADER, 02 de julho de 2022, Cidade de Maputo).

Fazemos visitas de vistoria em relação algumas ações (fontenários de água, transporte e energia) desenvolvidas pelo Conselho Municipal nas comunidades rurais, mas recebemos queixas por parte da população e pedidos de apoio ao Conselho Municipal (Maimayany - CMCM, 10 de junho de 2022, Cidade de Maxixe).

Os depoimentos fornecidos pelos funcionários do Estado ou Conselho Municipal de Maxixe demonstram uma insuficiência de políticas públicas por parte do Estado no que concerne aos processos de desenvolvimento no meio rural.

A Constituição da República de Moçambique no seu artigo 103 (2004, p. 30), sustenta que é obrigação do Estado garantir e promover o desenvolvimento rural para a satisfação crescente e multiforme das necessidades do povo e o progresso econômico e social do país. Pois, isto contradiz com os depoimentos avançados pelos funcionários do Estado.

É evidente que as ONGs vêm assumindo este papel, colocando o Estado como um ator pacífico em maioria dos casos quando olhamos para as questões em volta do desenvolvimento rural. Segundo o agente do Estado afirmou que,

São várias as iniciativas governamentais para o desenvolvimento rural, a destacar o fundo de iniciativa local (vulgo 7 milhões) (Nduluzany - MADER, 02 de julho de 2022, Cidade de Maputo).

Em 2006, o governo moçambicano introduziu uma iniciativa governamental que tinha como propósito promover o desenvolvimento rural. A iniciativa foi designada de Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD), onde alocava-se cerca de “7 milhões” de meticais nos distritos. Pois, os “7 milhões” era um fundo alternativo para a população gerar comida, emprego e renda, reduzindo, assim, o nível de pobreza” (SANDE, 2011, p. 210).

A utilização do fundo não estava clara, o que deu espaço aos Conselhos Consultivos distritais e administradores distritais decidirem sobre as prioridades locais. Em alguns casos, os fundos foram utilizados para financiar infraestruturas públicas em vez de atividades produtivas privadas (FORQUILHA, 2010). Na visão de Sande (2010, p. 213), o FDD foi alvo de uma abordagem do neopatrimonialismo⁴⁶, pois apresentava promiscuidade que ela propiciava entre interesses partidários e públicos, e não objetivos pelo qual o foi concebido.

Criado como instrumento formal para a redução da pobreza, das assimetrias regionais e promoção da participação dos cidadãos. Pois, isto mostrou-se contraditório ao pressuposto da sua concepção. Este fundo veio agudizar as assimetrias políticas entre o partido no poder e a oposição, e reforçou ainda a exclusão social e econômica, revelando-se a falta de comprometimento em relação aos interesses das populações em detrimento de um grupo restrito ou elite político-partidária.

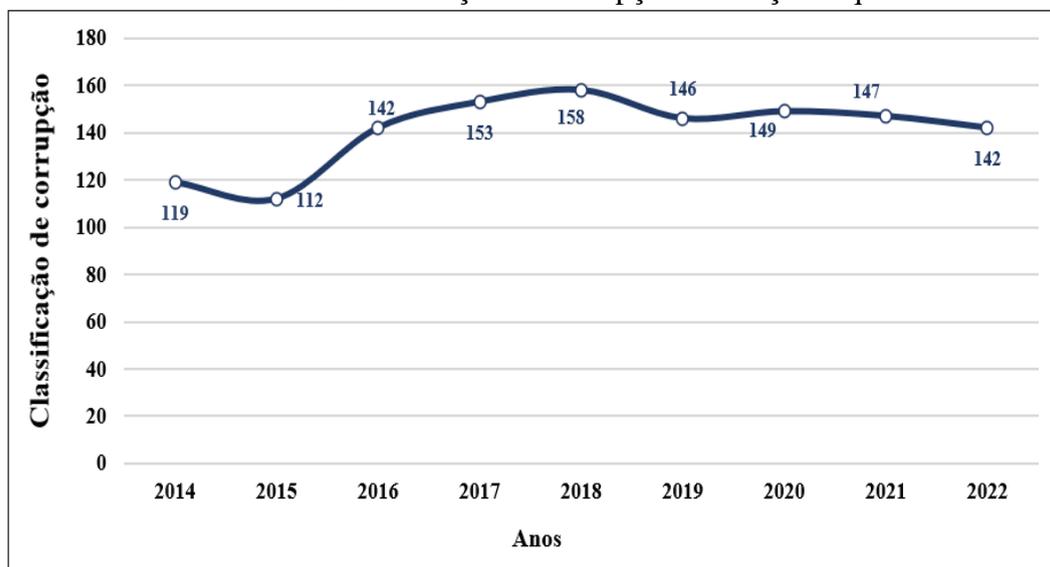
Mediante o exposto, pode-se concluir que esta estratégia governamental para a redução da pobreza no meio rural foi um fracasso e um instrumento para promoção do clientelismo e corrupção generalizada, impossibilitando assim a aplicabilidade das políticas públicas que supostamente visam promover o desenvolvimento no meio rural.

Os Estados africanos ou suas instituições, muitas vezes sob a pressão de interesses étnicos ou políticos, são vulneráveis à corrupção e ao clientelismo, que inevitavelmente distorcem ou prejudicam as prioridades da política de desenvolvimento do Estado (MAKOKA, 2002, p. 33). Pois, Yussuf Adam (2005), com o título da sua obra “escapamos dos dentes do crocodilo e caímos na boca do leopardo”, mostra que ainda persistem os modelos coloniais no sistema de administração dentro dos países africanos.

⁴⁶Enfatiza o carácter personalizado do sistema político em volta do “príncipe” e a elite (a máquina burocrática) à sua volta, limitando o acesso ao poder e recursos à maioria da população (BADIE e HERMET, 2001, p. 21 e BOURMAUD, 1997, p. 61- 62).

Moçambique é um caso claro deste tipo de situação (clientelismo e corrupção), que se dá a nível interno. Este facto, coloca Moçambique em níveis altos, de corrupção como ilustra o gráfico 7 que se segue.

Gráfico 7- Classificação de corrupção de Moçambique



Fonte: TRADING ECONOMIC (2023)

A classificação demonstra que a burguesia nacional dos países subdesenvolvidos não se orienta pela produção, pelos inventos, pela construção, pelo trabalho. Canaliza-se inteiramente para as atividades do tipo intermédio. Estar no circuito, nas combinações, parece ser a sua profunda vocação. A burguesia nacional tem uma psicologia de homem de negócios não de capitães de indústria. E é verdade que a avidez dos colonos e o sistema de embargo estabelecido pelo colonialismo não lhes permitirão escolher (FANON, 1961).

Quando se fala de corrupção, pode-se recorrer como exemplo, o caso de empréstimo dos 2 milhões de U\$ “dividas ocultas”, que envolveu altas figuras do governo, sendo que o valor do empréstimo não foi direcionado ou aplicado para as despesas públicas ou políticas sociais, mas para investimentos privados das altas cúpulas do governo da FRELIMO. Pois, este é só mais um exemplo de tantos casos de corrupção que se dão em Moçambique, o que tem contribuído para a precarização de políticas públicas no país.

A concentração de poder nas mãos de um único partido político ou de uma junta militar ou ditadura leva ao governo pessoal. Com o tempo, os governantes pessoais passam a representar a lei e o Estado. Como resultado, um “Estado autoritário” pós-

colonial que flutua acima da sociedade civil da mesma forma que o Estado colonial” (BAREGU, 1994, p. 159). Pois, isto tem limitado o desempenho das liberdades políticas e contribui deste modo para a exclusão social, económica e política dos indivíduos.

O declínio econômico da África tornou a maioria dos países africanos muito mais suscetível à pressão externa do FMI e do Banco Mundial e aos elementos internos da oposição no início da década de 1990. Assim, o fracasso econômico tornou o Estado africano vulnerável tanto à intervenção externa quanto à erosão interna de sua legitimidade (MAKOBA, 2022, p. 36).

Devido à corrupção e à ineficiência generalizadas do governo na África, a comunidade internacional de doadores prefere mudar a ajuda ao desenvolvimento por meio de ONGs desenvolvimentistas, evitando ou contornando o Estado africano.

Elas servem também como veículos por meio dos quais as comunidades de base podem canalizar, proteger ou articular seus interesses. E contribuem para o processo de desenvolvimento democrático ao capacitar as comunidades de base a realizarem as suas atividades de desenvolvimento" (NDEGWA, 1996, p. 25).

4.5. Relação entre CSF e os beneficiários dos projetos nas comunidades rurais

O enquadramento dos projetos de desenvolvimento tem reforçado relações de subordinação e de poder em função de posições geográficas, políticas e culturais diferenciadas. A recorrência a projetos de desenvolvimento como instrumento de poder tem ganhado espaço em países periféricos. Compreende-se, entretanto, que os projetos de desenvolvimento, deveriam se inspirar nos interesses e desejos das populações rurais (CHAMBERS, 1997, p. 234). Fato este que muitas vezes não ocorre.

Procuramos, desta forma, percebermos antes com os implementadores dos projetos de desenvolvimento o seu posicionamento.

A CSF olha com respeito as pessoas das comunidades, pois é para eles que realizamos os projetos de desenvolvimento e sem o seu envolvimento não é possível colocarmos em prática as ações do projeto. Porém, é um processo contínuo e coletivo, onde exige também o acompanhamento por parte da CSF e das populações aos processos e os resultados em relação às inovações efetuadas nas suas comunidades, para constatar as melhorias em termos de condições criadas no seu seio das comunidades (Missionário – L2, 22 de maio de 2022, Cidade de Maxixe).

A despeito deste posicionamento dos agentes da CFS, buscamos contrastar este argumento com os beneficiários dos projetos.

Lembro-me a quando da abertura dos furos de águas e a construção das salas de aulas estivemos envolvidos e as decisões foram em coletivo (Nbuli - N, 19 de junho de 2022, Comunidade de Nhapata de Palha).

Antes a relação com a CSF era a nível horizontal, mas com novos missionários na gestão tudo mudou, não há inclusão na tomada de decisão. Atualmente eles decidem na Congregação e vem para as comunidades para executarem as decisões (Tingalava - G, 30 de junho de 2022, Comunidade de Gigune).

Com esta pandemia (Covid-19) tivemos a redução das horas de trabalho, muitos colegas foram afastados das suas funções, e consequentemente perderam a renda para sustentar as suas famílias. Para esta decisão não fomos envolvidos (Dhavi - S, 30 de setembro de 2022, Comunidade de Santa Paula).

Em alguns momentos somos obrigados a não falar nada com medo de sofrer represálias ou seremos afastados das nossas funções. Mas sentimos que a Congregação poderia criar melhores condições de trabalho para os seus colaboradores, não sabemos se é por falta de recursos ou vontade (Sumbi - Mc, 20 de junho de 2022, Comunidade de Macupula).

Na visão de Meyer (2019, p.32), o desenvolvimento na perspectiva rural é tomado como uma área prático-acadêmica dotada de propostas e embates próprios e mais, de uma epistemologia particular. Estas propostas e embates que vão se gerando em volta do desenvolvimento tem criado expectativas, contradições e utopias que se sobrepõem aos interesses das populações.

O livro “A ilusão do Desenvolvimento” dos autores Isaacman *et al.*, (2019), mostra claramente as expectativas e utopias que o desenvolvimento gera:

Nós estamos cansados de sermos entrevistados. Veio aqui o governo e ONGs para nós fazerem questões e prometeram trazer-nos sementes, outros cereais e cobertores. Prometeram-nos hospitais e escolas. Estamos cansados de todas as entrevistas e queremos saber quando vão trazer o que vocês prometeram. Vocês vivem na cidade, vivem bem e nós continuamos a sofrer.

Pois aqui reside um retrato explícito da ilusão do desenvolvimento. Adicionalmente aos depoimentos avançados pela CSF e os beneficiários, mostram uma relação de subordinação ou aparentemente pode se notar nos posicionamentos que as relações de poder vão vedar a participação das populações no que concerne aos seus interesses.

Spivak (2010, p.14), argumenta que as relações de poder reforçam ainda mais as posições de subalterno, ou silenciam sem oferecer uma posição, um espaço de onde possa falar e, principalmente, no qual possa ser ouvido. A impossibilidade do subalterno falar agudiza-se quando olhamos para as questões do gênero, onde a mulher é a principal

protagonista no processo de ensino nas comunidades rurais. Isto mostra claramente que o sujeito feminino está cada vez mais na profundidade da obscuridade, ou sem a possibilidade de se fazer ouvir e muito menos falar, numa realidade onde as principais colaboradoras são as mulheres.

Chiziane (2004, p.154) afirma,

Cerramos as nossas bocas e as nossas almas. Por acaso temos direito à palavra? E por mais que a tivéssemos, de que valeria? Voz de mulher serve para embalar as crianças ao anoitecer. Palavra de mulher não merece crédito. Aqui no sul, os jovens iniciados aprendem a lição: confiar numa mulher é vender a tua alma. Mulher tem língua comprida, de serpente. Mulher deve ouvir, cumprir, obedecer.

Pois, em África – Egipto e Etiópia incluídos, a mulher usufruí de uma liberdade igual à do homem, de uma personalidade jurídica e pode ocupar as funções (Candece, rainha da Etiópia é general superior do seu exército). Já é emancipada e nenhum ato da vida pública é desconhecido (DIOP, 2012, p. 125).

O novo pensamento na teoria e na prática do desenvolvimento vê os mercados, as iniciativas do setor privado e, especialmente, as ONGs como tendo maior potencial para alcançar o crescimento econômico e fornecer a maioria dos serviços para a maioria das pessoas, incluindo os pobres, as mulheres e as crianças (MAKOBA, 2022, p. 36).

Pmd pro (2011, p. 9), sustenta que os projetos de desenvolvimento visam a solucionar problemas complexos de pobreza, desigualdade e injustiça. Pois, muito dos projetos de desenvolvimento implementados em Moçambique desde o período colonial até aos dias atuais são contraditórias. Trouxeram grandes disparidades na distribuição de riqueza e conseqüentemente o aumento de fome e pobreza para maioria esmagadora das pessoas que vivem no sul global (ISAACMAN *et al.*, 2019, p. 41). Pois, o exemplo disto, é o projeto de construção da barragem de Cahora Bassa, que deveria ser uma porta de início de desenvolvimento para as comunidades locais, mas terminou no processo de deslocamento das populações, de violência psicológica e num ambiente militarizado e vigiado.

Os camponeses tiveram que abonar os seus espaços de produção as machambas (lavouras), e ligação simbólica das populações com as terras de forma forçada. Desconsiderou-se os efeitos que o reassentamento haveria de abalar o seu modo de vida e surgiram problemas de escassez de água, os problemas de saúde pública (más condições

sanitárias e doenças), em combinação com dietas inadequadas, os reassentados ficaram bastante vulneráveis a múltiplas doenças (ISAACMAN *et al.*, p. 257). Portanto, a edificação da barragem não foi pensada numa perspetiva local “uma transformação social e de uma melhoria na qualidade de suas vidas”, mas sim numa perspetiva comercial ou acumulo de capitais.

Nesse âmbito de acúmulo de capitais, vale mencionar o caso da multinacional a Vale do Rio Doce⁴⁷ ou (Vale de Moçambique), que esteve a desenvolver as suas atividades de mineração (extração de carvão mineral) em Tete, com o discurso de desenvolvimento para aquelas populações. O que sucedeu é que as populações foram removidas de forma arbitrária, violação das condições dos reassentamentos publicamente anunciadas, repressão brutal da resistência popular, proibição de entrada nos territórios (SANTOS e CHAUI, 2014, p. 65).

O caso de Kenmare⁴⁸ na exploração das areias pesadas de Moma (Nampula), denunciam claramente o avanço do “imperativo político ao extrativismo” nos últimos anos têm contribuído para uma absorção voraz de recursos naturais, garantindo uma aquisição de riqueza para poucos e exploração de muitos. E também assim em Namanhumbir, onde a chegada de mega-projetos de mineração de rubis, muito defendidos pelo governo como base para alargamento da base tributária para a província de Cabo Delgado e para o país no seu todo, tem estado a demonstrar à expropriação das terras de camponeses locais, gerando para estes, violência nas mais diversas formas (desde física à simbólica) (CHAMBE, 2021, p. 262 e 263).

A participação tem sido apropriada por diferentes grupos e organizações sociais para fazerem valer os seus interesses e objetivos. Usam-na frequentemente para manipular os supostos beneficiários do desenvolvimento, em vez de lhes proporcionar o controle das mudanças sociais e económicas que afetam a sua vida (MILANDO, 2005, p. 44). A lógica dos projetos de desenvolvimento deve se justificar num processo participativo, em que as populações se sintam também parte integrante na construção das soluções dos seus problemas, porque são eles quem vivem naqueles espaços, e são eles mesmo que convivem com os tais problemas. Ou tratar os processos de desenvolvimento

⁴⁷Empresa mineradora multinacional Brasileira, fundada em 1942 e começou a desenvolver as suas atividades mineração na mina de Moatize (Província de Tete). E desfez-se da mina em dezembro de 2021.

⁴⁸ Empresa mineira fundada na Irlanda em 7 de junho de 1972, que opera a Mina Moma Titanium Minerals, localizada na costa nordeste de Moçambique e desenvolve as suas atividades desde 1994.

de forma diferenciada, onde as comunidades têm o privilégio de opinar sobre as estratégias que visam melhorar as suas condições de vida. Pois, é fundamental que qualquer projeto de desenvolvimento estabeleça uma boa relação entre os atores e que contribua no desenvolvimento local.

4.6. Desenvolvimento na ótica das comunidades rurais e da CSF

Várias são as tentativas de dar a entender a essência do desenvolvimento, e é mais difícil conceitualizar o termo quando nos deparamos com as supostas categorizações, criadas como forma de classificação das nações. Como o uso de metáforas que se referem a espaços ou ordem de maneira hierárquica: desenvolvidos/subdesenvolvidos, avançados/atrasados, Primeiro Mundo/Terceiro Mundo (RIBEIRO, 2000, p. 141). Ou ainda, o desenvolvimento como um discurso derivado do ocidente que funcionava ou funciona como um poderoso mecanismo para a produção cultural, social, e econômica do Terceiro Mundo (ESCOBAR, 2005). Nesse sentido, pode-se afirmar que o desenvolvimento se constitui num ideal a ser alcançado ou entendido como um processo de transformação da sociedade “não só em relação aos meios, mas também aos fins [...]” (FURTADO, 2000, p. 8). Pois, os fins podem se resumir em melhorar as condições de vida dos indivíduos e na continuidade do seu modo de vida, através de políticas públicas que garantam autonomia nos serviços de educação, saúde e acesso a uma renda.

Partindo do pressuposto de Smith (1996), que olha para o desenvolvimento, como sendo a satisfação das suas necessidades básicas humanas, e em consonância com Sen (2000), que estabelece o desenvolvimento como poder de escolhas ou capacidades inerentes aos anseios dos indivíduos, procuramos averiguar através das entrevistas o que é o desenvolvimento para eles e como pode ser medido.

É uma transformação positiva em dimensões física, mental, espiritual, material. Em suma, é a capacidade das pessoas darem um próximo passo melhor que o anterior, salvaguardando os valores culturais e morais (Licacia - M, 19 de junho de 2022, Comunidade de Malavana).

Na comunidade o desenvolvimento é medido por aspetos qualitativos (mediação de conflito ao nível das famílias, redução de mortes prematuras, uma dieta alimentar saudável, maior número de pessoas instruídas) e quantitativos (acesso de furos de água potável, acesso a corrente elétrica, salas de aulas, acesso aos serviços sanitários e renda) (Kudzi - Mt, 30 de setembro de 2022, Comunidade de Matadouro).

O desenvolvimento das comunidades consiste em criar condições para melhorar a vida das pessoas. Deve ser pensado junto às comunidades para evitar importar uma ideia de desenvolvimento que não tenha nada

a ver com a realidade local. E abrir um processo que a partir de várias vertentes possa criar-se mais oportunidades de melhorias na vida das populações (Missionário – E1, 29 de setembro de 2022, Cidade de Maxixe).

Pode-se perceber com os depoimentos dos entrevistados, e os aspetos citados por eles, que, desde a implementação dos projetos da CSF nas comunidades rurais, registraram-se melhorias em termos de condições de vida, através de fornecimento de alguns serviços básicos, como educação, saúde, rede de abastecimento de água e energia elétrica existentes às comunidades. Nesse caso, as pessoas das comunidades reconhecem esses aportes materiais como sendo importantes de fato, apesar das controvérsias que o desenvolvimento pode gerar.

As controvérsias do desenvolvimento podem se gerar através da ignorância das aspirações conflitantes dos grupos constitutivos da sociedade, ou ainda um desenvolvimento centralizado num discurso capitalista que instala assimetrias de poder, e fora do contexto histórico do país ou região em questão.

No passado o desenvolvimento sempre significou o fortalecimento da aptidão de conservar a independência do grupo social e, na realidade para infringir a liberdade dos outros, algo que muitas vezes não correspondia a vontade individual dos elementos que correspondiam as sociedades envolvidas (RODNEY, 1975, p. 12). Pois, o desenvolvimento sustentou-se na ideia de colonização,

O colonialismo bloqueou o desenvolvimento dos povos escravizados. para facilitar a exploração colonial dos imperialistas obstruíram deliberadamente o progresso económico e cultural nas colónias, preservaram formas obsoletas de relações sociais e fomentaram a discórdia entre as nacionalidades e as tribos. contudo, a racionalidade dos superlucros obrigou o desenvolvimento da indústria extrativa, das plantações e fazendas capitalistas e a construção de portos, caminhos de ferro e estradas nas colónias. isso fomentou o aparecimento de mudanças sociais nas colónias em contradição com a vontade dos colonialistas - brotaram novas forças sociais, um proletariado agrícola e industrial, uma burguesia nacional e um setor intelectual (RODNEY, 1975, p. 378).

O discurso do desenvolvimento na contemporaneidade reforça a ideia clássica do desenvolvimento, atualmente a sua manifestação é mais disfarçada, em forma de grande projeto (construção de infraestruturas, exploração de recursos minerais, e de produtos primas). Pois, os grandes projetos (multinacionais) têm influenciado no deslocamento forçados das populações, como é caso das regiões centro e norte de Moçambique, consideradas grandes palcos destes investimentos. Isto, significa que grande parte dos

agregados familiares perdem as suas terras, são privados de exercer a prática de agricultura de subsistência e transformam-se em mão de obra barata para tais investimentos, são reassentados em locais com menor acesso a recursos como fontes de água, solos férteis e serviços públicos (educação, saúde e transportes) (BRUNA, 2019, p. 198).

Em algumas regiões de Moçambique, existem ONGs que em função da ideia de desenvolver têm feito empreendimentos, por exemplo casas convencionais para as comunidades rurais. Aparentemente isto poder ser bom sob o ponto em que estas populações consigam recursos para satisfazer a manutenção desses empreendimentos edificados. Antes de se pensar em desenvolver as comunidades rurais, tem que se pensar na sustentabilidade desses aportes materiais que as comunidades dispõem. Senão, vai-se promover um desenvolvimento fictício que não se sustenta por um período longo, ou que pode precarizar mais as condições de vida das populações.

Segundo Mosca (2002), as organizações atuam cada vez mais de forma articulada com as cooperações intergovernamentais, surgindo muitas vezes como executoras de programas, todavia, a cooperação e a ajuda podem transformar-se em dependência e a emergência pode prolongar-se sem origem a processos de desenvolvimento. Pois, as ONGs poderiam, e algumas já o fazem, desempenhar um papel no apoio a uma agenda emancipatória na África, mas isso envolveria o abandono de seu papel paternalista no desenvolvimento (MANJI e COILL, 2002, p. 568).

Na encíclica (*Populorum Progression*)⁴⁹, a Igreja define a humanidade inteira como alvo de desenvolvimento e apela para intervenção do homem no processo de forma a prover por si o bem-estar, o progresso humano e espiritual de todos. E o desenvolvimento centrado nas pessoas como forma de adquirir autonomia e poder de decisão para melhorar a qualidade de vida.

As relações e as múltiplas formas de intervenção externas deveriam combinar de modo equilibrado e equitativo, os interesses e expectativas dos intervenientes com respeito aos diretamente beneficiários, incluindo os seus mecanismos de organização e de reprodução (MOSCA, 2002). Na visão de Francisco (2010, p. 67) toda ou qualquer situação, o desenvolvimento supõem que todo e qualquer cidadão se encontre em

⁴⁹ Do Progresso dos Povos, é uma famosa encíclica escrita pelo Papa Paulo VI e publicada em 26 de março de 1967. É dedicada a cooperação entre os povos e ao problema dos países em desenvolvimento. O texto denuncia o agravamento do desequilíbrio entre países ricos e pobres, critica o neocolonialismo e afirma o direito de todos os povos ao bem-estar.

condições de pensar, decidir e agir sobre a sua realidade social e sobre o seu destino. Ou um desenvolvimento que promova o bem social-econômico, e que valorize a não degradação da vida humana, pois, não existe uma situação em que o desenvolvimento possa ser considerado pronto e acabado.

4.7. Impactos socioeconômicos dos projetos da CSF

Uma das formas encontradas para compreender as mudanças dos projetos implementadas em qualquer contexto geográfico, passa por se fazer uma avaliação social e econômica das ações propostas no projeto. Na ótica de Lima e Barros (2017, p. 17), a avaliação tem como objetivo estimar a magnitude da contribuição do projeto ou mesmo de indicar qual parcela do progresso que foi conseqüentemente alcançada.

Desta forma tivemos que colher depoimentos como forma de percebermos o impacto socioeconômico dos projetos.

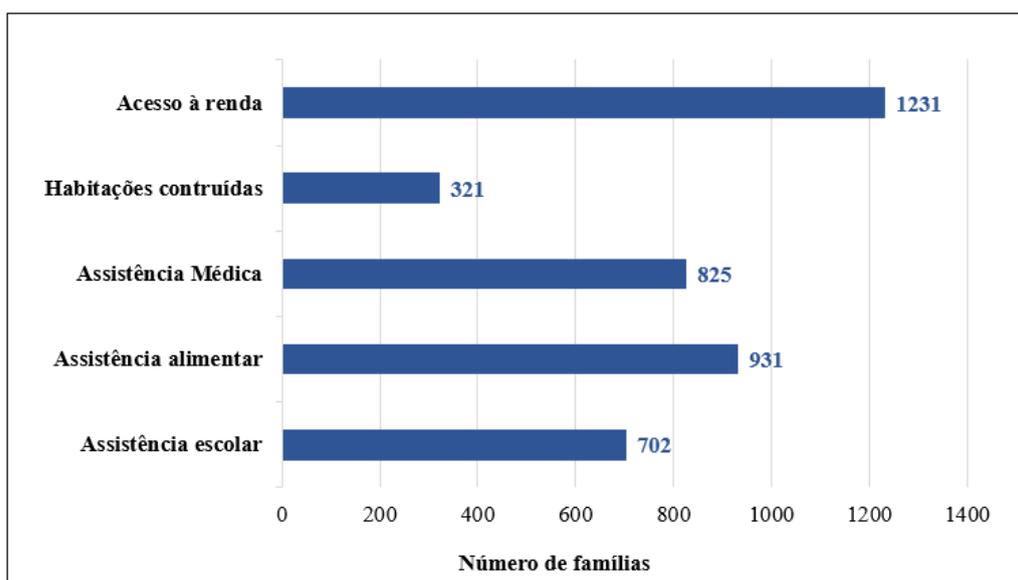
Temos crianças aqui na comunidade que se beneficiaram de apoio em material escolar, alimentação e saúde, e que atualmente estão formadas e grandes, algumas se beneficiaram do ensino superior, e hoje estão formadas e encontram-se a trabalharem noutras cidades do país (Maigu - SI, 19 de junho de 2022, Comunidade de São Lourenço).

Consegui ter uma renda que me permitiu construir a minha casa, com acesso a outros serviços básicos, e consigo também pagar as mensalidades da universidade da minha filha (Raci - B, 29 de setembro de 2022, Comunidade de Barrana).

Eu sou órfão de pai e mãe, e desde cedo tive apoio social o que me permitiu me formar no ensino superior, e a casa onde moro hoje é resultado do apoio social que tive. Hoje trabalho numa ONG que desenvolve atividades de assistência médica a nível do país, e tenho prestado o meu contributo nesta área da saúde (Docodelany - Sc, 02 de outubro de 2022, Cidade de Maxixe).

Deste modo, os depoimentos acima dos entrevistados, demonstram os benefícios que as famílias obtiveram com os projetos, o que também pode se sustentar com o gráfico 8 que segue:

Gráfico 8 - Famílias assistidas nas comunidades rurais



Fonte: CFS (2023)

Portanto, é evidente que o gráfico acima mostra claramente que os projetos ou ações da CSF, trouxeram resultados importante na vida das famílias dos beneficiários, o que também pode ser comprovado através dos depoimentos abaixo:

A avaliação é positiva, porém nem tudo deu certo, mas se fizermos uma leitura geral, os projetos permaneceram ou continuam. Se olharmos desde a sua implementação até hoje, todas as escolinhas comunitárias e a universidade funcionam. A maior satisfação é ver crianças que entraram nas escolinhas pequenas e magras; e por intermédio desses projetos cresceram e hoje colaboram com as suas famílias na continuidade deste projeto (Missionário – I3, 13 de outubro de 2022, Cidade de Maxixe).

A CSF ofereceu-me uma oportunidade de emprego e de me formar na sua instituição de ensino (Universidade - UniSaF), que hoje é a Universidade Save (UP). Atualmente sou empreendedor e consigo empregar outras pessoas, o que lhes permite terem uma renda para sustentarem as suas famílias (Macedany – Sc 1, 02 de outubro de 2022, Cidade de Maxixe).

Na figura 4 demonstra o resultado das mudanças que os projetos da CSF trouxeram a nível social e económico na vida das populações. Pois, este empreendimento é uma iniciativa de alguém que se beneficiou das ações formativas da UniSaF.

Figura 4 - Emanucim Lda



Fonte: O AUTOR (2022)

A empresa EMANUCIM LDA⁵⁰ acima, é um exemplo do impacto que os projetos da CSF trouxeram na vida das populações na Maxixe. Atualmente conta com 24 colaboradores, onde 20 são homens que desempenham as atividades operacionais da empresa e quatro são mulheres, responsáveis pelas atividades administrativas da empresa. Pois, a intervenção das ONGs cristãs produzem um impacto socioeconômico no desenvolvimento do país, através de construção e equipamento de infra-estruturas sanitárias, educacionais, de abastecimento de água, melhoria da alimentação e habitação das populações, para além de, oferecerem oportunidade para geração de renda e auto-emprego aos beneficiários (VILANCULOS, 2011, p. 32). Observa-se na figura 5 a seguir:

Figura 5 - Ações desenvolvidas nas comunidades rurais



⁵⁰ É uma fábrica de produção de material de construção em betão, nomeadamente: pavês, blocos vibrados, lancis, manilhas, pilares, grelhas.



Fonte: O AUTOR (2022)

As imagens acima ilustram os aportes materiais que a Congregação da Sagrada Família disponibilizou através dos projetos implementados nas comunidades rurais. Buscando a essência da teologia de libertação, centrada no desenvolvimento do sujeito ou na valorização das vidas humanas, considerando também o posicionamento de Vilanculos (2011), assim como os depoimentos aqui registrados por parte dos beneficiários do projeto nas comunidades, é perceptível que os projetos através das suas ações criaram melhorias em termos de melhores condições de vida. Pois, as ações desenvolvidas pela CFS têm impactado de forma social e econômica, através de acesso aos serviços básicos, água, energia, criação de novas formas de renda, resgate da dignidade das vidas humana e minimização de várias doenças que culminam em mortes prematuras.

O mais impactante nisso tudo, é olharmos para uma política de ensino concebida numa perspectiva local que com o passar do tempo tornou-se numa política pública inclusiva, absorvendo desta forma indivíduos provenientes de diversas regiões do país. Observa-se na figura 6 a seguir:

Figura 6 - Universidade Pedagógica - UniSaF



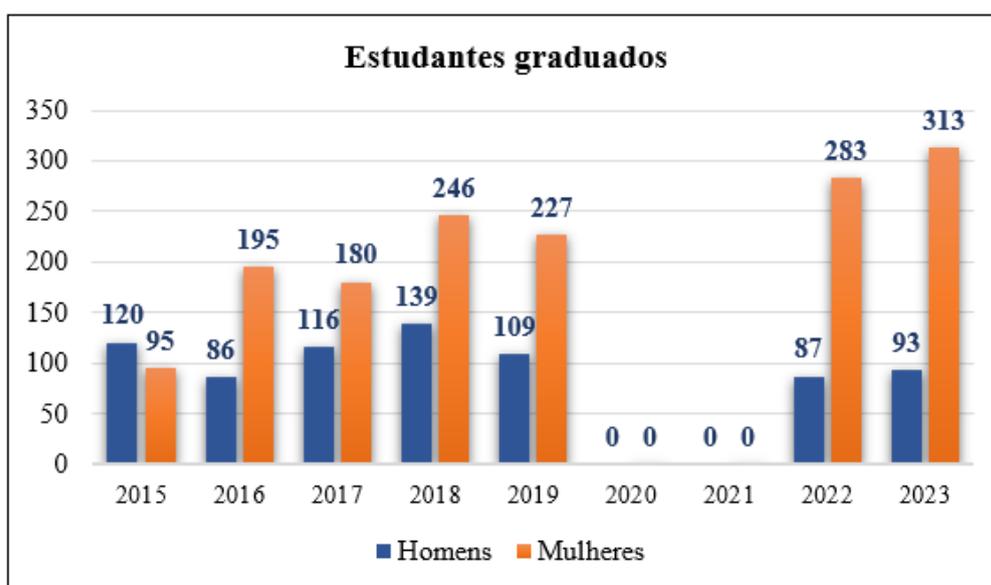
Fonte: O AUTOR (2022)

A Universidade Pedagógica - UniSaF, é uma iniciativa que se deu no âmbito dos projetos educativos da CSF. Pois, a instituição de ensino têm formado várias pessoas do país e do distrito, o que também pode ser comprovado com o depoimento que se segue:

Um número considerável da população no distrito de Maxixe e de outras regiões formou-se na UniSaF através de bolsas de estudos, e outros tiveram a oportunidade de se formarem fora do país como: Itália, Brasil, Portugal, e Alemanha, e outros em algumas instituições em Moçambique (Nezy – Sc 2, 01 de outubro de 2022, Cidade de Maxixe).

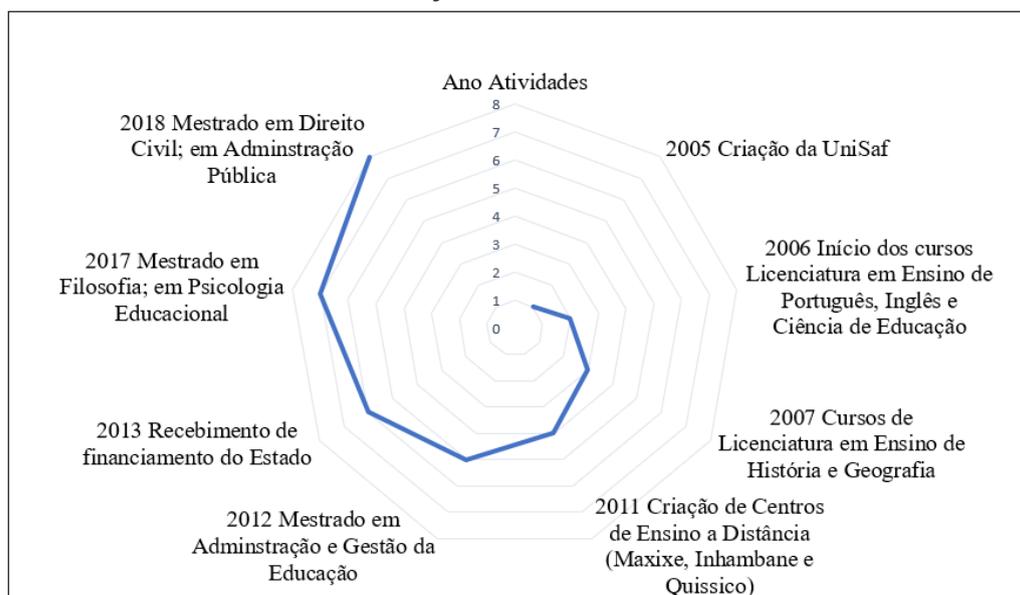
Os gráficos abaixo (9 e 10) que seguem, expressam os números das pessoas formadas pela UniSaF e a evolução das atividades da instituição desde o ano da sua fundação até os dias atuais.

Gráfico 9 - Evolução dos estudantes graduados na UP – UniSaF



Fonte: REGISTO ACADÉMICO (2023)

Gráfico 10 - Evolução das atividades da UP - UniSaf



Fonte: REGISTO ACADÉMICO (2023)

A educação deve ser considerada como o coração do desenvolvimento. Isso justifica-se muito mais hoje, porquanto o principal investimento é o da inteligência, da matéria cinzenta, mas do que nunca a educação e o desenvolvimento devem ser posto em equação, na condição de tratar-se de uma educação adaptada (KI-ZERBO, 2006, p. 150).

Na visão do Francisco (2010, p. 178), a educação constitui-se no principal meio em que o grupo social conta para fortalecer a sua personalidade, capacitando-os para o enfrentamento das contingências da vida e para o aproveitamento com vista às melhorias de oportunidades na sociedade. Isto tem possibilitado a formação de profissionais que contribuem no processo do desenvolvimento do país.

Parte considerável dos beneficiários ou entrevistados declarou que os projetos protagonizados pela CSF, quer a nível educativo, económico e social, trouxeram mudanças positivas, o que lhes permitiu acessar aos serviços básicos e satisfazer as necessidades primordiais. Em suma, as evidências do impacto socioeconómico são sustentadas pelo número de pessoas que se beneficiaram do ensino, água potável, da diversificação alimentar e da renda para a sua sobrevivência. Pois, essas mudanças são expressivas, além dos números citados anteriormente, os projetos transformaram na vida dos beneficiários e das suas famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre o desenvolvimento remonta a longa data e tem sido marcado por controvérsias, propostas e utopias. Esse dilema se verifica sobretudo quando se pretende situá-lo em função do espaço-tempo. Desde a sua concepção, o “desenvolvimento” manifestou-se efetivamente na perspectiva econômica e na busca de poderio sobre as outras nações tidas como pobres e periféricas, principalmente os países africanos.

O continente africano tem sido assolado por políticas nocivas que cada vez mais tem prejudicado e empurrado as populações para extrema situação de pobreza material, sobretudo nas regiões rurais em todo continente, e Moçambique é um dos exemplos disso. O relatório do Pnud (2022) mostra que Moçambique figura entre os países mais pobres do mundo e contém um índice de desenvolvimento humano muito baixo que corresponde a (0,446), se encontrando na 185ª posição do ranking com uma intensidade de privação correspondente a 57,0 %, e isto demonstra que o país continua longe de atingir condições capazes de alçá-lo boas posições. Basta olharmos para o meio rural, verifica-se um retrato de realidades que convivem com os maiores indicadores de pobreza, como a baixa produtividade agrícola, falta de oportunidade de emprego de educação, saúde, habitação, participação política, e estes indicadores incidem numa população que corresponde a 68% de habitantes que vivem nas áreas rurais.

O distrito de Maxixe apresenta uma densidade populacional correspondente a 147, 260 hab, cabendo a maioria da percentagem para o rural, como o modo de vida baseado em agricultura de subsistência e pesca artesanal em menor escala. Entretanto, isto contribui para uma série de vulnerabilidades, necessidades básicas, e escassez de políticas públicas que promovam o desenvolvimento ou melhores condições de vida para as comunidades. Essa ausência, ou melhor, insuficiência de políticas públicas, têm proporcionado espaço para que as organizações da sociedade civil (ONGs internas e externas) de diversas áreas entrem em cena através dos projetos de desenvolvimento, que aparentemente garantam e assegurem a efetividade dos direitos humanos.

A despeito dessa lógica dos projetos de desenvolvimento protagonizados pelas ONGs, buscou-se neste trabalho a partir da CSF, o seu intervencionismo em relação à garantia do bem-estar social e econômico das comunidades rurais em Maxixe. Dos projetos implementados pela CSF, conseguimos apurar junto das comunidades rurais que os mesmos têm proporcionado mudanças, ou seja, melhores condições de vida às populações, em termos de acesso à água potável através de abertura de furos de água e

acesso à energia elétrica, educação básica e superior através de construção infraestruturas de ensino e disponibilidade de bolsas de estudos. Também houve melhorias na assistência médica das crianças e bebês, diversificação na dieta alimentar das populações através de abertura de machambas (lavouras) comunitárias e distribuição dos alimentos. Associado aos benefícios das populações verifica-se o acesso a uma renda mensal através das atividades remunerativas desenvolvidas nas comunidades rurais, e apoio habitacional através de construção de casas condicionais.

Considerando as informações acima citadas que foram geradas na pesquisa, permite-nos testar e confirmar a hipótese de que “as estratégias implementadas pela CSF para a promoção de desenvolvimento rural no distrito de Maxixe tem proporcionado melhorias objetivas na qualidade de vida das pessoas”, como, por exemplo, o acesso a serviços sociais básicos e promoção da segurança alimentar. Ainda vale salientar que neste âmbito de promoção do desenvolvimento nas comunidades, deve-se de certa forma, respeitar e permitir o envolvimento dos beneficiários do projeto, porque isto é fundamental para o sucesso de qualquer projeto de desenvolvimento.

Pese embora, algumas ONGs alcance o sucesso com as ações do desenvolvimento no seu campo de atuação, é de referenciar que nem todas conseguem os mesmos resultados, mas sim, precariza mais as condições de vidas das populações, por falta de comprometimento com o seu objeto de atuação e falta de uma gestão transparente dos fundos das ONGs. O espaço de atuação das ONGs em Moçambique é associado à fragilidade de políticas inclusivas na gestão governamental, tem propiciado um terreno fértil para atuação das ONGs no que concerne ao desenvolvimento humano e na reparação de políticas públicas, que contribuam para materialização de direitos humanos tanto na cidade, assim como no meio rural. Segundo Makoba (2022), a ausência dos estados ou mercados viáveis na maioria dos países africanos deixou as ONGs como alternativa mais importante para promover o desenvolvimento económico e social. Assim, o fracasso ou a incapacidade dos Estados e dos mercados de atender às necessidades básicas da maioria das pessoas na África e em outros países do Terceiro Mundo deu origem ao crescente.

Atualmente, os projetos de desenvolvimento protagonizados pelas ONGs garantem a valorização das vidas humanas, desempenhando assim um papel que seria do Estado, que segundo a Constituição da República de Moçambique de 2004, no seu artigo 103, é de garantir e promover o desenvolvimento rural para a satisfação crescente e multiforme das necessidades do povo e o progresso económico e social do país. É caso para se pensar no sistema de governança, onde os governantes priorizam o bem-estar ou

melhores condições de vida das populações como a sua obrigação e agenda nas políticas do desenvolvimento do país e não tarefa direcionada a atores externos do país. Pois, as políticas de desenvolvimento devem ter em foco aos setores da agricultura, educação, saúde e geração de renda para as populações, como forma de garantir autonomia e acesso aos outros serviços sociais que estimulem o desenvolvimento dos indivíduos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, Y. Escapar aos dentes do crocodilo e cair na boca do leopardo: trajetória de Moçambique pós-colonial (1975-1990). Maputo: Promédia, 2006.

ADAMS, R. N. The second sowing: power and secondary development in Latin America. San Francisco: Chandler Publishing Company, 1967.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. De. A invenção do Nordeste e outras artes. São Paulo: Cortez, 2011 [1999], p. 51-77.

AMÉRICO, B. B. Moçambique de hoje: Trajetórias e desafios do país pós-independente. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2019.

BADIE, B. e HERMET, G. La Politique Comparé. Paris: Armand Colin, 2001.

BAREGU, M. The Rise and Fall of the One-Party State in Tanzânia [A Ascensão e Queda do Estado de Partido Único na Tanzânia]. Em Economic Change and political Liberalization in Sub-Teheran Africa, ed., Jennifer A. Widner, 158-181. Jennifer A. Widner, 158-181. Baltimore: The Johns Hopkins University Press 1994.

BAUER, M. W. e GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático. Gareschi, P. A. (trad.), 7a edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BEBBINGTON, A *et al.* Introduction: Can NGOs Make a Difference? The Challenger of Development Alternatives. London & New York: Zed Books, 2008, pp. 3-37.

BENFICA, R. Agricultural and Agro-Industrial Investment Strategies, Broad-based Income Growth and Poverty Reduction in Rural Mozambique: A Regional Economy-wide approach. Michigan State University, 2003.

BENFICA, R. An Analysis of the Contribution of Micro and Small Enterprises to Rural Household Income in Central and Northern Mozambique. Michigan State University, 1998.

BERNARDES, E. e NANNÉ, K. O Brasil organizado funciona. Revista Veja, 1994, p. 70-77.

BERNARDI, L. Manual de Empreendedorismo e Gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BOFF, L. Do Lugar do Pobre. 3ªEd. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

BONO, E. L. Muntuísmo: A ideia de Pessoa na Filosofia Africana Contemporânea. Maputo, 2014.

BORDENAVE, J. E. D. O que é participação, 1ª edição, editora brasiliense s.a, São Paulo, 1983.

BOURMAUD, D. La Politique en Afrique. Paris: Editions Montchrestien, 1997.

BRITO, L. e CHIVULELE, F. M. Economía, Recursos Naturais, Pobreza e Política em Moçambique: Uma colectânea de textos. Maputo: IESE, 2017.

BRITO, L. *et al.* Desafios para Moçambique. Maputo: IESE, 2012.

BRUNA, N. Reflexão sobre o modelo de desenvolvimento rural e cooperação no corredor de Nacala. Editora Centro de estudos Internacionais, Lisboa, 2019, p. 185-211.

CAETANO, B.C. A violência política em Moçambique de 1966 a 1988: O caso do padre Mateus Pinho Gwengere. Dissertação do Mestrado (departamento de Ciência Política: Governação e Relações Internacionais) Universidade Católica-Beira, Moçambique, 2015.

CANDIDO, M. De A. Desenvolvimento Sustentável e Pobreza no contexto de globalização: O caso de Moçambique. Dissertação de Mestrado (Faculdade de Ciências sociais e Humanas) Universidade de Lisboa, Portugal. 2010.

CAPARRÓS, M. A fome. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

CASTEL-BRANCO, N. *et al.* Desafios para Moçambique. Maputo: IESE, 2010.

CASTEL-BRANCO, C. Desafios do desenvolvimento rural em Moçambique: contributo crítico para um debate com base em postulados básicos. Discussion Paper n.º 03/2008 do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE): Maputo, 2008.

CASTEL-BRANCO, C. Os mega-projetos em Moçambique: Que contributo para a economia nacional? Fórum da Sociedade Civil sobre Indústria Extrativa, Maputo, Moçambique, 2008.

CASTRO, J. de. Geografia da fome. Edições Antares, Rio de Janeiro-Brasil, 1984.

CHAMBE, Z. M. Entre “Vientes” e nativos: Mineração, mobilidade, violências e (re) existências em Montepuez Moçambique, Tese de Doutorado (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), Universidade Estadual de Campinas, Brasil, 2021.

CHAMBERS, R. Whose Reality Counts? Putting the fist last, Londres: Tecnologia Intermédia Publicações, 1997.

CHITATA, J. G. A. Cartografia de Risco de Malária no Município de Maxixe: Caso do Bairro Chambone. Novas Edições Académicas, ISBN: 978-613-9-70454-5, 2020.

CHITATA, J.G.A. e RUNGO, Z.A. Abordagem histórica e sociocultural do povoado de pescadores artesanais de Mongué no município de Maxixe. Revista de geografia e etnociências – Mares, vol. 2, Moçambique, 2020.

CHIZIANE, P. Niketche: Uma história de poligamia. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p.154.

CMCM. Plano de Urbanização: Diagnóstico da Situação Actual, vol. I, DRAFT, Maxixe, 2003.

CONGREGAÇÃO DA SAGRADA DA FAMÍLIA, 2023.
https://www.congregazione_della_Sacra_Famiglia_di_Bergamo.it. Acesso em: 16 de junho de 2023 às 11:06hrs

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2004. disponível em <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Media/Files/Constituicao-da-Republica-PDF>. Acesso em 19 de abril de 2023.

CRUZ VERMELHA DE MOÇAMBIQUE. Disponível: <https://www.redcross.org.mz/origens-da-cruz-vermelha/> Acesso em: 02 de março de 2023 às 20:44hrs.

COUTINHO, J. As ONGs: Origens e (Des) caminhos. Paris, 2004.

COSTA, D. J. da. Desenvolvimento rural Brasileiro: Uma análise a partir da construção de um índice multidimensional. Dissertação de Mestrado (Economia do Desenvolvimento) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2016.

DE BARROS, R.P. *et al.* Avaliação económica de projetos sociais. SP- Itaú Social, Brasil, 2017.

DE OLIVEIRA, D. De P. R. Administração de processos: conceitos, metodologia, práticas. São Paulo: Atlas, 2006.

DICKLICH, S. Hr Elusive Promise of NGOs in A friee: Lessons from Uganda. Nova York: St. Marfin's Press. 1998b.

DICKLICH, S. Indigenous NGOs and Political Participation (ONGs indígenas e participação política). Em Drrr/oping Ugeiide, ed. Holdger B. Hansen e Michael Tweedle, 1998a, p.145-158.

DIONIZIO, S. P. O papel das organizações não governamentais (ONGs) no desenvolvimento de Moçambique: Estudo em Província selecionada. 1998.

DIOP, C. A. A unidade cultural da África negra: esferas do patriarcado e do matriarcado na antiguidade clássica. Edições Pedagogo, Luanda, 2012. Disponível em <https://estahorareall.files.wordpress.com/2017/08/a-unidade-cultural-da-c3a1frica-negra-cheikh-anta-diop.pdf>. Acesso em 10/09/2021.

DUPRAZ, J. *et al.* Childhood Poverty in Mozambique: A Situation and Trends Analysis. Unicef. 2006.

DUROZOI, G. e ROUSSEL, A. Dicionário de Filosofia. São Paulo: PAPIRUS, 1993.

EDWARDS, M. “Have NGOs “Made a Difference?” From Manchester to Birmingham: With an Elephant in the Room”. In: BEBBINGTON, A *et al.* Can NGOs Make a Difference? The Challenger of Development Alternatives. London & New York: Zed Books, 2008, pp. 38-52.

ESCOBAR, A. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. Tradução de Emeshe Juhász-Mininberg. In: MATO, Daniel (coord.). Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, 2005. p. 17-31.

ESCOBAR, A. Imagining a post-development era. In: EDELMAN, M.; HAUGERUD, A. (ed.). The Anthropology of development and globalization: from classical political economy to contemporary neoliberalism. Malden-USA/Oxford- UK/Carlton-Australia: Blackwell Publishing Ltd, 2005. p. 341-351.

FANON, F. Os condenados da terra. Tradução de Serafim Ferreira. Lisboa: Ulisseia, 1961. p. 61-109.

FELDMAN, S. “NGOs and Civil Society: (Un) started contradictions”. In: Annals of the American Academy of political and social science, Vol. 554. The Role of NGOs: Charity and empowerment. November, 1997, p. 46-65. Disponível em www.jstor.org/stable/1049566. Acesso em: 10/01/2011.

FERREIRA, A. B. de H. Novo Aurélio - Dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Ed. Nova Fronteira, 1999.

FERGUSON, J. The anti-politics machine: “development” and bureaucratic power in Lesotho. *The Ecologist*, v. 24, n. 5, 1994, p. 176-181.

FIELDING, A. "Scoring functions for ordered classifications in statistical analysis," *Quality & Quantity: International Journal of Methodology*, Springer, vol. 27(1), pages 1-17, February, 1993.

FORQUILHA, S. Reformas de Descentralização e Redução de Pobreza num Contexto de Estado Neo-patrimonial. Um Olhar a partir dos Conselhos Locais e OIIL em Moçambique, 2010. In BRITO, L., CASTEL-BRANCO, C., CHICHAVA, S. e FRANCISCO, A. (orgs.). *Pobreza, Desigualdade e Vulnerabilidade em Moçambique 2010*. Maputo: IESE.

FRANCISCO, A. Á. *Desenvolvimento Comunitário em Moçambique: Contribuição para a sua Compreensão Crítica*. Maputo, 2ª ed. BS, 2010.

FUNDO DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO. *Índice da Sociedade Civil em Moçambique: a Sociedade Civil por dentro, Avaliação, Desafios, oportunidades e Acção*. 1ª Edição. Maputo: FDC, 2007.

FURTADO, C. *Introdução ao Desenvolvimento. Enfoque Histórico – Estrutural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, (3ª. Ed. Revista pelo autor), 2000.

GOMES JÚNIOR, N. *Segurança Alimentar e Nutricional e Necessidades Humanas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

GOVERNO DA PROVINCIA DE INHAMBANE. Censo 2017. Disponível em: <https://www.inhambane.gov.mz/por/Ver-Meu-distrito/Distrito-de-Maxixe/Perfil-do-Distrito>. Acesso em 11/05/2023

GUIA SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, NOVA IORQUE, 2015. Disponível em: <https://unric.org/pt/Objetivos-de-Desenvolvimento-Sustentavel/>. acesso em: 12 de junho de 2023 às 11:48hrs.

HAIR, P.E. H. Milho, Meixoeira and Other Foodstuffs of the Sofala Garrison, 1505-1525. *Cahiers d'études africaines*, v. 17, 1977, p. 66-67 e p. 353-363.

HAMILTON, T. *et al.* Nongovernmental Organizations, Definition and History. International Encyclopedia of Civil Society, 2010. p.1056–1062.

HELLING, L. Pvo's and local institutions in Mozambican rural development: identifying strategies for sustainability and effectiveness, a pre-design a study for Pvo support II project, Jun., USAID/MOZAMBIQUE, 1995.

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE AQUACULTURA (INDA), Atualização de Zonas Potenciais para Aquacultura Marinha em Moçambique. Maputo, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2019. Censo 2017. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/>. Acesso em 02 de dezembro de 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017: indicadores sócio-demográficos Moçambique. 2022. Disponível em <http://www.ine.gov.mz/iv-rgph-2017/mocambique/apresentacao-resultados-do-censo-2017-1>. Acesso em 22/04/2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. (2019). Indicadores Sócio-Económicos de Moçambique. Kieckhofer, A. M. (2005). Promoção do Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Municípios, 141–169.

ISAACMAN, A. e ISAACMAN, B. A Ilusão do Desenvolvimento: Cahora Bassa e a História de Moçambique. Editora Outro Modo Cooperativa Cultural: Lisboa-Portugal, 2019.

KAPLAN, A. A conduta na pesquisa: Metodologia para as ciências do comportamento. São Paulo: HERDER: EDUSP, 1969.

KAPOOR, I. Participatory development, complicity and desire. Third World Quarterly, v. 26, n. 8, 2005, p. 1203-1220.

KI-ZERBO, J. Para quando a África? Pallas editora, Rio de Janeiro-Brasil, 2006.

LACEY, H. Valores e atividade científica 1. São Paulo: Editora 34, 2008.

LANDIM, L. Ações em sociedade militância, caridade, assistência, etc. Rio de Janeiro: NAU. (org.). 1998.

LAVILLE, C. e DIONNE, J. A Construção do Saber: Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas. Porto Alegre: Artmed, Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LI, T. M. Governing rural Indonesia: convergence on the project system. *Critical Policy Studies*, v. 10, n. 1, 2016. p. 79-94,

LONG, N. *et al.* From paradigm lost to paradigm regained? The case for an actor-oriented sociology of development. Londres: Routledge, 1992-1993.

MAKOKA, J. W. Non-Governmental Organizations and the African State. In: *Contemporary Issues in African Society*. George KlayKieh (Ed.), University of West Georgia, 2018.

MANJI, F. e O'COILL, C. The missionary position: NGO's and development in Africa. *International Affairs*, 78 (3), 2002, p. 567-583.

MARCONI, M. de A. e LAKATOS, E. M. Fundamentos da Metodologia científica. 5.ed. São Paulo: Atlas 2003. Disponível em https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india. Acesso em 26/11/2020.

MATSINHE, H. Emergência de ONGs internacionais em Moçambique, 1983-2000. *Tensões Mundiais*, Fortaleza-Brasil, 2023, p. 231-251.

MAURI, G. Organizações não Governamentais e Desenvolvimento. *Análise do Trabalho de Algumas ONGs em Moçambique*. Dissertação de Mestrado, (Departamento de estudos Africanos), Universidade Técnica de Lisboa, Portugal. Acesso: 08/05/2023

MAZULA, B. e MBILANA, G. O papel das organizações da sociedade civil na prevenção, gestão e transformação de conflitos: a experiência de Moçambique, 2003, p. 1-13.

MBEMBE, A. À propos des écritures africaines de soi. *Politique Africaine*. No. 77, 2000.

_____. On the Postcolony. Berkley e Los Angeles: University of California Press, 2001.

MEYER, G. Quando arte e cultura falam em desenvolvimento: atores sociais e experiências do mundo rural no noroeste mineiro. Curitiba: Appris, 2019, p. 241-292.

MEQUE, A. M. E. A Influencia das Instituições de Bretton Woods nas Políticas Públicas de Moçambique (1975-2010). 2013. Disponível em <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/19328/1/ANA%20MEQUE-%20tese.pdf>. Acesso em 14/09/2021.

MILANDO, J. Cooperação sem Desenvolvimento. Lisboa: ICS. 2005

MINEDH – Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano. História – Programa do Ensino Secundário à Distância (PESD) 1º Ciclo. Instituto de Educação Aberta e a Distância. Moçambique, 2017.

MITLIN, D, HICKEY, S e BEBBINGTON, A. “Reclaiming Development? NGOs and the Challenge of Alternatives”. In: Hulme and Edwards (Editors) Especially in the collection. UK: School of Environment and Development University of Manchester. May, 2005.

MOIANA, E. de B. B. O contributo das organizações da sociedade civil no desenvolvimento das comunidades rurais do Distrito de Moamba. Dissertação do Mestrado (Faculdade de letras e Ciências Sociais) Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2017.

MORIN, E. Ciência com Consciência. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2008.

MOSCA, J. Encruzilhadas de África: Ênfase para os PALOP. 1ª Edição. Lisboa. Instituto PIAGET, 2002.

MUASSURUCO, J. M. e PIMENTA, C. As Organizações não governamentais (ONGs) em Moçambique: Impactos no Desenvolvimento Económico e Social. Faculdade de Letras, Mestrado, 2000, p. 182.

NDEGWA, S. N. *The Two Faces of Civil Society: NGOs and Politics in Africa*. Westford, Connecticut: Kumarian Press, 1996.

NEWITT, M. *História de Moçambique*. Publicações Europa-América, Portugal, 1995.

NKRUMAH. K. *Lutas de classe na África*. 2 ed. Edições Nova Cultura. 2018.

NYANG'ORO, J. E. *Structural Adjustment and Development in Africa: Declining Politics and Economics*. Nova York: Praeger, 1989.

OIT. *Relatório Mundial sobre Proteção Social 2017–19: Proteção social universal para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Genebra: OIT, 2017. Disponível em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_698042.pdf. Acesso em 28/08/2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-paramulheres/arquivo/assuntos/acoesinternacionais/Articulacao/articulacao-internacional/onu-1/ONU%20-%20atualizado.pdf> Acesso em: 02 de Fevereiro de 2023 às 18:16hrs.

PARPA. *Plano de ação para a redução da pobreza absoluta*. Maputo, 2001- 2005.

PETRAS, J. *Hegemonia dos Estados Unidos no novo milênio*. Petrópolis: Vozes. 2000.

_____. *Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa*. Blumenau: URB., 1999.

_____. *Armadilha neoliberal e alternativas para a América Latina*. São Paulo: Xamã, 1999.

PEREIRA, H.Q.V. *O papel da Igreja Católica no Processo de Desenvolvimento em Moçambique*. Dissertação de Mestrado (Departamento de Desenvolvimento e Cooperação Internacional), Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa. Acesso: 08/05/2023

PEREIRA, P. A. P. *Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*, 2000.

PERREIRA, V. C. P. ONGs no Brasil: um estudo sobre suas características e fatores que têm induzido seu crescimento. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005. Disponível em: <http://www.rits.org.br/rets/download/centro_estudos_080705.pdf>. Acesso em: 17out. 2006.

PIANA, M. C. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books, 2009.

PIJNENBURG, B. *et al.* Estratégias de geração de renda das famílias rurais e suas interações com o meio ambiente institucional local. Maputo: UEM, 2000.

PINTO, C. Estudar os problemas sociais, in Carmo, Hermano (Coord.). Problemas Sociais Contemporâneos, Lisboa: Universidade Aberta, 2001.

PIKIRAYI, I. The Archaeological Identity of the Mutapa State: Towards an historical archaeology of northern Zimbabwe. Studies in African Archaeology 6. Uppsala, 1993.

PLOEG, J. D. V. D. e MARSDEN, T. Unfolding webs: the dynamics of regional rural development. Assen-The Netherlands: Van Gorcum, 2008.

PMD Pro. Um guia para o PMD Pro – Gerenciamento de projetos para profissionais de desenvolvimento. Editora pm4ngos, 2011.

PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano 2019. Além do rendimento, além das médias, além do presente: Desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. New York-USA, 2019. Disponível em [hdr_2019_pt.pdf \(undp.org\)](#). Acesso em 16/12/2020.

PORTAL DO GOVERNO DA PROVÍNCIA DE INHAMBANE. disponível em: <https://www.inhambane.gov.mz/por/Ver-Meu-distrito/Distrito-de-Maxixe/Perfil-do-Distrito>. Acesso em 01 de março de 2022.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. PNUD/RDH (2021/2022): Relatório do Desenvolvimento Humano: desenvolvimento humano para erradicar a pobreza. Nova York, PNUD/ONU. Disponível em: Acesso em 24 abril de 2023.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. PNUD/RDH (1997): Relatório do Desenvolvimento Humano: desenvolvimento humano para erradicar a pobreza. Nova York, PNUD/ONU. Disponível em: Acesso em 02 fev.2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Relatório do Desenvolvimento Humano. Washington, D.C., 2001.

RAVALLION, M. Poverty Comparisons: A guide to concepts and methods. Living standard measurement study. Working, 1992. paper.88.

RELATÓRIO ANUAL, 2019. Disponível em. <https://www.sadc.int/fr/file/2451/download?token=K9zsjNRH>. Acesso em: 13 de junho de 2023.

RIBEIRO, G. L. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. Novos Estudos (Cebrap), São Paulo, v. 80, 2008, p. 109-125,

RIBEIRO, G. L. Cultura e política no mundo contemporâneo. Brasília: Editora UnB, Brasil, 2000.

RIST, G. The invention of development/ The international doctrine and institutions take root. In: RIST, Gilbert. The history of development: from Western origins to global faith. Londres: Zed Books, 1999 [1997]. p. 69-92.

ROCHA, A. *et al.* História de Moçambique. Vol.1, Maputo: Imprensa Universitária – UEM. 2000.

RODNEY, W. Como a Europa subdesenvolveu a África. Editora Seara Nova, Lisboa-Portugal, 1975.

SANDE, Z. “7 milhões” Desafios para Um Moçambique. disponível em https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2011/IESE_Des2011_9.SetMil.pdf acesso em: 12 de julho de 2023 às 13:29 hrs

SANTOS, B. de S. e CHAUI, M. Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento. SP: Cortez Editora, Brasil, 2014.

SARR, F. Afrotopia. Paris: Éditions Philippe Rey, 2016.

SEN, A. A perspectiva da liberdade (cap. 1) + Os fins e os meios do desenvolvimento (cap. 2) + Pobreza como privação de capacidades (cap. 4). In: Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 27-70; 109-134.

STEWART, F. "Alternative development strategies: an overview". In F. Stewart, S. Lall and S. Wangwe (eds). Alternative development strategies in Sub-Saharan Africa. MacMillan: London, 1992a.

STEWART, F. "Short-term policies for long-term development." In G. Cornia, R. van der Hoeven and T. Mkandawire (eds). Africa's recovery in the 1990's: from stagnation and adjustment to human development. St. Martin's Press: London, 1992b.

SMITH, A. A riqueza das nações. Volume II. São Paulo: Abril Cultural, 1996, p.228-248.

SPIVAK, G. C. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora Ufmg, Brasil, 2010.

STUMPF JR., W. e BALSADI, O. V. Políticas públicas e pesquisa para o desenvolvimento rural no Brasil. In: GRISA, Cátia e SCHNEIDER, Sergio (orgs.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015.

TENÓRIO, F. G. (org). Gestão de ONGs : principais funções gerenciais, Rio de Janeiro, editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

TRADING ECONOMICS, 2023. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/mozambique/indicators>. Acesso em: 26 de junho de 2023

TRIVIÑOS, A. N. S. Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. In: _____. Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1987. p. 31-79.

UNICEF e ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE TRABALHO. Informe orçamental, ação social – Moçambique. 2016. Disponível em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---africa/---roabidjan/ilolusaka/documents/publication/wcms_537462.pdf. Acesso em 06/10/2021.

VASSELE, V.F. O papel das organizações não governamentais na implementação de políticas de desenvolvimento sustentável em Moçambique. Dissertação de Mestrado (departamento de Ciências sociais Políticas e do Território) Universidade de Aveiro, Portugal, 2019.

VILANCULOS, C.M. O papel das organizações não-governamentais cristãs no desenvolvimento de Moçambique: Caso do Sul do Save, 1992-2010. Dissertação de Mestrado (Instituto Superior de Economia e Gestão) Universidade Técnica de Lisboa, Portugal, 2011.

WALLERSTEIN, I. Impensar a ciência social: os limites dos paradigmas do Século XIX. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006.

WA THIONG´O, N. Decolonising the mind: The politics of language in África literature. Londres: James Currey, 1986, p.16.

WORLD BANK. Taxa de PIB per capita de Moçambique. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/mozambique?locale=pt> Acesso em: 06 de setembro de 2023 às 10:35hrs

ZITHA, F.O. Infância Protegida? O Programa Subsídio Social Básico no Combate à Pobreza Infantil no Distrito Urbano Ka Mubkwana, Maputo-Moçambique. Dissertação de Mestrado (Departamento de Serviço Social-Ser) Universidade de Brasília, Brasil, 2021.

APÊNDICES

Apêndice I:

Universidade de Brasília (UnB)

Faculdade de Planaltina

Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (MADER)

Este questionário tem fins acadêmicos, buscar informações para a elaboração de uma dissertação, cujo tema é: *O contributo das ONGs na promoção do desenvolvimento rural em Moçambique: O caso da Congregação da Sagrada Família (CSF) no Distrito de Maxixe.*

Guia de entrevista

Para os agentes e membros familiares da Comunidade

- I. Qual é a avaliação que faz das ações ou projetos que a CSF tem implementado na comunidade?
- II. Que tipo de projetos ou ações a comunidade se beneficiou? E quem financiou?
- III. Como agente da comunidade, como é que olham para estas ações (trazem ou trouxeram melhorias em termos de condições de vida)?
- IV. Será que as ações ou projetos que CSF desenvolve ou desenvolveu na comunidade não entram em choque com os valores locais?
- V. Há colonialidade entre CSF e os beneficiários do projeto (sente que os agentes CSF têm tirado proveito da situação de pobreza que a comunidade apresenta)?
- VI. Quais são os problemas que a comunidade apresenta? Sentem que as ações protagonizadas pela CSF têm minimizado os problemas locais ou da comunidade?
- VII. Como agente da comunidade, sente se parte ou elemento importante, dão opinião, e as vossas opiniões são colocadas em prática?
- VIII. Os problemas da comunidade vão ao encontro das ações propostas no projeto?
- IX. O que é desenvolvimento para si? E como identifica o desenvolvimento na comunidade? (Aspetos concretos)
- X. Que mudanças ou contributo o projeto trouxe na sua vida e da sua família? (Impacto socioeconómico).

Apêndice II:

Universidade de Brasília (UnB)

Faculdade de Planaltina

Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (MADER)

Este questionário tem fins acadêmicos, buscar informações para a elaboração de uma dissertação, cujo tema é: *O contributo das ONGs na promoção do desenvolvimento rural em Moçambique: O caso da Congregação da Sagrada Família (CSF) no Distrito de Maxixe.*

Guião de entrevista

Para representante da CSF

- I. Quais são os projetos que a CSF implementou ou vem implementado desde o ano que se fixou na Maxixe até os dias de hoje?
- II. Como se construíram os projetos de desenvolvimento nas comunidades?
- III. O que a CSF faz ou fez em termos de ações nas comunidades rurais?
- IV. Como é que a CSF, chegou nestas comunidades rurais?
- V. Como é que CSF olha para as pessoas das comunidades, ou qual é o sentimento em relação às pessoas que vivem nas comunidades?
- VI. Em que medida faz sentido falar de desenvolvimento (melhores condições de vida) nas comunidades?
- VII. A CSF sente ou sentiu em algum momento um choque ou contraste em relação aos valores que Congregação carrega ou defende, com os valores locais ou das comunidades?
- VIII. Qual é a proveniência do financiamento dos projetos implementados na comunidade? Quem são os doadores? Qual é a relação com os doadores? Qual é a relação dos recursos com as atividades?
- IX. Qual foi ou é o papel (ações) da comunidade local nos projetos desenvolvimento?
- X. Quais são as mudanças ou contributo a nível social e económica que os projetos trouxeram a comunidade?
- XI. Que mecanismos foram adotados para a monitoria e avaliação dos projetos implementados pela Congregação?

Apêndice III:

Universidade de Brasília (UnB)

Faculdade de Planaltina

Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (MADER)

Este questionário tem fins acadêmicos, buscar informações para a elaboração de uma dissertação, cujo tema é: *O contributo das ONGs na promoção do desenvolvimento rural em Moçambique: O caso da Congregação da Sagrada Família (CSF) no Distrito de Maxixe.*

Guião de entrevista

Para representante do Governo

- I. Que políticas sociais e económico o governo tem implementado no processo de desenvolvimento rural?
- II. No processo do desenvolvimento, a nível rural ou urbano, cabe ao governo implementar políticas públicas para a promoção do desenvolvimento nesse espaço de vida, contudo sente se que as ONGs têm assumido esse papel do Estado. Qual é sua opinião?
- III. Qual é o medidor utilizado pelo para identificar a efetividade das estratégias e ou ações nas comunidades rurais em relação a minimização das necessidades concretas: fome, alojamento, doenças, vestuário, conflito do género?
- IV. Que estratégias ou ações o CMCM tem desenvolvimento nas comunidades rurais de Maxixe para o desenvolvimento humano?
- V. Existe uma parceria com a CSF, neste processo do desenvolvimento nas comunidades rurais ou qual é a relação no âmbito do desenvolvimento rural na Maxixe?

Apêndice IV:

Escolinhas Comunitárias

Escolinha de Macupula



Escolinha de São Lourenço



Escolinha de Gigune



Escolinha de Nhatapa de Palha



Escolinha de Santa Paula

Escolinha de Matadouro



Apêndice V:
Escolinhas Comunitárias

Escolinha de Barrana



Escolinha de Malavana



ANEXO

ANEXO I

ONGs EM MOÇAMBIQUE

ONGS	PAÍS DE PROVIÊNÇIA	ÁREA DE ATUAÇÃO	REGIÃO DE ATUAÇÃO	INÍCIO	SITUAÇÃO ATUAL
1 Associação Sottosopra	Itália	Ass. Sociedade, Género, Saúde, Educação, Mei. Ambiente., Agricultura, Água	Sofala, Nampula Cabo Delgado	10.12.2005 10.12.2005	Não existe
2 AAR-Japan-Association for Aid and Relief, Japan	Japão	Desenv. Sócio Económico	Chokwé, Gaza	24.11.2000 24.11.2000	Terminou a missão em 15.07.2002
3 AMURT-Ananda Marga Universal Relief Team	Kenya	Educação e Água	Gaza, Manica e Tete	09.09.2005 08.01.2010	
4 AFSC-American Friends Service Committee	E.U. A	Educação, Agricultura e Água	Manica	08.07.2010	
5 Ação Contra Fome	França	Agricultura e água	Sofala	17.09.1999	Não consta pedidos de pareceres
6 AIFO-Associação Italiana "Amici Di Raoul Fullereau	Itália	Assistência Social e Saúde	Cidade de Maputo, Inhambane, Manica, Nampula.	05.05.2008 31.08.2011	
7 ACS-Associação de Cooperação para o Desenvolvimento	Itália	Assistência Social	Nampula 24.11.1997	07.01.2000	Não tem informação
8 AFLDD-associação Franco Lusófona para o Desenvolvimento	França	Cultura	Nampula	03.08.2004	Não tem informação
9 ACCORD-Agência de Cooperação e Pesquisa para o Desenvolvimento	UK	Ass. Sociedade, Saúde, Agricultura, Educação, Meio Ambiente.	Inhambane e Niassa	22.07.2005 11.11.2008	
10 Awepa_ European Parliament For Africa	Holanda	Democratização, Boa Governação Direitos Humanos	Gaza e Cabo Delgado	30.04.2007 30.04.2007	
11 Al Maktoum Foundation	Emi. Árabes.Un.	Assist.Social. Educação, Género, População	Cidade de Maputo, Gaza, Nampula	25.03.2008 25.03.2008	
12 ACAV- associação Centro ajudas voluntarias	Itália	Saúde e Agricultura	Maputo Província, Cabo Delg. Zambézia.	19.12.2002 19.12.2002	Não tem informação
13 AJAP- associação dos Jovens Agricultores de Portugal	Portugal	Educação e Agricultura	Todo País	14.05.2002 14.05.2002	Não tem Informação
14 AFVP-associação Francesa de Voluntários do Progresso	França	Saúde e Agricultura	Província de Maputo	06.11.2003 06.11.2003	Nao tem informacao

15	Africa Muslim Agency	Kwait	Assistência Social e Educação	Maputo Prov. Cabo Delgado, Niassa e Nampula	19.08.2008	06.10.2011	
16	Ação Agraria Alemã	Alemanha	Assist. Soc. Saúde, educação, Agricultura, Água e População	Inhambane, Zambézia e Cabo Delgado	19.02.2009	19.02.2009	
17	Austrian Serv. For Development - encerrado	Encerrado					
18	AMREF	Kenya	Saúde e Género	Província de Maputo, Inhambane e Sofala	Encerrado	Encerrado	Nao tem informacao
19	AISPO- associação Italiana para Solidariedade entre os Povos	Itália	Saúde	Sofala e Maputo Cidade	22.04.2008	14.10.2010	
20	ASIDH- associação para a Saúde Integral e Desenvolvimento	Espanha	Saúde	Cidade de Maputo	09.11.2007	22.12.2010	
21	VITAE-associação de Solidariedade Desenvolvimento Internacional	Portugal	Assistência Social e Saúde	Maputo Província	22.03.2004	22.03.2004	Nao tem informacao
22	AGRICOOOP	França	Educação, Saúde e Meio Ambiente	Maputo Província	Encerrado	Encerrado	Encerrado
23	Amigos sem Fronteira	Portugal	Educação	Zambézia	Encerrado	Encerrado	Encerrado
24	African Wildlife Foundation	Suíça	Educação e Turismo	Província de Gaza	09.11.2007	04.07.2011	
25	Australian Volunteers International (OSB)	Austrália	Educação, Saúde e Agricultura	Sofala e Niassa	29.11.2001	29.11.2011	Nao tem informacao
26	Amazon-Africa Aid	EUA	Saúde	Província de Maputo	06.02.2006	06.02.2006	
27	American Institute for Research	EUA	Assistência Social, Educação e Agricultura	Tete	23.05.2008	06.02.2006	
28	APOPO	Bélgica	Desminagem	Inhambane e Gaza	10.12.2005	31.08.2011	Aguarda parecer do MPD, IND, Inhambane e Gaza
29	AAIS-African American Institute of State	EUA	Educação	Niassa e Cabo Delgado	06.10.2006	06.10.2004	Nao foram solicitados os pareceres
30	associação para a cooperação e Desenvolvimento-OPIS	Portugal	Educação	Província de Maputo	18.03.2009	18.03.2009	
31	Action Aid	UK	Ass.Soc. Génér. Educ. Saud. Agric. Meio Amb.	Prov. Map.Sof.Zamb.Cab Del Namp. Tete. Map Cidade	16.07.2007	30.06.2010	
32	associação Ciência para o Desenvolvimento - Encerrado	Encerrado				03.09.2007	
33	(ADAP)-associação para o Desenvolvimento das Áreas Protegidas	Suíça	Educação, Meio Amb. Agricultura, População	Província de Maputo	14.04.2003	14.04.2003	Nao tem informacao

34	ASF- Arquitetos sem Fronteira	Espanha	água, Género, M. Ambiente, Melhoramento de Infraestruturas Sanitárias	Inhambane e Cabo Delgado		01.12.2011	Extensão em Cabo Delgado
35	ADRA Moçambique - Passou para nacional	EUA	Ass. Soc. Educ. Agric. Água	Map. Prov. Gaza, Inhambane e Zambézia	05.10.2007	03.09.2010	
36	ACDI/VOCA	EUA	Sector Informal, Género e Agricultura	Manica		16.02.2011	
37	Aid To Artisans	EUA	Educação e Sector Informal	Maputo Cidade		30.04.2007	
38	APN-Ajuda Popular da Noruega	Noruega	Ass.Soc. Gén. Agric. Educ. Meio Amb. E água	Sofala, Manica, Tete e Niassa	26.02.2008	10.02.2012	
39	Aldeia de Crianças SOS	Áustria	Educação e Assistência Social	Maputo, Tete, Inhambane e Pemba	08.04.2009	08.04.2009	
40	Africare Moçambique	EUA	Saúde e Agricultura	Manica	30.04.2007	05.05.2010	
41	Associação Internacional de Voluntários Leigos- LVIA	Itália	Assistência Social, Água e Meio Ambiente	Maputo e Inhambane	22.03.2006	18.03.2004	
42	ALISEI-Associação de Cooperação Internacional e Ajuda Humanitária	Itália	Saúde, Agricultura, Género e água	Map.Prov., Sof.Zamb. Cab. Del.Namp., Man. Tete	12.04.2004	12.11.2004	
43	AIR SERV International	EUA	Aeronáutica Civil	Todas as Províncias	06.10.2006	06.10.2006	
44	Bazarutio Archipelago School Fund	RSA	Educação, Meio Ambiente e Agricultura	Inhambane	22.01.2002		Aguarda pareceres de Educacao, Meio Amb. E Inhambane
45	BADES	Itália	Ass.Soc., Sector Informal Género E Meio Ambiente.	Sofala e Manica	02.09.2007	22.11.2010	
46	Burnet Institute - encerrou	Austrália	Saúde	Manica, Tete e Cidade de Maputo	31.10.2007	11.03.2011	
47	British Leprosy Association (Lepra Saúde em Ação)	UK	Saúde	Maputo Província e Cidade, Gaza e Zambézia	23.06.2007	02.11.2010	Fechou os escritorios
48	CIC-Conselho Interhospitalar de Cooperacao	Espanha	Saúde	Cabo Delgado. Nampula. Zambézia, Inhambane, M. Cidade	08.08.2005	12.08.2010	
49	Fundação CEAR-HABITÁFRICA / Fundacao Alianza por la Solidaridad-Aps	Espanha	Educação, Agricultura e Águas	Gaza	24.07.2007	03.12.2008	13.09.2011
50	Ce.L.I.M.MI-Volunt'arios para um Servico Intrnacional	Itália	Educação, Agricultura, Água e Turismo	Inhambane e Zambézia	15.10.2009	15.10.2009	
51	CONCERN Worldwide	Irlanda	Educação, e Descentralização Urbana	Manica, Zambézia e Nampula	30.04.2007	18.06.2010	

52	Casa do Gaiato	Portugal	Ass. Soc. Saúde, Educação, Meio Ambiente, Agricultura, População.	Maputo Província	21.05.2007	21.01.2011	
53	CAM- Consorcio Associações com Moçambique	Itália	Ass.Soc. Gén. Saud. Educ. Mei.Amb. Agricultura, água	Sofala	22.12.2009	22.12.2009	
54	CCS-Centro de Cooperazione Sviluppo	Itália	Saúde, Educação e Água	Maputo Inhambane e Sofala			29.06.2008
55	COSV-Comitato di Coordinamento delle Organizzazioni per il Servizio Volontario	Itália	Assistência Social e Água	Maputo Província e Cidadee Zambézia	03.12.2009	03.12.2009	
56	CUSO-Canadian University Service Overseas	Canada	Agricultura e Sector Informal	Maputo província, Gaza, Sofala Manica e Nampula	28.06.1999	22.03.2004	
57	CARE International em Moçambique	Bélgica	Sector Informal, Género, Mei. Amb. Agric. Água	Inhambane, Nampula e Cabo Delgado	26.01.2009		
58	Centro de Iniciativas para la Cooperacion Batá	Espanha	Agricultura e População	Maputo província e Gaza	21.05.2007	17.12.2010	
59	Church World Servisse	EUA	Ass. Social e Saúde	Gaza, Inhambane e Zambézia	Encerrado	Encerrado	fechou os escritorios
60	Centro Cooperativo Sueco-SCC - WE EFFECT	Suécia	Género, Educação, M. Amb. Agricultura, Assistência Social	Niassa, Maputo e Cidade de Maputo.	26.08.2009	31.10.2011	
61	Cooperação Canadá COCAMO	Canada	Educação	Nampula e Inhambane	22.12.2009	22.12.2009	
62	Christian Aid	UK	Assistência Social e Agricultura	Maputo província, Gaza e Zambézia	Encerrado	Encerrado	Nao tem Informacao
63	CIC-Portugal- Associação para Cooperação Intercâmbio e Cultura	Portugal	Assistência Social, Saúde, Agric. Educação	Províncias de Maputo, Gaza e Niassa	03.09.2002	03.09.2002	Nao tem Informacao
64	CESVITEM	Itália	Assistência Social	Maputo cidade e Nampula	02.04.2008	21.01.2011	
65	Centro Internacional Crocevia	Itália	Educação e Agricultura	Todo o país	05.09.2002	05.09.2002	Nao tem Informacao
66	Centro Internacional para a Cooperação e Desenvolvimento	Portugal	Assistência Social	Todo o país	24.11.2000	24.11.2000	Nao tem Informacao
67	CESVI-Cooperazione e Sivilupo	Suíça	Agricultura e Meio Ambiente	Província de Maputo	09.09.2004	13.05.2011	
68	Corpo Financeiro Missão Evangélica Rural	RSA	Assistência Social	Manica e Sofala	23.05.2011	23.05.2011	
69	CESTAS-Centro de Educação Sanitária e Tecnologias Apropriadas Sanitárias	Itália	Saúde	Maputo cidade	26.01.2009	26.01.2009	
70	COOPI-Cooperazione Internazionale	Itália	Saúde	Sofala	Encerrado	Encerrado	Cancelou as suas actividades no Pais(15.03.2010)

71	Concern Universal	UK	Ass. Social, Género Saúde, Agricultura e água	Niassa e Maputo		27.06.2010		
72	Centro de Pesquisa e de Documentação da África Austral SARDC	Suíça	Assistência Social	Maputo província		23.02.2008	23.02.2008	
73	CIDAC-Centro de Informação e Documentação Amilcar Cabral	In formação	Portugal	Assistência Social	Todo o país	05.11.1999	05.11.1999	Nao tem Informacao
74	Christian Outreach Relief and Development	UK	Saúde e Agricultura	Niassa		24.06.2002	24.06.2002	Nao tem Informacao
75	Centro Mundialità Sviluppo Reciproco	Itália	Agricultura	Inhambane		03.09.2002	03.09.2002	Nao tem Informacao
76	Centro Informazione Educazione Allo Sviluppo-CIES	Itália	Saúde, Agricultura e Educação	Maputo cidade e Manica		31.10.2007	31.10.2007	
77	Coordenation Libertees	Franca	Meio Ambiente, Agricultura e Habitação	Todo o país		Encerrado	Encerrado	Nao tem Informacao
78	ChildFund Mozambique (Ex. Christian Children's Fund)	EUA	Assistência Socia, Saúde. Educ. Agricultura	Inhambane, Manica Cidade de Maputo. província.		15.10.2009	09.11.2011	
79	Comunidade de Santo Egidio	Itália	Assistência Social, Saúde e Educação	M.Provincia e Cidade,Sofala, Gaza, Namp. Zamb.		10.07.2008	10.07.2008	
80	CAL-Câmara de Agricultura Lusófona	Portugal	Assistência Social	Todo o país		19.02.2001	19.02.2001	Nao tem Informacao
81	CIDIC-Canadian International Demining Corps	Canada	Desminagem	Manica		04.06.2001	04.06.2001	Nao tem Informacao
82	Care for Life	EUA	Assistência Social, Saúde Agric. e Educação	Sofala		11.12.2009	11.12.2009	
83	Clinto Foundation Health Access Initiative Inc.	EUA	Saúde	Sofala, Nampula e Maputo cidade	a)	31.10.2010	17.12.2010	a)mudanca de designacao
84	CUAMM	Itália	Saúde	Inhambane, Sofala e Nampula		02.08.2010	02.08.2010	
85	DAMIEN FOUNDATION BELGIUM	Bélgica	Saúde	Sofala e Tete			16.02.2011	
86	DORCAS- Internacional	Rei. PaísesBaixos	Assistência Social, Agricultura e Água	Sofala		21.01.2011	21.01.2011	
87	DIAKONIA	Suécia	Assistência Social e Género	Maputo Cidade e Zambézia		27.12.2010	27.12.2010	
88	Doctors for life international	África doSul	saúde	Inhambane		05.05.2008	31.08.2011	
89	Douleurs S. Frontiere	Franca	Saúde, Assistência Social, e Educação	Maputo cidade, Inhambane, Manica		03.07.2008	09.11.2011	
90	Dignidade	Espanha	Assistência Social, Educação	Maputo província, Zambézia		07.03.2009	07.03.2009	

			e Nampula		
91	Die Johanniter	Alemanha	Assistência Social	Todo País	31.07.200031.07.2000Nao tem Informacao
92	EDC-Educavtion Development Center	EUA	Assistência Social	Todo País	17.09.199917.09.1999Nao tem Informacao
93	Environment Africa /323	nr.323		Pedido deInsc	
94	ESSOR	Franca	Assi. Soc. Sec. Infor., Saud. Educ. Agric.	Sofala e Nampula	01.12.200901.12.2009
95	ENMED Partnerships for Children	EUA	Assi. Soc, Saud., Educ. E Género	Zambézia, Nampula, Sofala e Gaza	16.05.200816.05.2008
96	EGPAF-Elisabeth Glaser Pediatric Aids Foundation	EUA	Saúde	Maputo cidade, Gaza, Nampula e Cabo Delgado	16.03.201016.03.2010
97	Farmacêuticos Mundi	Espanha	Saúde	Gaza	22.07.200522.07.2005Não tem informação
98	Fauna e Flora International	UK	Meio Ambiente e População	Niassa e Cabo Delgado	04.08.200804.08.2008Aguarda parecer de Cabo Delgado
99	Fundação Privada Olhos do mundo	Espanha	Saúde	Maputo cidade e Inhambane	18.03.200915.03.2012Aguarda pareceres de Maputo cidade e Saúde
100	Fundação Privada Olhos do mundo	Portugal	Saúde	Nampula	16.11.200416.11.2004Não tem informação
101	FOS-Fundo de Cooperação ao Desenvolvimento	Bélgica	Agricultura	Maputo cidade, Manica e Tete	19.02.200831.08.2011
102	Fundação Konrad Adenauer em Maputo	Alemanha	Educação cívica e promoção da Democracia	Maputo cidade e Nampula	06.11.200906.11.2009
103	FINCA-Projeto de Instalação e Consolidação em Moçambique	EUA	Assistência Social	Todo País	29.05.200029.05.2000Não tem Informação
104	Fundação Aga Khan	Portugal	Saúde, Agricultura, Educação, Água e Género	Todo País	17.11.200917.11.2009
105	fundação Clínica de Barcelona	Espanha	Saúde	Todo País	25.01.2011
106	FIC-Simpocaf	Áustria	Educação	Sofala	11.04.200011.04.2000Não tem Informação
107	FAD-fundação Americana para o Desenvolvimento	EUA	Assistência Social	Todo País	03.06.199903.06.1999Não tem Informação
108	FH- Food for the Hungry	Tailândia	Saúde	Sofala	18.03.200318.03.2003
109	Federação Mundial Luterana	Suíça	Ass.Soc.Sa.Agr.Sec.Infor.Educ.Águ.Gen.Amb. Pop.		06.08.201006.08.2010
110	Federação das Mulheres para Paz Mundial	EUA	Educação	Maputo cidade, Sofala e C. e Delgado	14.04.201014.04.2010

111	FHI-Family Health International	EUA	Saúde	Sofala, Niassa, Nama, Zambézia e Cabo Delgado	14.06.2010
112	Friedrich Ebert Stiftung	Alemanha	Saúde e Educação	Todo país	08.01.201008.01.2010
113	FIS-Funds to Support International Projects of Selfdevelopment	Suíça	Educação, Agricultura Assistência Social	Todo país	14.02.200214.02.2002Não tem Informação
114	FOCUS-Cooperacion	Espanha	Assistência Social	Todo país	24.11.200024.11.2000Não tem Informação
115	Friends in Global Health LLC	EUA	Saúde	Zambézia	10.02.201010.02.2010
116	AFRIKAGRUPPERNA	Suécia	Saúde, Educação e Meio Ambiente	Cabo Delgado, Nampula e Maputo cidade	05.10.200705.10.2007
117	(Asas que Curam) Grace Fellowship Church	RSA	Agricultura	Maputo província	15.10.2010
118	Gregory C. Carr Foundation	EUA	Turismo	Sofala	11.03.201011.03.2010
119	Grupo de Voluntariado Civil	Itália	Assistência Social, Agricultura e Educação	Maputo cidade e Zambézia, Cabo Delgado e Maputo província	03.12.200903.12.2009Aguarda parecer de Educação e Zambézia
120	GOAL	Irlanda	Saúde e Agricultura	Inhambane	03.03.200603.03.2006Encerrou as Atividades em 22.12.2007
121	Global Intraction	Áustria	Educação	Niassa	29.05.201129.05.2011
122	HIVOS	EUA	Assistência Social e Género	Nampula	14.10.201014.10.2010
123	Human Relief Foundation	UK	Ass. Social, Pop., Educ. Saúde, Água	Todo Pais	23.02.200423.02.2004Não tem Informação
124	Humana People to People ADPP	Suíça	Educação	Maputo província	27.06.2010
125	Heifer International	EUA	Agric. Género e Meio Ambiente	Zambézia e Nampula	22.01.201022.01.2010
126	Habitat For Humanity International	EUA	Assistência Social	Manica, Maputo província cidade e Gaza	06.06.200809.11.2011
127	Hope 87	Áustria	Assistência Social	Todo Pais	07.07.199807.07.1998Não tem Informação
128	Helen Keller International	EUA	Saúde, Educação	Nampula, Niassa, Zambézia, Sofala e Manica	22.11.2010
129	Handicap International	Franca	Assistência Social e Desminagem	Inhambane, Sofala e Manica	02.06.201002.06.2010
130	HELPPAGE INTERNACIONAL	UK	Assistência Social e Saúde	Maputo, Gaza, Tete	14.10.2010
131	Helvetas	Suíça	Assistência Social, Agricultura e Água	Gaza, Cabo Delgado, Nampula e Maputo cidade	14.10.2010Mudança de Designação 10.02.2012 (Despacho)

132	Health A.International (HAI)	Suíça	Saúde	Maputo cidade, Sofala e Manica	21.07.2008	21.07.2008	
133	Hunger Project	EUA	Saúde, Agricultura, Educação e Género	Maputo e Gaza	19.02.2008	19.02.2008	
133	Hunger Project	EUA	Saúde, Agricultura, Educação e Género	Maputo e Gaza	19.02.2008	19.02.2008	
134	Hilfswerk Moçambique	Áustria	Saúde	Sofala	11.11.2009	01.03.2012	
135	ITER-Insediament-Umanie Territorio Human	Itália	Educação	Todo o país	12.03.2002	12.03.2002	Não tem Informação
136	EISA-Instituto Eleitoral para a Africa Austral	RSA	Promoção da Democracia	Maputo cidade		14.09.2010	
137	Instituto Holandês para a Democracia (NIMD)	Holanda	Des. Institucional dos partidos políticos	Todo o país	25.08.2009	30.09.2011	
138	Intermon Oxfam	Espanha	Agricultura, Educação, Género e População	Prov. Maputo, Sofala, Niassae Cabo Delgado	22.05.2008	21.06.2011	
139	International Fair Trust	Zimbabwe	Assistência Social, Saúde, Educação		30.04.2009	30.04.2009	Aguarda pareceres
140	IRIS Ministry	EUA	Assistência Social, Saúde, Educação	Maputo Província, Sofala e Cabo Delgado	14.12.2008	14.12.2008	
141	IBIS-Moçambique	Dinamarca	Assistência Social, Saúde e Educação	Nampula, Zambézia e Niassa	18.06.2010	18.06.2010	
142	ISCOS-Instituto Sindical para Cooperação ao Desenvolvimento	Itália	Ass. Soc.Sect.nfo. Saúde, e Agricultura	Tete	14.12.2009	14.12.2009	
143	IFDC-International Fertilizer Development Center	EUA	Agricultura	Sofala, Manica e Nampula	17.07.2008	17.07.2008	Aguarda parecer da Beira
144	Instituto Marquês de Vale Flôr	Portugal	Ass.Soc, Educ., Agr. e Saúde	Maputo Província, Inhambane e Zambézia	08.05.2009	08.05.2009	
145	ISCOD-Instituto de Sindical de Cooperação para o Desenvolvimento	Espanha	Educação e Formação Sindical	Todas Províncias	22.07.2005	22.07.2005	Não tem Informação
146	IEPALA-Instituto de Estudos Políticos para America Latica e Africa	Espanha	Agricultura	Maputo Província, Gaza e Cabo Delgado	06.02.2010	06.02.2010	
147	ITDG-Intermediate Technology Development Group	UK	Ass.Soc. Agri. Meio Ambiente e Género	Todas Províncias	19.05.2004	19.05.2004	Não tem Informação
148	ICDP-International Child Development Programmes	Noruega	Assistência Social e Educação	Maputo província e cidade, Sofala, Manica	11.12.2007	11.12.2007	
149	IRD-International Relief and Development, INC	EUA	Assistência Social	Zambézia	11.12.2009	11.12.2009	
150	Inter Aide	Franca	Saúde, Educação, Agricultura e Água	Nampula	14.12.2009	14.12.2009	

151	JAM-Joint Aid Management	RSA	Educação	Gaza, Inhambane, Sofala eManica	02.06.2010		
152	John Snow Incorporated	EUA	Assistência Social e Saúde	Maputo cidade e Niassa	11.03.2010	11.03.2010	
153	JHPIEGO	EUA	Saúde	Todas as províncias	03.09.2010	03.09.2010	
154	JACANA	EUA	Assistência Social	Todas as províncias	21.07.2008	21.07.2008	Aguarda pareceres de
155	Johns Hopkins University, Centro de Programas de Comunicação, Escola de Higiene e Saúde Pública	EUA	Saúde	Maputo cidade, Sofala e Zambézia	11.03.2011	11.03.2011	
156	KEPA- CENTRO DE Serviços de Cooperação para o Desenvolvimento	Finlândia	Assistência Social	Maputo cidade e Cabo Delgado	03.07.2008	03.07.2008	
157	Fundacao Kyeema	Canada	Agricultura e População	Sofala, Manica e Gaza	15.10.2009	08.03.2012	
158	Light For the World	Áustria	Assistência Social, Desporto, Saúde e Educação	Nampula, Tete, Niassa, Delgado e Zambézia	05.05.2008	09.11.2011	
159	Landmine Survivors Network	EUA	assistência Social, Saúde	Maputo província, Inhambane e Zambézia	10.02.2006	10.02.2006	Nao tem Informacao
160	Mobil Vision África	Holanda	Género, Meio Ambiente e Cultura	Cabo Delgado	22.07.2005	22.07.2005	Nao tem Informacao
161	Mozambique Schools and Walfare Fund	UK	Educação	Todas as Províncias	16.11.2004	16.11.2004	Nao tem Informacao
162	Malária Consortium Mozambique	UK	Saúde	Maputo cidade, Inhambane, e Cabo Delgado	09.12.2009	09.12.2009	
163	MSPH Mozambique LLC	EUA	Saúde	Maputo província e cidade, Gaza e Inhambane	02.13.2008	07.07.2011	
164	Mennonite Central Committee	EUA	Saúde, Educação e Agricultura	Sofala e Manica	10.12.2005	10.12.2005	Nao tem Informacao
165	MENCAP	UK	Assistência Social	Maputo província	16.06.2002	16.06.2002	Nao tem Informacao
166	MAIS- associação pelo Autodesenvolvimento, Intercambio e Solidariedade	Itália	Formação Profissional	Nampula	21.07.2004	21.07.2004	Nao tem Informacao
167	Médicos Del Mundo- Espanha	Espanha	Saúde	Maputo província e Cidade e Cabo Delgado	31.10.2010	31.10.2010	
168	MPDL-Movimento pesla Paz, Desarmamento e a Liberdade	Espanha	Educação	Maputo província e Sofala	22.01.2002	22.01.2002	Nao tem informacao
169	Média Support Partnership-Mocambique	UK	Assistência Social	Maputo província Man, Sofala Zambézia, Tete, e C Delgado	07.03.2009	07.03.2009	
170	MEDA-Mennonite Economic Development Associates of Canada	Canada	Agricultura e Micro finanças	Maputo cidade e Inhambane	18.11.2008	18.11.2008	
171	MSH-Management Sciences for Health	EUA	Saúde	Maputo província, GAZA, Sofala, Zambézia e Nampula	22.07.2005	22.07.2005	Nao tem informacao

172MSF-Médicos Sem Fronteiras Bélgica	Bélgica	Saúde	Maputo cidade e Tete	17.12.2010	
173Malteser-RFA	Alemanha	Saúde	Sofala	20.02.2004 20.02.2004	Nao tem informacao
174Missao Contra a Lepra/The Leprosy Mission International-TLMI	UK	Assistência Social e Saúde	Cabo Delgado	12.08.2009 12.08.2009	Nao tem informacao
175MGM-Menschen Gegen Minen	Alemanha	Assistência Social e Desminagem	Todo Pais	19.12.2002 19.12.2002	Nao tem Informacao
176Medicins Du Monde	Franca	Assistência Social	Todo Pais	12.05.1999 12.05.1999	Nao tem Informacao
177MdM-P-Médicos do Mundo-Portugal	Portugal	Assistência Social e Saúde	Maputo Província	06.06.2008 12.09.2011	
178Medicos Sem Fronteiras Luxemburgo	Bélgica	Saúde	Maputo cidade e Tete	07.03.2009 07.03.2009	
179Medicusmundi	Espanha	Saúde	Maputo Província, Gaza, Nampula e Cabo Delgado	22.12.2009 22.12.2009	
180Médicos Sem Fronteiras Suíça	Suíça	Assistência Social Saúde	Maputo cidade e Província de Niassa	04.07.2011 04.07.2011	
181Movimondo	Itália	Agricultura e Água	Maputo província, Gaza e Niassa	30.04.2007 30.04.2007	
182MS-associação Dinamarquesa de Cooperação International	Dinamarca	Ass. Soc.Educ, Meio Ambiente e Agricultura	Nampula, e Cabo Delgado	24.09.2007 24.09.2007	
183Progetto Mondo -MLAL Movcimento Leigos America Latina	Itália	Sistema prisional	Nampula	16.05.2010 16.05.2010	
184MAF-Mission Aviation Felllowsip	EUA	Transporte Aéreo	Zambézia, N ampula, Niassa e Cabo Delgado	03.09.2002 03.09.2002	ja fechou os escritorios
185MCD-International	EUA	Saúde	Niassa	26.12.2000 26.12.2000	Nao tem informacao
186MEDAIR	Suíça	Desenvolvimento Rural	Gaza, Chokwe	31.07.2000 31.07.2000	Nao tem informacao
187Muslim World League-RABITA	Arabia Saudita	Assistência Social e População	Maputo Província, Zambézia e Nampula	03.09.2002 03.09.2002	
188MDI-Munazamat Aldawa Al Islâmia	Sudão	Ass. Soc.Educ. Ambiente, Água, e População	Maputo Província, Gaza e Nampula	12.07.2007 01.12.2011	
189Mont De Dieu/Lowveld Centre for Life Long Learning	RSA	Educação	Todo Pais	22.05.2007 22.05.2007	
190Medicus Mundi Aragon	Espanha	Saúde	Cabo Delgado	17.09.1999 17.09.1999	Nao tem Informacao
191Medicus Mundi Catalunha	Espanha	Saúde	Gaza e Cabo Delgado	31.10.2003 31.10.2003	Já nao existe
192Missionárias da Caridade de Madre Teresa de Calcutá	India	Assistência Social, Educação e Saúde	Maputo cidade e Nampula	30.07.2010	
193NSJ	Dinamarca	Formação dos Mídias da Africa Austral	Todo Pais	20.02.2007 20.02.2007	
194NABP	Noruega	Assistência Social, Saúde e Educação	Maputo Província Sofala e Manica	05.11.1999 05.11.1999	Nao tem Informacao
195NORD-SUD	Áustria	Assistência Social	Maputo Província Sofala	28.06.2005 28.06.2005	Nao tem Informacao
196NOVA FRONT	Itália	Educação, Saúde e Meio Ambiente	Maputo Província, Zambézia e Cabo Delgado	17.09.2001 17.09.2001	Nao tem Informacao

197	NDI	EUA	Capacitação Institucional dos Partidos Políticos	Todo Pais	22.01.2002	22.01.2002	Nao tem Informacao
198	NRL-Netherland Leprosy	Holanda	Saúde	Nampula e Niassa	02.11.2009	02.11.2009	
199	OXFAM.BELG	Bélgica	Género, Agricultura e Água	Cabo Delgado e Niassa	22.12.2006	22.12.2006	
200	OXFAM.CANADA	Canada	Género e Agricultura	Maputo cidade	06.07.2009	06.07.2009	
201	OXFAM.UK	UK	Saúde, Educação e Agricultura	Manica, Zambézia e Niassa	07.03.2008	07.03.2008	
202	OIKOS	Portugal	Agricultura	Maputo Província, Gaza, Nampula, Niassa e C. Delgado	06.06.2008	24.10.2011	
203	SOLIDAR Suíça (OSEO-Organizacao Suica de Entre-Ajuda Operária)	Suíça	Ass.Soc.Sec. Inf.Gen.Sa.Ed.MB.Agrí.Agu.e Pop	Sofala, Manica e Tete	06.06.2008	06.06.2008	
204	OXFAM-AUSTRALIA	Austrália	Saúde, Agricultura, Assistência Social e Género	Maputo Província e cidade, Inhambane, Sofala, Tete	03.12.2008	03.12.2008	
205	OXFAM-AMERICA	EUA	Saúde, Agricultura, Género	Maputo cidade	30.04.2007	30.04.2007	Nao tem informacao
206	OSSREA	Etiópia	Educação, Assistência Social	M. cidade, Nam Sofa C.Delgado e Zamb	28.08.2003	28.08.2003	Nao tem informacao
207	OPAC-Organização Pentecostal das Assembleias do Canadá	Canada	Ass. Soc. Saúde, Educação	Maputo Província e Cidade, Gaza, e Zambézia	03.08.2004	03.08.2004	
208	PHOENIX	Alemanha	Desminagem	Gaza, Chicualacuala	06.01.2000	06.01.2000	Nao tem Informacao
209	PSI	EUA	Saúde	Inh Sofal. Map.Man Zam.Tete, Niassa, Nampula	19.08.2008	19.08.2008	
210	PROGETTO MUNDIALITA	Itália	Saúde e Agricultura	Maputo Província	02.09.2007	02.09.2007	
211	PROGETTO SVILUPPO	Itália	Agricultura	Zambézia	19.02.2008	19.02.2008	
212	PACT-Moçambique - Não Renovou	EUA	Desenvolvimento Rural	Todo Pais	06.11.1998	06.11.1998	Nao tem In formacao
213	PROGETTO SUD UIL	Itália	Assistência Social	Todo Pais	28.06.1999	28.06.1999	Nao tem In formacao
214	PATHFINDER INTERNATIONAL	EUA	Saúde, Educação e Juventude e Desporto	Gaza, Inham, Sofala, Nampula, C.Delgado e Map. Cidade	14.10.2010	14.10.2010	
215	PEACE PARKS FOUNDATION	RSA	Turismo	Maputo Província e Gaza	07.12.2009	07.12.2009	
216	PLAN INTERNATIONAL	UK	Ass. Social, Sa., Agr. Just. Educ., Água	Maputo Província Inhambane	22.07.2005	12.09.2011	Aguarda pareceres da Saude
217	PROGETTO MOZAMBICO ONLUS	Itália	Assistência Social, Saúde e Educação	Zambézia	21.06.2011	21.06.2011	
218	POWER INTERNATIONAL	UK	Assistência Social	Todo Pais		03.9.2010	
219	PROJECTO HOPE MOCAMBIQUE	EUA	Assistência Social e Saúde	Gaza		22.06.2010	

220 PLANET AID	EUA	Saúde, Edu, M.Ambiente, Agric. e População	M.Província, Sofala, Man, Zambézia, Nampula, Niassa C.Delgado	29.10.2005	29.10.2005	Nao tem Informacao
221 PSI-Population Services International	EUA					
222 Projecto SUNY	EUA	Assistência Social	Todo Pais	22.05.2001	22.05.2001	Nao Tem Informacao
223 RIGHT TO PLAY	Canada	Saúde, Educação e Género	Província e Cidade, Zambézia, Gaza, Sofala e Inhambane	10.05.2005	10.05.2005	Aguarda pareceres
224 REDD BARNA	Portugal	Assistência Social		Encerrou	Encerrou	
225 REMAR	Portugal	Assistência Social, Educação	Maputo Província, Gaza e Sofala	25.01.2008	01.03.2012	
226 "RE-TE" Associação de Técnicos para a Solidariedade Internacional	Itália	Formação Profissional	Cidade de Maputo	24.09.2007	24.09.2007	Encerrou
227 SOLIDAR MED Moçambique e 203-Solidar Suíça	Suíça	Assist. Social, água, Saúde	Tete,Manica,Sofala e Cabo Delgado	08.07.2009	15.11.2011	
228 SIL Sociedade Internacional de Linguística	EUA	Educação	Sofala, Tete, Zambézia, Nampula e Cabo Delgado	09.09.2005	09.09.2005	Nao tem Informacao
229 Sociedade de Apelo Islâmico Internacional	Libia	Ass. Soc. Água, Educ., Saúde e Água	Inhambane, Nampula e Niassa	26.07.2009	26.07.2009	
230 SAT-Southern African Aids Trust	RSA	assistência Social	Gaza, Inha, Sofa Ma, Tete e Maputo cidade	06.02.2008	06.02.2008	
231 SRF- Self Reliance Foundation	EUA	Assistência Social, Sector Informal e Educação	Sofala	19.02.2008	19.02.2008	
232 Skillshare International Moçambique	EUA	Saúde, Educação e Produção Alimentar	Nampula e Niassa	30.04.2007	30.04.2007	
233 Save the Children UK	UK	Ass.Soc. Gen. Educ. Saúde e Pop.	Maputo cidade e Zambézia	12.07.2007	12.07.2007	
234 Save the Children Internacional USA	EUA	Ass Soc.Sec.Infor.Educ.Sau.Gen.Agr.Água e Pop.	Gaza, Nampula	11.12.2009	11.12.2009	
235 Samaritan's Purse International Relief	EUA	Ass. Soc. Saúde, Agri. Água e Edu.	Gaza e Inhambane	26.07.2009	26.07.2009	
236 S. O.S Children	Espanha	Assi.Soci.Sau.Agri. e Educ.	Maputo Província e Inhambane	06.10.2006	06.10.2006	
237 Soul City	RSA	Saúde	Maputo cidade	Encerrou	Encerrou	Aguarda Pareceres
238 Saúde em Português	Portugal	Assistência Social, Saúde e Educação	Maputo Cidade e Gaza	13.06.2003	13.06.2003	As suas Actividades nao sao Reconhecidas
239 SNV-Organização holandesa para o Desenvolvimento	Países Baixos	Govern. Local e Apoio de Sector Privado	Gaz., Inha, Sofala, Manica. Zamb. Namp.	05.04.2011	05.04.2011	
240 TIOS-Treinamento Internacional para Órfãos e sua Sobrevivência	EUA	Assistência Social	Manica	22.05.2008	22.05.2008	

241	Terre des Hommes-Alemanha	Alemanha	Ass Soc.Sau Educ Agri e Água	Map .Prov. Gaz., Inham. Man. Namp.		03.09.2010	
242	Todas as Nações	EUA	Assistência Social e Religiosa	Maputo Província	30.04.2007	06.10.2011	
243	Terre Dês Hommes Schweiz	Suíça	Assistência Social	Maputo cidade Zambezia, Manica	22,04.2008	22,04.2008	
244	TROCAIRE-Regional e TROCAIRE	Irlanda	Ass.Social, Sau Agri, Educ e Genero	Maputo Província, Sofala, Zambézia e Nampula	26.07.2009	02.03.2012-R	
245	The Futures Group International INC (CONSTELLA GROUP)	EUA	Saúde	Maputo Província, Manica, Tete e Niassa	28.06.2005	28.06.2005	Encerrou o escritorio 2010
246	Technoserve INC Moçambique	EUA	Agricultura e Meio Ambiente	Maputo Província, Manica e Nampula	29.08.2003	29.08.2003	Aguarda parecres
247	Fundacao Terre des Hommes-Itália	Itália	Assistência Social	Maputo Província	02.09.2007	31.02.2012	
248	The International HIV/AIDS Alliance	UK	Assistência Social	Sofala, Manica e Tete	11.12.2009	11.12.2009	fechou os escritorios
249	Terre des hommes-Fundação	Suíça	Assistência Social	Gaza, Sofala e Manica	30.04.2007	30.04.2007	Aguarda pareceres
250	USA Clusa	EUA	Agricultura	Nampula, Zambézia e Niassa	15.07.2010	15.07.2010	
251	WISES-Voluntarios para Iniciativas de Desenvolvimento Economico e Social	Itália	Assistência Social	Maputo Província	19.08.1999	19.08.1999	Nao tem Informacao
252	VSO-Voluntary Service Overseas	UK	Ass. Social, Gen, Educ Agr.e M Ambiente	Map.Prov.Inham.Sof. Zamb.Nam.C. Del.Nias.	03.01.2010	03.01.2010	
253	Visão Mundial	EUA	Ass.Soc, Sau, Educ. Agr. M. Ambiente	Gaz. Inham.Sof. Man.Tete, Zamb.Namp.	22.01.2010	22.01.2010	
254	VET AID	UK	Agricultura	Maputo Província	29.06.2010	29.06.2010	
255	Village Reach	EUA	Saúde	Maputo, Niassa, e Cabo Delgado		06.08.2010	
256	VIDA	Portugal	Agricultura	Maputo Província	09.08.2007	29.07.2010	
257	Volti-Onlus	Itália	Assistência Social e Género e Saúde	Cabo Delgado	12.07.2006	12.07.2006	
258	WERKHOF Darmstadt	Alemanha	Educação	Manica	27.01.1997	27.01.1997	Nao tem Informacao
259	Water Aid	UK	Água e Saneamento	Maputo Província, Zambézia e Niassa	22.12.2010	22.12.2010	
260	W.W.F-World Wide Fund for Nature	Suíça	Meio Ambiente	Inham, Zamb.Namp.C. Del.Nias.	07.08.2009	07.08.2009	
261	world Relief International	EUA	Ass. Soc, Sau, Educ.,Agri e Micro Crédito	Maputo Prov.e cidade Gaz. Inhambane, Sofala, Nampula	06.02.2008	06.02.2008	
262	3FÁfrica Autral Moçambique	Dinamarca	Capacitação Institucional dos Sindicatos	Maputo Cidade	25.01.2008	25.01.2008	
263	Horizon 3000 -Organização Austríaca de Cooperação ao Desenvolvimento	Áustria	Saúde e Educação	Manica e Sofala	07.08.2009	07.08.2009	

264	Save the Children Norway - Encerrado	Encerrado			Encerrou	Encerrou
265	Vida Fundação Cristã	RSA	Assistência Social	Maputo Província	29.08.2008	29.08.2008
266	World Hope International	EUA	Fomento Pecuário e Água	Gaza, Inhambane e Sofala	10.12.2008	10.12.2008
267	Aventura Solidaria	Espanha	Saúde e Educação	Maputo Província	27.06.2010	27.06.2010
268	Ehime Global Network	Japão	Ass.Soc.Sec Info.Gen.Educ.M.Amb. Agr Ag.e Pop.	Maputo Província		Aguarda pareceres
269	ONGAWA-Engenharia Sem Fronteiras- Associação para o Desenvolvimento (ESP-APD)	Espanha	Saúde	Cabo Delgado		14.10.2010
270	AED-Academy For Educational Development	EUA	Assistência Social, e Saúde	M.Prov.Gaz.Inham.Sof. Man.e Zamb.	14.06.2010	14.06.2010
271	Fundação Mundukide	Espanha	Agricultura	Niassa e Cabo Delgado	31.07.2009	13.09.2011
272	Associação Catalã de Engenharia Sem Fronteiras	Espanha	Saúde e Água	Inhambane		22.06.2010
273	KFHI-Korean Food The Hungry International/Mozambique	Korea	Educação e Agricultura	Maputo Província	30.04.2007	30.04.2007
274	Arquitetos Sem Fronteiras	Espanha	Saúde	Inhambane	20.02.2007	20.02.2007
275	COSPE	Itália	Agricultura e Pesca	Inhambane	01.12.2007	01.12.2007
276	Svillupo 2000	Itália	Agricultura e Pesca	Inhambane	30.11.2007	30.11.2007
277	Institut de Recherches et d' Applications des Méthodes de Développement-IRAM	Franca	Microfinanças	Maputo Província, Nampula e Cabo Delgado	03.07.2008	03.07.2008
278	CAFOD- Agência Católica para o Desenvolvimento Internacional	UK	Assistência Social e Agricultura	Maputo Cidade		03.09.2010
279	fundação IBO	Espanha	Saúde, Educação, e População	Cabo DELGADO		17.12.2010
280	Instituto para a Democracia Multipartidária-IDM					
281	Movimento Desportivo Internacional-MDI	Portugal	Desporto	Maputo cidade	20.04.2011	20.04.2011
282	associação AMOR - Encerrado	Encerrado	Saúde e Educação	Sofala	12.06.2007	12.06.2007
283	Sight Savers International	UK	Saúde	Nampula	15.10.2009	15.10.2009
284	Riders	UK	Saúde	Nampula	09.08.2007	09.08.2007

285	AFRICARTE	Angola	Assistência Social, e Agricultura	Maputo Província e cidade		02.07.2010	
286	WWM-World Without Mines	Suíça	População	Maputo cidade, Gaza, Manica		03.09.2010	
287	Christoffel-Blindenmission International CBMI	Austrália	Assistência Social	Sofala	18.12.2003	18.12.2003	Nao tem Informacao
288	GEASPHERE	RSA	Meio Ambiente	Maputo cidade e Niassa	13.05.2011	13.05.2011	
289	AidGlobal	Portugal	Agricultura, Educação (Biblioteca)	Gaza	04..07.2011	04..07.2011	
290	ARK-ABSOLUTE Return for Kids	UK	Saúde	Maputo Província	11.12.2007	11.12.2007	
291	LO/FTF COUNCIL	Dinamarca	Catividade Sindical	Maputo Província e cidade		03.09.2010	
292	associação Helpo	Portugal	Assistência Social, Género, e Educação	Nampula		08.12.2010	
293	Practical Action Mozambique	Franca	Meio Ambiente e População	Zambézia	08.07.2009	08.07.2009	
294	Fundação Internacional para a Proteção da Fauna (IGF)	França	Turismo		16.05.2008	16.05.2008	
295	International Medical Corps (IMC)	EUA	Assistência Social, Género e Saúde	Niassa	25.05.2008	25.05.2008	Fechou os escritorios
296	TEARFUND	UK	Assistência Social	Maputo cidade	14.10.2010	31.10.2010	a)extensao em Matutuine
297	Mani Tese	Itália	Assistência Social e Agricultura	Zambézia	05.01.2010	05.01.2010	
298	-TECH Moçambique	EUA	Saúde	Todo Pais	10.05.2011	8.07.2010	
299	Instituto de Higiene e Medicina Tropical	Portugal	Saúde	Gaza	Cancelado	Cancelado	
300	RTI- Internantional	EUA	Saúde	Maputo Província e Cidade	20.09.2012	14.10.2010	
301	Movimento e Ação dos Jesuítas Italianos para o Desenvolvimento MAGIS	Itália	Agricultura	Maputo Cidade			Aguarda Pareceres
302	Nexus Emília Romagna	Itália	Agricultura	Zambézia-Morrumbala	08.12.2008	01.12.2011	
303	Movimento África 70	Itália	Meio Ambiente	Sofala	18.12.2008	18.12.2008	
304	Amizade Junts Amb Moçambique	Espanha	Assistência Social e Educação	Sofala			
305	Afro Desenvolvimento Internacional (AFRODI CONSULTORES)	Zimbabwe	Sector Informal, Educação, Agricultura, Água e Meio Ambiente	Manica, Sofala, Nacala, Tete, Niassa, Nampula e C. Delgado			Pendente
306	Cidadãos do Mundo Associação	Portugal	Saúde, Educação, Género, Meio Ambiente e População	Saúde, Educação, Género, Meio Ambiente e População			Sem informacao
307	Share Onlus	Itália	Assistência Social,	Maputo cidade e Província	18.12.2008	18.12.2008	

308	Mothers2Mothers	RSA	Saúde e Género	Nampula e Niassa	31.07.2009	31.07.2009
309	DKT-International- Não renovou desde 2008	EUA	Saúde	Maputo Cidade		Aguarda Parecer da Saúde
310	Foundation Privada NEPP	Espanha	Assistência Social	Gaza-Chokwè	29.07.2009	29.07.2009
311	PARTENAIREs	França	Saúde, Educação e Agricultura	Nampula	22.12.2009	22.12.2009
312	Fundação Privada Main	Espanha	Assistência Social e Educação	Maputo e Sofala	29.07.2009	29.07.2009
313	Tillers International	EUA	Agricultura	Manica		Aguarda Pareceres
314	Fundação Kanimambo	EUA	Assistência Social, Saúde, Educação e Meio Ambiente	Maputo	26.07.2009	26.07.2009
315	Fundação Sementes de Esperança	Espanha	Assistência Social	Cabo Delgado		14.10.2011
316	Panos Institute Southern Africa Limited	Zâmbia	Comunicação e Média	Maputo e Gaza	08.08.2010	
317	Citizens Network for Foreign Affairs (CNF INC) (CNFA INC)	USA	Agricultura	Sofala, Manica e Nampula	26.07.2009	08.03.2012
318	Christian Reformed World Relief Committee (CRWRC)	EUA	Assistência Social, Saúde, Agricultura e Educação	Tete	26.07.2009	26.07.2009
319	URB-África-Associação para a Cooperação e Desenvolvimento Urbano	Portugal	Saúde e Educação	Maputo cidade e Província		Aguarda pareceres
320	Children's Cup	EUA	Assistência Social	Maputo e Gaza	11.12.2009	11.12.2009
321	Asociacion Reto A La Esperanza	Espanha	Assistência Social	Maputo Província		Aguarda Pareceres
322	Southern Africa HIV and AIDS Information Dissemination Service (SAFAIDS)	RSA	Género e Saúde	Maputo província e Cidade	06.11.2009	06.11.2009
323	International Environment Africa Foundation/93	Zimbabwe	Educação, Agricultura e Meio Ambiente	Manica		02.06.2010
324	Focal Integrity Team	Nairobi	Educação	Maputo	03.01.2010	03.01.2010
325	DVV	Alemanha	Educação	Maputo Cidade	31.12.2009	31.12.2009
326	Veterinários Sem Fronteiras	Alemanha	Agropecuária	Por Indicar		Aguarda pareceres
327	Stichting IDA Solutions	Países Baixos	Saúde	Maputo Província, Zambézia		Aguarda Pareceres

328	The Africa-América Institute	EUA	Educação	Maputo		06.08.2010
329	NEMA Foundation	Reino Unido	Assistência Social, Saúde, Educação, Meio Ambiente e Água	Cabo Delgado		12.08.2010
330	Westminster Foundation for Democracy	Reino Unido	Capacitação Institucional	Cidade de Maputo	03.05./2010	03.05./2010
331	TESE-associação para o Desenvolvimento	Portugal	Assistência Social	Maputo cidade e Província	27.06.2010	
332	Bioconomy Africa	Etiópia	Desenvolvimento Economico Rural	Província de Maputo	02.06.2010	02.06.2010
333	Um Pequeno Gesto Uma Grande Ajuda	Portugal	Assistência Social	Xai-Xai e Chokwe		
334	IntraHealth International	Estados Unidos	Saúde	Cidade de Maputo		16.02.2011
335	fundação Fontes	Noruega	Educação	Cabo Delgado	20.04.2011	20.04.2011
336	CRESAM-Centro de Reprodução das Espécies Selvagens Africanas Ameaçadas	França	Meio Ambiente	Inhambane	22.11.2010	
337	Golden Tulip	Polónia	Educação	Província de Maputo		16.02.2011
338	IDE-International Development Enterprises	EUA	Agricultura, Água e Meio Ambiente		23.05.2011	
339	fundação Gracias	Espanha	Assistência Social, Género, Saúde e Educação	Gaza		Aguarda Pareceres
340	Leigos para o Desenvolvimento	Portugal	Assistência Social, Saúde e Educação	Niassa (Cuamba e Lichinga)		
341	fundação AVSI	Itália	Saneamento Urbano	Cidade de Maputo	27.12.2010	27.12.2010
342	MTI-Medical Team International	EUA	Assistência Social	Sofala e Manica	10.02.2012	Aguarda Pareceres
343	IIDI-Instituto Inter Americano sobre Deficiência e Desenvolvimento Inclusivo	EUA	Assistência Social, Género e Saúde	Maputo Cidade, Gaza e Zambézia		Aguarda Pareceres
344	Fundacion Etorno Slow	Espanha	Saúde e Educação	Cabo Delgado		Aguarda Pareceres
345	Uniamo Le Mani- Onlus	Itália	Justiça	Nampula (Ilha de Moçambique)		12.09.2011 Registo para Nampula
346	Gender Links	RSA	Comunicação Social	Nampula (Ilha de Moçambique)		05.04.2011
347	Bosque Y Comunidad	Espanha	Género, Meio Ambiente e Agr. Ambiente e Agricultura	Maputo e Gaza		

348	Agribusiness Systems International (ASI)	EUA	Agricultura	Manica e Sofala	02.03.2012
349	The Ratel Trust	Sul Africano	Fauna Bravia	Niassa	
350	OIKOCREDIT, Ecumnical Development Co-operative Society U.A	Holanda	Desenvolvimento de Moçambique	Diversas áreas de desenvolvimento de Moçambique	15.08.2011
351	Organização Fraternidade Sem Fronteiras	Brasil	Assistência Social	Gaza, Distrito de Chockwé	
352	LAND O`LAKES, International Development Antonieta	EUA	Agricultura	Manica	
353	fundação Canadiana Conta Fome - CHF Modesta	Canada	Assistência Social, Saúde e Agricultura	Manica	
354	THE BIG HAND	Portugal	Educação	Manica	02.03.2012
355	Venture Strategies Innovations(VSI)	EUA	Saúde	Nampula, Zambézia ,Gaza e Inhambane	
356	Serviço Colaboração Assistência Internacional Piamatino-SCAIP	Itália	Agricultura e Educação	Inhambane	
357	fundação Africana para Desenvolvimento da Educação (ADEF)	Malawi	Educação	Cidade de Maputo	15.02.2012
358	Stichting Oxfam Novib	Holanda	Agricultura e Género	Zambézia, Nampula, Niassa, e Cidade de Maputo	08.03.2012
359	Center For Human Services- CHS	EUA	saúde	Gaza, Zambézia e Cabo Delgado	
360	American International Health Alliance (AIHA)	EUA	saúde	Maputo Cidade e Sofala	
361	SONÇA INTERNATIONAL	Suíça	Educação e de intercambio cultural	Sul-Sul, Norte-Sul	
362	PROSALUS	Reino da Espanha	Educação e Saúde	Maputo	
363	ICEI-ISTITUTO COOPERAZIONE ECONOMICA	Itália	Agricultura e Educação	Nampula	23.12.2011
364	SIM-associação de Solidariedade Internacional Moçambique	Portugal	Saúde, Educação	Inhambane	16.02.2012
365	Programa para Tecnologia Adequada na Saúde - PATH	EUA	Saúde e Educação	Província de Maputo	20.03.2012
366	FUNDACAO RAPHAEL ONLUS	ITÁLIA	Assistência Social	Cidade de Maputo	21.03.2012
367	JEMBI HEALTH SYSTEMS	Africa do Sul	Saúde	Província de Maputo	21.03.2012

368	NEPAD BUSINESS FOUNDATION (NBF)	África do Sul	Agricultura, Género, Educação, Meio Ambiente, Água e População	Sofala, Tete e Manica	26.03.2012
369	FUNDAÇÃO PRIVADA CONTOS PARA O MUNDO	Reino da Espanha	Educação	Cidade e Província de Maputo	26.03.2012
370	MEDICUS MUNDI ITÁLIA (MMI)	Itália	Saúde	Inhambane	09.04.2012
371	Fundação Fé e Cooperação	Portugal	Assistência a Social, Capacitação	Gaza	
372	fundação da Assistência Médica Internacional (AMI)	Portugal	Saúde	Gaza	29.05.2012
373	YOUNG LIFE	EUA	Educação	Sofala	11.06.2012
374	DESTINY RESCUE	Austrália	Assist. Social, Educ. e Agricultura	Sofala e Zambézia	05.07.2012
375	IREX	EUA	Comunicação Social	Cidade de Maputo	31.07.2012
376	ASSOCIAZIONE SOLIDARIETÁ E SVILUPPO (ASES)	Itália	Saúde	Sofala	02.08.2012.....
377	World Education, inc. (WEI)	EUA	Educação	Nampula e Zambézia	14.08.2012
378	Sociedade Para Conservação da Fauna - WCS	EUA	Turismo	Niassa	
379	Noi Di Bussolengo-Olus	Itália	Assistência Social e Educação	Zambézia, Maputo Província e Cidade	30.10.2012
380	Swiss Non-Profit Microfinance	Suíça	Educação e Microcrédito	Nampula	01.11.2012
381	ZAM ZAM FOUNDATION	Malawi	Assistência Social, Educação e Água	Maputo, Nampula e Zambézia	11.10.2012
382	PACT, Inc	EUA	Saúde	Maputo, Sofala e Tete	06.11.2012
383	Associação TIE GLOBAL Moçambique Hélio	Alemanha	Assistência a Organização da Sociedade Civil	Maputo	24.01.2013
384	Progress Links INTERNATIONAL ACTION NETWORK EUA		Assistência Social e Educação	Beira	25.02.2013
385	HANDS AT WORK Antonieta	África do Sul	Assistência Social, Educação e Saúde	Manica, Sofala e Tete	25.02.2013
386	AFRICAN FERTILIZER AND AGRIBUSINESS PARTNERSIP(AFAP)	África do Sul	Agricultura	Cidade e Prov. de Maputo, Sofala e Nampula	22.03.2013
387	REPSSI	África do Sul	Assistência Social	Cid Mapt, Prov.Mapt, Gaz,Sof, Tete, Man.Zamb,Namp, C.Delg, Niassa	22.03.2013

388	Swisscontact Fundação Suíça para Cooperação de Desenvolvimento Técnico	Suíça	Agricultura	Nampula	22.04.2013
389	Pyxera Global,Inc(CDS Development Solutions, Inc)	EUA	Capacitação Institucional	Maputo e Cabo Delgado	19.04.2013
390	Instituto Oikos-ONLUS	Itália	Educação e Meio Ambiente	Cabo Delgado	09.05.2013
391	ALIANCA GLOBAL PARA UMA MELHOR NUTRICAÇÃO	Suíça	Saúde	Cidade de Maputo	14.05.2013
392	Fundação Gil Move	holanda	Assistência Social e Género	Nampula	24.05.2013
393	CESAL	Reino da Espanha	Desporto	Maputo Cidade	03.06.2013
394	Associação IES-Instituto de Empreendedorismo Social	Portugal	Educação	Maputo Cidade	22.07.2013
395	Solidaridad Souther áfrica	África do Sul	Agricultura	Maputo Prov.	30.07.2013
396	G.A. S Porto- Grupo de Acção Social do Porto	Portugal	Saúde, Assistência Social, Educação e Água	Gaza	05.09.2013
397	Mundo a Sorrir	Portugal	Sade	Maputo Cidade e Prov.	05.09.2013
398	Management Sciences For Healh (MSH) = 171	EUA	Saúde	Maputo Cidade	15.11.2013
399	fundação Amigos de Moçambique	Espanha	saúde	Prov. de Maputo	06.11.2013
400	Servizio Volontario Internazionale (SVI)	Itália	Agricultura	Inhambane	22.01.2014
401	Fundazione Gtiuseppe Tovini (Fontov)	Itália	Educação	Inhambane	22.01.2014
402	fundação SIPEC (FONSIPEC)	Itália	Agricultura e Educação	Inhambane	22.01.2014
403	ISCOS Emilia Romagna	Itália	Agricultura e Género	Zambézia, Tete	25.02.2014
404	BUILDING MARKETS LTD	EUA	Capacitação, Assistência Social	Maputo cidade e Província	27.4.2014
405	Good Neighbors International	Coreia	Assistência Social	Maputo cidade e Província	13.03.2014
406	Fundação ACRA-CCS	Itália	Saneamento na Cidade de Maputo	Cidade de Maputo	21.05.2014
407	ARCS-Arci Cultura e Sviluppo	Itália	Género	Zambézia	06.06.2014
408	Voices of the World	EUA	Assistência Social e Saúde	Província de Maputo	03.07.2014
409	Asociacion Jerezana de Ajuda afectados do VIHA	Espanha	Assistência Social, Saúde, Agricultura e Educação	Sofala	08.07.2014
410	Solidariedade e Serviços Onlus	Itália	Assistência Social e Saúde	Cidade de Maputo	12.08.2014
411	Mission Educate	Austrália	Assistência Social e Educação	Inhambane e Sofala	30.09.2014
412	HJF Medical Research International INC	Reino da Espanha	Saúde	Sofala, Maputo e Cidade de Maputo	14.10.2014
413	CEFA, Comitato Europeo per la Formazione e L'AGRICOLTURA Onlus	Itália	Agricultura, Educação, Água e Meio Ambiente		
414	AMEND	EUA	Educação, Transporte e Comunicação		

415World University Service of Canadá	Canadá	Educação	Maputo, Maputo Cidade, Tete e Cabo Delgado	23.01.2015
16RARE	EUA	Assistência Social, Meio Ambiente e Pescas	Cabo Delg, Nampula, Gaza, Maputo e Cidade de Maputo	24.03.2015
417DMI	Reino Unido	Saúde	Cidade de Maputo	15.04.2015
418 Fundação Futebol da Força	Suécia	Assistência Social, Género, Educação, Saúde e Desporto	Niassa, Nampula, Zambézia, Sofala, Manica, Inhambane, Gaza, Maputo e Cidade de 17.04.2015	
419Apoiar	Portugal	Assistência Social, Saúde, Educação e População	Sofala, Gaza e Niassa	08.05.2015
420Confederação Alemã das Cooperativas Raffaisen(DGRV)	Alemanha	Agricultura	Inhambane e Sofala	27.08.2015
421Thembalethu Development	África do Sul	Assistência Social, Saúde, água e Agricultura	Gaza	14.07.2015
422ALLIANCE FOR A GREEN REVOLUTION ÁFRICA	EUA	Agricultura	Maputo	31.08.2015
423By THE WAY	EUA	Agricultura	Gaza	08.10.2015
424ATIA	França	Assistência Social, Sector Informal e Microcrédito	Cidade de Maputo	05.10.2015
425DUBAI CHAMBER OF COMMERCE AND INDUSTRY	Dubai	Comércio e Indústria	Cidade de Maputo	08.10.2015
426ETC TERRA	França	Meio Ambiente	Zambézia	03.11.2015
427Global Programs For Research And Training	EUA	saúde e educação	Cidade de Maputo, Sofala, Zambézia, Niassa e Inhambane	09.11.2015
428CISP - Comitato Internazionale per lo Sviluppo dei Popoli	Itália	Agricultura	Manica e Sofala	15.02.2016
429The Endangered Wildlife Trust	África do Sul			
430Opportunity International United Kingdom	Reino Unido			

Fonte: Portal do Governo de Moçambique